

Janete Flor de Maio Fonseca

Tradição e Modernidade

A Resistência de Ouro Preto à Mudança da Capital



TRADIÇÃO E MODERNIDADE
A Resistência de Ouro Preto
à Mudança da Capital



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Reitor | Marcone Jamilson Freitas Souza

Vice-Reitora | Célia Maria Fernandes Nunes

Diretor-Presidente | Gustavo Henrique Bianco de Souza

Coordenação Editorial | Daniel Ribeiro Pires

Assessor Especial | Alvimar Ambrósio

CONSELHO EDITORIAL

Adalgimar Gomes Gonçalves

André Barros Cota

Elza Conceição de Oliveira Sebastião

Fábio Faversani

Gilbert Cardoso Bouyer

Gilson Ianinni

Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira

Hildeberto Caldas de Sousa

Leonardo Barbosa Godefroid

Rinaldo Cardoso dos Santos

Janete Flor de Maio Fonseca

TRADIÇÃO E MODERNIDADE
A Resistência de Ouro Preto
à Mudança da Capital

Ouro Preto
2016



editora **UFOP**

© EDUFOP

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Projeto Gráfico e Capa

Joyce Mendes

Revisão

Rosângela Zanetti

Lucimar Mendes (estagiária)

Revisão Técnica

Organizadores

Ficha Catalográfica

F676t Fonseca, Janete Flor de Maio.
Tradição e modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da
capital / Janete Flor de Maio Fonseca. – Ouro Preto: Editora UFOP,
2016.
132p.

ISBN: 978-85-288-0346-4

1. História. 2. Cidades e vilas. 3. Política e governo. 4. Minas
Gerais. 5. Urbanização. I. Título.

CDU: 711.42:94(815.1)

Catálogo: www.sisbin.ufop.br

Reprodução proibida Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de fe vereiro de 1998.

Todos os direitos reservados à

Editora UFOP

www.ufop.br | E-mail: editora@ufop.br | Tel.: 31 3559-1463

Centro de Comunicação, 2º andar | Campus Morro do Cruzeiro

35400-000 | Ouro Preto | MG

*Para minha avó Teresa da qual
espero ter herdado a coragem para a vida.*

*Para meus sobrinhos
Pedro, Vinícius, Antônio e Cecília,
pela alegria que trouxeram a minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado da pesquisa realizada durante o curso de mestrado em História da Universidade Federal de Minas Gerais e apresentado em dezembro de 1998 em forma de dissertação, como requisito para a titulação. Durante todos esses anos, recebi pedidos de cópias e incentivos para a sua publicação, porém, tudo anunciava que não era o momento. Agora que essa realidade passa a se tornar mais próxima, sinto necessidade de novamente agradecer àqueles que muito contribuíram para a sua realização.

Agradeço ao CNPq pela tranquilidade com que patrocinou a pesquisa, concedendo-me bolsa pontualmente. À coordenação do mestrado em história, em especial o professor Dabdab por me facilitar os acessos à pesquisa. Aos meus professores Douglas Cole Libby, Carla Junho Anastásia, Adalgisa Arantes Campos e Eliana Dutra pelo conhecimento ampliado durante os créditos. Ao professor Maurício Vasconcelos (Fale/UFGM) pela disciplina que me abriu as portas para a poesia de Baudelaire, Rimbaud e outros, marcando profundamente minha vida e ensinando-me tanto sobre o século XIX.

Faço um agradecimento especial à minha orientadora e amiga prof^a Regina Horta Duarte por seu carinho, confiança e incentivo, pela serenidade e cuidado em me mostrar o “caminho das pedras”, algumas das quais ainda devo transpor. Obrigada por seu exemplo de luta, alegria, profissionalismo, liberdade, amizade e esperança.

À Rosana Figueiredo Ângelo, amiga para todos os momentos, com seu sorriso e delicadeza. Você me ajudou a segurar a ansiedade e enfrentar com mais serenidade as agruras da profissão que escolhemos. À Luciana Almeida, amiga que a vida tornou irmã e que me trouxe o afilhado Antônio. À Mary Francisca que me ajuda sempre a refletir sobre cada passo tomado.

Reafirmo os agradecimentos aos amigos que, durante a elaboração deste trabalho, sempre me ajudaram. Ao Helvécio Cruz que me salvou tanto no inglês quanto na informática. Ao Luiz Alberto de Melo Franco pela paciente revisão dos originais. Ao João Leandro pelos longos telefonemas nas horas de que eu mais precisava. Aos companheiros Cida, Rodrigo, Isnara, Suzana, por dividirmos as mesmas aflições com garra e bom humor. À alegria compartilhada com Zazá, Léo, Vaninha, Getúlio, Chico, Toninho e Saint’clair. Ao Mário que não está mais aqui para comemorar conosco. E ao amigo Dênio que um dia me aconselhou a prosseguir.

Aos meus alunos que durante todos esses anos me ensinaram mais do que eu pude lhes ensinar.

Novos companheiros exigem também novos agradecimentos. Assim, aos amigos do DEETE/UFOP que me incentivam diariamente a prosseguir aprendendo o que é a vida acadêmica. Aos meus queridos amigos Hércules Toledo, Jorge Luís Costa e André Felipe Pinto Duarte Pelo companheirismo e generosidade.

Agradeço à minha família que é vitoriosa e sobrevivente num país com tantos excluídos. À minha mãe e ao meu pai que fizeram de suas vidas um constante sacrifício por seus filhos. Às minhas irmãs Jane, Elaine e Eliane que, com sua beleza, me mostraram os caminhos de ser também uma mulher mais bonita. Ao Cláudio, por sua música e seus papos. À Jaqueline, minha irmã e companheira, com a qual tenho orgulho de ter crescido, dividindo a vida.

E por fim dedico este trabalho à minha Avó Maria Teresa que sempre me protegeu de tudo. E aos meus sobrinhos Pedro, Vinícius, Antônio, Cecília e Marquinhos cuja chegada deram sentido e mais alegria a minha vida.

SUMÁRIO

1 - A CIDADE AMEAÇADA	17
1.1 - A versão nova de uma antiga história	17
1.2 - O olhar dos viajantes	21
1.3 - As várias ameaças	25
1.4. É chegada a República	27
1.5. Ciência, progresso e civilização	32
1.6. Pela mudança	34
1.7. Pela permanência.....	37
 2 - A CIDADE RECRIADA	 47
2.1. “Ou melhora-te ou morre-te”	48
2.2. O projeto de modernização	50
2.3. A cidade doente.....	52
2.4. O lixo, as ruas	58
2.5. O Estatuto Municipal de 1894.....	64
2.6. Tiradentes.....	69
2.7. A modernidade ouro-pretana	73
 3 - A CIDADE MEMÓRIA	 79
3.1. Não mais a capital	81
3.2. Os não mudancistas	82
3.3. O bicentenário de Ouro Preto.....	87
3.4. A cidade-museu.....	93
 CONCLUSÃO	 97
 BIBLIOGRAFIA.....	 101
 ANEXO I - Informação sobre o contrato celebrado pela Intendência para os Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto – 1891	 113
 ANEXO II - Obras/Ouro Preto.....	 115
LISTA DE JORNAIS DE OURO PRETO	131

APRESENTAÇÃO

A primeira lembrança que tenho de Ouro Preto é por volta dos meus cinco anos de idade: uma cidade envolta pela neblina, criando ao mesmo tempo um clima de mistério e magia. Anos mais tarde, pude finalmente visitá-la, percorrendo com dificuldade, alegria e surpresa suas principais ladeiras. Eu já estava no 2º grau e me lembro de ter sempre em mente a imagem da história e dos “Inconfidentes”. Foi nesse momento que resolvi estudar História, pois aquele lugar e aquele momento para mim tinham um segundo nome: Liberdade.

Durante minha graduação, iniciei uma pesquisa orientada pela professora doutora Regina Horta Duarte, cujo tema era a visão dos homens do século XIX sobre as cidades mineradoras. O estudo buscava compreender como após o “boom minerador”, século XVIII, as cidades consideradas mais importantes de Minas eram tratadas por seus moradores, uma vez que ainda não existia oficialmente uma preocupação com a preservação do patrimônio histórico.

No decorrer de minhas incursões ao Arquivo Público Mineiro, acabei me deparando com um documento que definiria a trajetória da minha pesquisa. *“In-formações sobre o Contrato de Melhoramentos pela Intendência Municipal da Cidade de Ouro Preto”*, de 1891, trazia toda a dramaticidade da cidade, lutando para se preservar como capital do Estado. A partir de então, procurei me atualizar sobre a historiografia da mudança da capital.

Ao continuar a leitura, deparei-me com documentos que apresentavam projeto alternativo à construção de uma nova capital, tema não explorado na historiografia do período. A atuação dos “não mudancistas”, ou seja, dos que queriam a permanência de Ouro Preto como capital do Estado de Minas Gerais, era simplesmente retratada como uma resistência “quixotesca” diante da eminente e inquestionável construção de Belo Horizonte.

Inúmeros estudos foram realizados no sentido de demonstrar os interesses ligados à mudança da capital, ou mesmo após sua construção, e os aspectos específicos de seu planejamento urbanístico. A possibilidade de elaboração de uma “Minas” moderna foi restringida, durante anos, apenas à proposta mudancista, toda e qualquer oposição evidenciava conservadorismo, ou seja, uma frágil resistência ao progresso. Todavia, os defensores de Ouro Preto também articularam um projeto de modernização para o Estado e este precisava ser conhecido. Era o projeto para melhoramentos da cidade de Ouro Preto, nossa maior fonte para repensarmos esse período tão importante para a História de Minas Gerais. Nele encontramos não apenas uma proposta ampla de transformação na estrutura física da cidade,

como também uma postura de valorização da história ouro-pretana, cujo marco principal seria a Inconfidência. Os não mudancistas efetivamente se mobilizaram no sentido de manter a capital em Ouro Preto. Os inúmeros interesses regionais em jogo nos parecem já bastante elucidados. Nosso objetivo então é analisar as propostas, os discursos e as práticas não mudancistas.

Para melhor desenvolver o tema, dividimos nossa análise em três momentos importantes, coincidentemente demarcados por comemorações em Ouro Preto. Em nosso primeiro capítulo, buscamos apresentar o cenário no qual se travaria a batalha pela mudança da capital. A festa de recepção ao primeiro governador republicano Cesário Alvim abre espaço para conhecermos um pouco da realidade ouro-pretana, assim como seus principais problemas, objetos das críticas mudancistas. O segundo capítulo expõe a batalha dos não mudancistas, reformando a cidade ou cultuando a memória de Tiradentes. As comemorações ao Mártir da Inconfidência são o ponto alto dessa estratégia. Os discursos pró-Ouro Preto dentro do Congresso Constituinte de 1891 também serão analisados. Já no terceiro capítulo, encontramos momentos posteriores à inauguração de Belo Horizonte. Para os que acreditavam numa derrota ouro-pretana, a Festa do Bicentenário da cidade a oficializa como “Berço Sagrado da Pátria Mineira”.

A especificidade do discurso e das práticas não mudancistas residia na proposta de um futuro em harmonia com o passado. Sua visão de modernidade diferia da dos construtores de Belo Horizonte, crentes na possibilidade de criar um marco zero para a República em Minas. Uma reforma urbanística superaria a topografia difícil da cidade. Os defensores de Ouro Preto viam no passado mineiro raízes de nosso futuro. Somente o passado valorizado e respeitado poderia impulsionar o Estado e o País rumo ao progresso. Entretanto, uma nova capital não copiaria a sua história. Nesse contexto, confirmada a transferência da capital, Ouro Preto sacralizou-se como a “cidade memória”, uma terceira via na luta por ser moderna, sendo também antiga.

PREFÁCIO

A Proclamação da República no Brasil, não obstante sua *performance* de “quartelada militar”, veio ao encontro dos anseios de movimentos da sociedade brasileira. O republicanismo era sonho muito acalentado por alguns grupos sociais que o idealizaram em matizes diversos, valorizaram tradições republicanas bebidas em obras de autores variados, reinterpretaram-nas e recriaram-nas, estimulados por desafios e inquietações que o contexto escravista e monárquico lhes oferecia. Se a proclamação foi uma, os republicanos eram muitos.

Uma vez implantado o novo regime, iniciou-se imediatamente uma verdadeira batalha de símbolos, como mostrou José Murilo de Carvalho em sua clássica obra *A formação das almas*. Mesmo que as condições históricas traçassem certos horizontes para o encaminhamento dos rumos de nossa república, o momento abrigou prospecções de ruptura com todo o passado colonial, imperial e “atrasado”, e de emparelhamento do Brasil às nações então consideradas “verdadeiramente civilizadas”. Instaurava-se o potencial criativo de momentos históricos nutridos pelo ambiente de alegria, comemoração, esperanças, e pela disposição de desafiar hierarquias e valores estabelecidos. Os diversos sujeitos sociais empreenderam combates calorosos sobre o que deveria ou não valer na nova forma de governo, processo este em que a sociedade instituinte pressionou as certezas da sociedade instituída, o futuro pareceu promissoramente aberto, acalentando expectativas de que (sim!) era possível inaugurar algo novo no Brasil.

O livro de Janete Flor de Maio analisa um episódio importante da construção das práticas republicanas em fins do século XIX, focalizando Minas Gerais. A narrativa histórica de Flor evidencia alguns pontos importantes subjacentes à acirrada polêmica em torno da criação da nova capital. A suposta identidade mineira aparece fragmentada frente aos projetos separatistas e às rivalidades entre regiões, cada uma apresentando-se como a “mais autêntica”. Entre o desalinho das ruas de Ouro Preto e o quadriculado vitorioso da Cidade de Minas – depois Belo Horizonte –, evidenciam-se mudanças históricas sobre a concepção das cidades em curso no Brasil. Belo Horizonte desenhava a separação entre o centro exclusivamente urbano e o cinturão verde ao seu redor, com delimitação clara de atividades e atribuições geográficas entre diferentes áreas. Em Ouro Preto, o vaivém de porcos e galinhas pelas ruas sinalizava uma experiência diversa de vida cidadina, em estilo que parecia incompatível com as novas concepções higiênicas. Havia também questões ambientais urbanas mais amplas em jogo, num contexto de avanço dos debates sobre saúde pública no Brasil e práticas médicas e de engenharia impor-

tantes nos novos cenários urbanos, onde se concentrava um número crescente de habitantes. Havia problemas práticos em pauta: como processar o lixo, construir esgotos, garantir abastecimento, controlar epidemias e prover arborização urbana. Todas essas tarefas complexas pareciam ainda mais difíceis em Ouro Preto, por sua topografia tão irregular. Na nova capital, as curvas dos rios foram convertidas em trajetos lineares, em meio a paisagens de natureza dominada, tal como as fileiras “obedientes” dos fícus de crescimento rápido, copas fartas, mas submissas às chamadas “podas educativas”.

As concepções higienistas e da engenharia não bastam para explicar a rejeição a Ouro Preto, tampouco o esforço que empreenderam seus moradores para mostrar uma cidade “capaz” de abrigar a civilização prometida pelos novos tempos da república. Entre os mudancistas, Ouro Preto foi identificada com a burocracia e a morosidade das instituições monárquicas, com o passado escravista, com a ignorância e o obscurantismo.

Havia certa arrogância na postura republicana de negar tudo, como se fosse possível fazer tábula rasa do passado, construir tudo do zero, repudiando a complexidade histórica de Ouro Preto, na qual o republicanismo não foi pouco significativo. A nova capital não garantiu por si só a renovação política. O legado da sociedade hierárquica imperial foi renovado pelas elites e, em poucos anos, Minas assumiu um papel decisivo no arranjo oligárquico perverso da política dos governadores, coroados práticas que negavam a cidadania e o exercício da política, estreitando ideais e expectativas de muitos republicanos. Do sentimento tão comum entre vários republicanos da época, de que aquela não era a república dos seus sonhos, poderíamos concluir de maneira um pouco diversa: a chamada Primeira República atendeu aos sonhos de poucos, em prol de poucos.

De Ouro Preto, a sobrevivência exigiria criatividade: modernizar-se na medida do possível, reinventar-se como cidade memória e, mais tarde, valorizar-se pelas mãos dos modernistas fascinados pelo barroco como forma de expressão cultural brasileira.

A cidade continua em transformação, e a Universidade Federal de Ouro Preto é uma das grandes expressões de mudança científica e cultural ali presentes. Curiosamente, a autora deste livro realizou toda a sua formação acadêmica na Universidade Federal de Minas Gerais, sediada em Belo Horizonte, mas é hoje professora da Universidade Federal de Ouro Preto.

Entre Ouro Preto e Belo Horizonte, Flor de Maio nos mostra que não se trata de julgar qual delas teria sido a mais autêntica, a melhor ou a mais progressista. O importante é compreender que estavam em jogo escolhas de cunho político, diá-

logos travados pelos sujeitos históricos em torno do presente e do futuro da República. Nesse debate, as interpretações sobre o passado monárquico e republicano de Ouro Preto assumiram dimensões simbólicas contraditórias.

Seguindo a narrativa, nós – leitores – encontraremos uma abordagem original. Frente a tantos trabalhos que abordaram Belo Horizonte e as razões da escolha de seu sítio para a capital novinha em folha, este livro é a oportunidade para ouvir algumas das tradições políticas obscurecidas que o vento sibila pelas ruas íngremes de Ouro Preto.

Regina Horta Duarte

Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais

1 - A CIDADE AMEAÇADA

Enquanto as fontes contam histórias belas e tristes, mas já muito antigas
Cecília Meireles

O dia 27 de novembro de 1889 foi de festa em Ouro Preto. As casas das ruas Tiradentes, Rosário e Bobadela ornaram suas janelas com as mais ricas colchas e bandeiras, nas quais se estampava com frequência o lema da “Inconfidência Mineira”: “Libertas Quae Sera Tamem”. Em outros lugares, via-se sobre um fundo branco o triângulo vermelho, mais tarde transformado no emblema do Estado de Minas Gerais. Desfilando pelas ruas principais, lá estavam os “garbosos jovens”, membros da Guarda Cívica, enquanto na estação, ao som da banda de música, apinhavam-se famílias, corporações, autoridades e estudantes. Todo esse aparato estava organizado para receber o primeiro governador do Estado, o Sr. José Cesário de Faria Alvim.¹

Tamanha celebração externava o apoio da antiga Vila Rica ao regime republicano instaurado no Brasil. As repetidas salvas espalhavam-se por toda a cidade, enfeitada de bandeirolas e arcos multicores. Recebido nos braços do povo, o governador foi brindado ao anoitecer com uma iluminação toda especial da cidade, envolvida pelo perfume de meninas que o saudaram em *marche aux flambeaux*.²

Ouro Preto nutria a esperança – como todo país – por novos tempos repletos de transformações, confiança refletida na recepção a Alvim. Entretanto, os ouro-pretanos não imaginavam toda a angustiante luta na qual se veriam envolvidos a partir daquele momento. A República não se realizou tal qual era o sonho de muitos de seus mais ardorosos e tradicionais defensores, mas, para a então capital mineira, foi o começo de um grande pesadelo, cujo resultado final seria a construção de Belo Horizonte. O objetivo era antigo e os argumentos já conhecidos.

1.1 - A versão nova de uma antiga história

Nascida Vila Rica (1711), Ouro Preto conservou, de seu passado colonial, as críticas à sua topografia difícil, e sua desqualificação para o estabelecimento e desenvolvimento de uma população. Ao transformar-se em Sede Administrativa da Capitania de Minas Gerais, em 2 de dezembro de 1720, já possuía caráter provisório e futuro determinado.

¹ O Estado de Minas, 27 de novembro de 1889, p. 3.

² Idem.

A ideia de mudança da capital surgiu antes mesmo de sua efetivação como tal e seguiu de forma paralela à sua história. (BARRETO, 1995)

A descoberta das minas de ouro e pedras preciosas, no século XVII, inaugurou uma nova perspectiva na colonização portuguesa, pois não era mais suficiente explorar, mas também era necessário ampliar o controle sobre essa parte estratégica da colônia. A visão do Brasil como um lugar de passagem havia levado os portugueses, até então, a programarem uma ocupação restritamente litorânea, cujo principal objetivo seria a agroexportação. Assim, o centro produtor era rural, influenciando o incipiente espaço urbano. (HOLANDA, 1995)

A ocupação da região mineradora se deu sob o prisma da exploração e do controle, mas, ao mesmo tempo, estabeleceu-se na espontaneidade dos interesses imediatos e das necessidades econômicas. Seu principal traço foi uma urbanização extremamente voluntariosa. Suas cidades surgiram do sonho aventureiro de enriquecimento rápido, mas também possuíam importância funcional e administrativa, transformando-se em local privilegiado para o controle metropolitano.

O contingente populacional que se dirigiu para a região mineradora, apesar das restrições de acesso impostas pelos portugueses, foi o principal responsável pelo dinamismo das cidades. Vila Rica foi, sem dúvida, o seu maior exemplo. A rapidez que a originou coincidiu com a velocidade de sua edificação, resultando no costumeiro desalinho das cidades brasileiras, construídas conforme o capricho de seus moradores. Não que Portugal desconhecesse um modelo de “planejamento urbanístico” na época, algo como uma organização retangular, porém, os portugueses optaram pelo improvisado, abrindo mão do ordenamento onde se encontravam barreiras naturais. A topografia natural direcionava, dessa forma, à ocupação e à construção das cidades brasileiras.

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto metal, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” – palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa, como “saude” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...” (HOLANDA, *op. cit.* p. 110)

Durante os eufóricos anos que se seguiram à descoberta das minas, verificou-se a ocupação da Capitania de Minas Gerais em disparidade com as demais regiões brasileiras. O predomínio do urbano sobre o rural foi uma de suas mais marcantes características, o que se deu de maneira quase natural. Mas nem só o espaço era diferenciado, nas cidades mineiras, surgiu uma sociedade heterogênea, cujas camadas intermediárias rompiam com a tradicional dicotomia entre senhores e escravos, característica da colônia.

A espontaneidade da ocupação surgiu das exigências econômicas provenientes da mineração, estas não se restringiram na garimpagem, também o comércio possuiu papel imprescindível no crescimento das cidades mineiras setecentistas (D'ASSUMPÇÃO, 1989). Garimpar conjugava-se com comercializar no processo de desenvolvimento urbano mineiro. A sede da Capitania adotaria tais preceitos, tornando-se uma das mais populosas cidades do mundo e, mesmo distante dos portos, um dos maiores centros comerciais da colônia.

Vila Rica, uma lenda construída sob o signo da riqueza fácil, da ostentação do luxo, parecia ser a realização de um sonho dourado, porém ocultava as sombras dos miseráveis, marginalizados do processo de exploração aurífera. Uma cidade que refletia suntuosidade e opulência indispensáveis à manutenção de um *status* social calcado na pompa, imagem preservada historicamente como a expressão do que foi a Minas Colonial (SOUZA, 1986). No entanto, o século XIX apresentou uma nova realidade: o declínio da produção mineradora.

Minas Gerais oitocentista sempre foi retratada envolta nas sombras da decadência. Essa representação tradicional foi construída sob o signo da estagnação econômica, inaugurada com o esgotamento da produção aurífera, e cujas consequências seriam a ruralização da economia e a dispersão populacional. Decretou-se o fim do ciclo minerador constituinte de uma grave crise no centro-sul acarretada pela inexistência de um produto exportável e pelo atraso cultural de seus habitantes (LINHARES, 1979). Não foram poucos os defensores da decadência nas Minas oitocentistas, pautando suas análises substancialmente na equação: esgotamento das minas, retração econômica, interiorização da população.

...as Gerais, após um breve surto de prosperidade, até o terceiro quartel do século, mergulharam numa prolongada e inexorável decadência. À fase florescente da mineração nos primeiros decênios, ter-se-ia seguido uma regressão à substância, o que propiciou o crescimento vegetativo da população, tendo por base a extensão das áreas cultivadas com baixíssimo nível de produtividade. (LINHARES, *op.cit.* p. 159)

A mineração havia fundado Minas, seu esgotamento promoveria a regressão econômica. Tal realidade seria responsável pela diversificação na produção interna, substancialmente voltada para o autoconsumo, ampliando o já elevado grau de isolamento da região (MARTINS, sd). A vulnerabilidade da economia mineira teria solidificado, na sua dependência, regiões mais dinâmicas, como São Paulo. Surgiria, assim, mesmo adotando-se a visão de um “declínio relativo”, uma “dependência neocolonial”. (WIRTH, 1982)

O Rio Grande do Sul e São Paulo produziam mais eficientemente para o mercado brasileiro; São Paulo abischoitava a parte do leão dos lucros provenientes do mercado externo e dos seus benefícios, tais como imigrantes, empréstimos e investimentos de capital; Minas já se havia menos bem em ambos os mercados. Não se tratava de estagnação. Era uma situação de declínio relativo, que ofertava as fortunas políticas, a longo prazo, de Minas Gerais, o Estado mais populoso do Brasil. (WIRTH, *op. cit.* p.81)

Entretanto, uma nova postura se fez presente, nela constatou-se que a economia mineira desde suas origens não se restringiu à exploração mineradora, mas avizinhava-se de uma pequena, mas progressiva produção agrícola. Assumindo o papel de principal abastecedora da Corte, com a chegada da Família Real, Minas contribuiu decididamente na formação estrutural do Estado Nacional Brasileiro.

...a organização da produção e a comercialização dos gêneros de primeira necessidade no interior do centro-sul, a ocupação, distribuição para o Estado e concentração de terras nas faixas em que emergira a economia cafeeira, a abertura de estradas para a regularização do fluxo de mantimentos para o mercado carioca integram um conjunto de transformações que, em última instância, subsidiam a formação das bases estruturais do Estado Nacional. (LENHARO, 1979. p. 21)

Destacando a produção da região sul e da Zona da Mata mineiras, articula-se um revisionismo frente ao olhar tradicional, a estagnação teria como resposta a diversificação produtiva. Movimento tranquilo para uma população a ela familiarizada, pois, em meados do século XVIII, percebia-se apenas um pequeno número de mineiros dedicando-se à mineração.³ Todavia, a economia mineira não variou apenas dentro de atividades abastecedoras. Outro setor merece destaque: a indústria com suas pequenas e médias manufaturas.

De fato, a paisagem mineira era repleta de lares voltados para a produção de fios e panos, de oficinas artesanais de todo o tipo, de pequenas e médias manufaturas e de verdadeiras fábricas de ouro e indústria, essa entendida na sua acepção mais ampla, isto é, como um conjunto de atitudes produtivas visando à transformação de matérias-primas em artigos acabados. (LIBBY, 1988, p.114)

Por grande parte do século XIX, encontra-se, na Província de Minas Gerais, o desenvolvimento de atividades industriais como a siderurgia, a indústria têxtil e a mineração aurífera subterrânea. Estabelecia-se uma realidade singular em Minas, pois coexistiam atividades que demarcavam o progresso do capitalismo moderno

³ Percebido por Sérgio Buarque de Holanda, segundo PAIVA, Clotilde Andrade & BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População e Espaço no Século XIX mineiro*: algumas evidências de dinâmicas diferenciadas. In: VII Seminário Sobre a Economia Mineira. Diamantina UFMG/CEDEPLAR. 1995.

– exemplificado na separação entre capital e trabalho – e ao mesmo tempo persistia majoritariamente a utilização da mão de obra escrava, ilustrando o porquê da existência de sua grande quantidade às vésperas da abolição.⁴ O crescimento demográfico mineiro também se sustentaria por todo o século XIX.

A população de Minas Gerais se ajustou ao declínio de sua atividade econômica principal, o ouro, se deslocando dentro do espaço provincial. Foi se transferindo gradualmente para outras atividades econômicas, movimentando-se dentro do território da província. Alguns espaços, antes vazios, foram ocupados, e áreas densamente povoadas passaram por transformações. Surgiu, assim, um novo arranjo espacial de seus habitantes em função da nova organização econômica que ia se estruturando. (PAIVA, 1995, p.88)

O cenário mineiro no século XIX promoveu a ascensão das regiões da Mata e do Sul que passaram a comandar sua economia, assim como reivindicaram maior poder decisório frente ao desgastado centro minerador. Argumentos como da estagnação econômica, decadência e abandono serviam aos interesses mudancistas. Para tanto, suplantaram a retórica transformando-se em força de pressão para prover a construção de uma nova capital. À contenda da difícil topografia ouro-pretana, somou-se o distanciamento do antigo centro minerador das regiões de maior destaque econômico, ambas extremamente ligadas ao Rio de Janeiro e a São Paulo.⁵

As Minas oitocentistas não haviam estagnado. Entretanto, a imagem conservada falava de decadência, assim Ouro Preto refletiria sua instabilidade econômica. Certamente, a historiografia sobre a decadência do século XIX espelhou em muito a visão dos mineiros do século passado, nostálgicos dos tempos áureos (LIBBY, *op. cit.*). Mas esses não estavam sós, a presença dos viajantes estrangeiros reforçou tais ideias.

1.2 - O olhar dos viajantes

O Brasil abriu suas portas para os viajantes estrangeiros logo após a chegada da família real portuguesa. Inaugurando um período de incentivo à ciência, promoveu-se paralelamente uma ampla exploração do território brasileiro, o que

⁴ Sobre o papel dos escravos na agroexportação mineira, ver SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 17, 1985. Segundo Libby, Slenes responde a uma dúvida dos trabalhos de Martins sobre como se gerou divisas para a aquisição dos inúmeros escravos após o declínio minerador.

⁵ Para informações sobre os argumentos mudancistas, consultar: BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – História Antiga e História Média*; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte*; JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte, itinerários da cidade moderna*; SATURNINO, Maria Ester. *A cidade paradigma e a república: o nascimento do espaço de Belo Horizonte em fins do Século XIX*; BANDEIRA MELO, Ciro Flávio de Castro. *Pois tudo é assim... educação, política e trabalho em Minas Gerais, 1889-1907*; LEVEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na capital: apontamentos históricos*. (Citação completa na bibliografia)

tornou o trabalho desses naturalistas mais que uma aventura, também um mapeamento do território colonial em muito, desconhecido de seus próprios filhos.

Eles ensinaram a ver, organizando para os olhos nativos a própria paisagem, definindo maneiras de descrevê-la, sendo responsáveis por um novo descobrimento do Brasil. Aos olhos nativos, esse “descobrimento” permitiu uma recuperação da paisagem, da sociedade, da cultura e, sob essa ótica, colaborou para acelerar nosso processo de emancipação. (CAMPOS, 1996. p.38)

Os viajantes estrangeiros mesclaram cientificidade e imaginação ao retratarem o cotidiano da primeira metade do século XIX mineiro. Muitas vezes o seu olhar destoava da realidade por buscar nela apenas o que era original, diferente, exótico, abandonando o reconhecível “traço inaproveitável para quem deve fixar apenas a originalidade local, trajes típicos, natureza exuberante, singularidade com relação a outras terras percorridas.” (SUSSEKIND, 1990. p.26)

Tendo como principal objeto a exuberante natureza, não deixaram de descrever as cidades por eles percorridas, tanto em seu aspecto físico, como minuciosamente seu dia a dia. Ouro Preto era uma lenda para esses exploradores. Relatos sobre o luxo de suas igrejas, sua população, sua riqueza mineral trouxeram aos caminhos mineiros alguns dos mais importantes viajantes, a maioria narraria sua grande decepção.

Severidade e melancolia são as primeiras impressões transmitidas por Saint-Hilaire sobre a cidade ao qual chegava. “Montanhas que por todos os lados dominam a cidade, casas antigas e em mal estado, ruas que descem e sobem, eis o que nos apresentou aos olhos quando entramos na Capital da Província de Minas.” (SAINT-HILAIRE, 1975. p.69) Para o naturalista francês, o clima sombrio, associado ao descuido de moradores e autoridades para com a cidade, a entristecia. Como destaque negativo, descreveu as casas nas quais predominavam jardins malcuidados, a pintura escura do teto e o uso exagerado de cores fortes como o vermelho, caracterizando para o autor a falta de gosto e de asseio dos ouro-pretanos.

A irregularidade das construções muito lhe impressionou, assim como a irracionalidade em construir-se sob morros íngremes, ocasionando uma constância de desabamentos nos períodos de chuvas. Seu depoimento é um documento importante sobre a situação de Ouro Preto em princípio dos oitocentos, uma cidade em processo de esquecimento na qual era comum a sujeira, a insalubridade e o privilégio dos mais ricos sobre acesso à água e ao esgoto. Por grande parte do século XIX, necessitaria a capital do alargamento e da abertura de ruas – para a ampliação da locomoção e comercialização –, da reprodução e melhoria das redes de saneamento e abastecimento básico, assim como de uma política de higienização

que passasse pelo controle dos animais soltos pela cidade e pela criação de regras para recolhimento do lixo.⁶

Quem também visitou a Sede da Província de Minas Gerais foi o alemão Dr. Herman Burmeister e, assim como Saint-Hilaire, indignou-se com o aspecto de falta de limpeza e comodidade da cidade e de suas casas. Destacando as habitações, assustou-se com o abandono da cidade, ficando suas casas à mercê de invasores, em sua maioria famílias pobres, relegando-as à falta de zelo e asseio. “O fato de ter havido vidraças nas casas é mais indicativo de que seus antigos proprietários eram gente rica, em contraste com os atuais habitantes, com suas mobílias pobres e grades de madeira nas janelas.” (BURMENSTEIN, p. 199)

A visão de decadência da cidade é reforçada. Observada nos anos de 1850 pelo naturalista alemão, Ouro Preto apresentava-se em semirruína, restando-lhe alguma importância por ser sede do governo mineiro.

Ao tempo de seu apogeu, a cidade contava, segundo dizem, com 20.000 habitantes e, é bem possível ter havido tamanha população, mas hoje uma grande parte das casas está em semi-ruína e a população não chega a 8.000 almas. O lugar perdeu muito de sua antiga importância e nele haveria ainda menos animação e riqueza se não fosse a Sede do Governo da Província e de todo o aparelhamento administrativo e jurídico e se não contasse ainda com um quartel para uma força de 500 homens (um batalhão). O comércio limita-se à venda de produtos importados do estrangeiro. Todo o ouro e diamantes encontrados na Província vão direto para o Rio de Janeiro. (BURMEISTER, 1835. p.200)

Concluindo existir uma opulência que mal disfarçava o estado de miséria da cidade, Burmeister se contradiz ao descrever uma das principais ruas de Ouro Preto, hoje, Rua São José.

Mais adiante, havia diversas lojas, reinando ali muita vida e animação. Tropas a cruzarem-se e lotes inteiros de mulas impediam, às vezes, a passagem. Vi ali lojas tão importantes quanto as do Rio de Janeiro, com jóias de procedência francesa, faianças inglesas, muito em uso em todo o Brasil, casimiras e cortes de vestidos. Cada espécie de artigos vinha exposta em separado, e não como geralmente se costuma fazer no Brasil, misturada com as demais na mesma casa de negócios. (Idem, 199)

Sua visão, como a dos demais viajantes, era bastante dura em relação a Ouro Preto, esperava-se encontrar a lenda do século XVIII e não a realidade do XIX. Na inexistência do preestabelecido, nega-se o existente, conotando-o como ruína. Pode-se observar nas críticas uma forte intenção em negar a cidade que muda e resiste ao tempo. Não se aspirava novos tempos, mas o retorno ao passado. Assim,

⁶ Jornal *A Ordem*. Nº 83, 06/11/1890, p.4 – *Estado de Minas*, nº 248, 17/11/1891.

qualquer informação sobre aspectos de conservação ou modernização eram enfraquecidos diante de dramáticas narrativas nas quais se explicitavam as perdas advindas com o declínio da mineração. A cidade de Ouro Preto de luxo e ostentação não mais existia. Todavia, sua nova face ainda não havia se definido.

John Luccock esteve na cidade em 1817 e considerou suas casas, ruas e calçamentos dignos, da mesma forma que elogiou as fontes públicas e sua abundante água pura. Chegou mesmo a proclamar a importância de Vila Rica do ponto de vista comercial, entretanto, caracterizou sua população como propícia a vícios e perversões, cujo exemplo seria a ampla existência de ladrões e da miscigenação. Não ficaria também sem criticar a topografia da cidade, “um dos lugares mais estranhos situados no mundo” (LUCCOCK, 1975. p.332), originária apenas do “poderoso amor ao ouro.”

A insalubridade do clima foi mencionada por Johann Emanuel Pohl entre 1817 e 1821. Para o professor de Botânica da Universidade de Praga, era desolador o aspecto das casas ouro-pretanas, principalmente aquelas situadas na estrada de Mariana, em sua maioria choças não caiadas e em escombros. O panorama era ainda mais ameaçador devido ao clima de natureza rude que castigava as ruas íngremes, tortuosas e malcalçadas.

Soma-se a isso a constante mudança de temperatura que, unida à topografia da cidade, obrigando a contínuas subidas de ladeiras, contribuiu para frequentes febres, catarrais, reumatismos e doenças inflamatórias de que sofrem os habitantes durante todo o ano. (POHL, 1976. p.398)

“Nem imponente, nem surpreendente”, constatou pela primeira vez John Mawe a respeito de Vila Rica. Suas ruas são novamente objeto de crítica, irregularidades e calçadas péssimas refletem a “pálida ideia da opulência de seus moradores” (MAWE, 1978. p.121). Entretanto, elogiou seus jardins aplainados nos quais dividiam espaço, flores e hortaliças. Por ser a sombra de esplendor do passado, transformou-se numa vila pobre, realidade demonstrável por seu mercado mal-abastecido, a desvalorização de suas casas e os inúmeros desocupados. O cenário de desalento reforçava-se com sua usual falta de higiene presente ora nos animais pastando descontroladamente pela cidade, ora na produção de queijo.

Já na década de 1860, um dos mais renomados viajantes, Richart Burton se encontraria na Capital da Província de Minas Gerais. Similarmente aos demais, criticou as informações anteriormente fornecidas em nada identificadas com a realidade encontrada. Quanto à topografia difícil da cidade, chega a usar de ironia para se referir ao espaço: “Falta a perspectiva toda a graça e grandeza de uma cidade. É, no entanto, singular, cheia de surpresas e, de certo modo, romântica e pitoresca, ple-

namente mineira” (BURTON, 1976. p.287). Burton foi efusivo em suas críticas à capital, não apenas enumerando seus vários problemas, mas também pressentindo novos desafios: “Ouro Preto apresenta tanta curvatura mal feita e tanta estreiteza quanto se poderia desejar. Haverá todas as pitorescas dificuldades para a construção da rede de esgotos e de gás – um preço um tanto alto para pagar tanta curvatura” (Ibidem, p.294). Sua viagem por Minas tornaria célebre a visão dos próprios ouro-pretanos sobre sua cidade, uma vez perguntados sobre suas qualidades respondiam: “em Ouro Preto só há duas coisas boas: a cadeia e a água”. (Ibidem, p.302)

1.3 - As várias ameaças

Diversos foram os momentos nos quais Ouro Preto encontrou-se na iminência de perder o *status* de “Cabeça de Minas”, mas sempre encontrou instrumentos e parceiros para promover uma forte resistência e, conseqüentemente, inviabilizar a mudança da capital. Durante a Inconfidência Mineira, em 1789, o desejo de transferência transformou-se num programa de ação. Segundo o projeto dos Inconfidentes, após a Proclamação da República, São João del-Rei seria oficializada como sede administrativa. Vila Rica preservaria sua tradição de dignidade, lutas e glórias, abrigando uma universidade como centro de cultura e ciência, propagaria para a incipiente nação os preceitos da ciência e da universalidade. (BARRETO. *Op. cit.*)

No decorrer do Império, a perspectiva de mudança da capital foi fortemente repudiada pela ação não mudancista, sempre apoiada pelos governos monárquicos. Novas tentativas, como em 1833 e 1843, foram barradas por “ordens superiores”.⁷ Em 1851, o próprio Presidente da Província, Dr. José Ricardo de Sá Rego, resgatou a perspectiva de mudança. Apostando no sucesso de sua iniciativa, resgatou as indicações de São João del-Rei – destaque pela amenidade do clima e fertilidade do solo – e Mariana – já sede do governo espiritual. Seu discurso retomava as antigas críticas a Ouro Preto.

Poderia, Srs., em uma longa série de argumentos demonstrar-vos que a cidade de Ouro Preto não oferecia uma só das condições precisas para a Capital de uma Província tão importante como esta. Poderia descrever a sua decadência, mas que necessidade tenho eu de apresentar-vos esse quadro, quando o original está aí, à vossa vista; quando aí se apresentam as ruínas de ruas inteiras; quando em lugar de uma população que outrora chegava a vinte mil almas, hoje aí a vedes reduzida a menos de cinco mil, como já deixei mencionado; quando, enfim, se vos apontasse os inconvenientes que oferece a sua localidade, nada mais diria do que o que estais sentindo a todos os momentos? (BARRETO, *op. cit.* p.289)

⁷ Para BARRETO, a monarquia era um empecilho à mudança da capital.

Novamente apresentou-se o discurso cujo fio condutor era a associação da permanência da capital numa Ouro Preto decadente, a “contaminação” de toda a Província, impedindo o desenvolvimento mineiro. O momento posterior corroboraria a reprodução de tais ideias. Acelerava-se um processo de desequilíbrio e perda da identidade regional. As regiões da Mata e do Sul ganharam importância, porém, como já referido antes, deslocaram seu foco de referência não mais para o centro minerador, mas em direção a Rio de Janeiro e São Paulo.

Em novembro de 1867, um novo projeto de mudança chega à Assembleia Provincial. Postulado pelo deputado Padre Agostinho Paraíso, esse projeto definia a localização da nova capital às margens do Rio das Velhas. Dois elementos se encontravam nessa proposta: de um lado, o antigo anseio de retirar a Sede do Governo de Ouro Preto; de outro, a possibilidade de incentivar e organizar a navegação na região diante do “... atraso completo em que nos achamos quanto às vias de comunicação”⁸. O transporte fluvial transformaria os destinos da Província, aumentando suas fontes de renda, rompendo seu isolamento e atendendo às suas necessidades vitais.

Essa nova tentativa destacou-se não apenas por assinalar a região do Rio das Velhas para onde finalmente seria mudada a capital em 1897, mas por ter criado uma intensa reação por parte da população de Ouro Preto. As lutas anteriores entre os mudancistas e os não mudancistas concentravam-se no plano institucional, na ação do governo ou em debates dentro da Assembleia Provincial. Não foram encontrados relatos anteriores sobre manifestações públicas dos ouro-pretanos em defesa de manutenção da capital. Entretanto, diante dos discursos inflamados do Deputado Padre Agostinho, eles reagiram. Dentre os argumentos utilizados, o autor do projeto referia-se à pouca fertilidade do solo da então capital, onde não se plantavam nem hortaliça, tema especialmente relevante numa província que tornava-se, cada vez mais, importante abastecedora do Império (LENHARO, *op.cit.*). A reação dos ouro-pretanos foi bastante criativa: na manhã seguinte da aprovação do projeto, a porta da casa do ilustre deputado amanheceu entulhada das mais variadas espécies de verduras (BARRETO, 1995). Porém, foi o precário estado dos cofres públicos a justificativa para o veto do Presidente da Província, Dr. José da Costa Machado de Souza, ao projeto Paraíso. A Comissão da Assembleia, responsável pela análise do projeto, não concordando com tal atitude, acabou por acirrar ainda mais os ânimos.

Os ouropretanos e demais partidários da permanência da capital da velha cidade, eram extremados, intolerantes e levavam a sua exaltação a ponto de

⁸ Discurso do Deputado Padre Agostinho Paraíso, citado por BARRETO, *op. cit.* p. 290.

ameaçar os membros da Assembleia adversários, querendo forçá-los a mudar de orientação. Não queriam, não podiam admitir que Ouro Preto fosse despojada de suas prerrogativas de capital e que as suas propriedades se desvalorizassem com o afastamento de grande parte de sua população.⁹ (BARRETO, 1995. p.393)

Manteve-se o veto presidencial e Ouro Preto pode novamente respirar aliviada. A comemoração que se seguiu foi ruidosa, com grande presença do público ovacionando as bandas de música durante o desfile. Não foram esquecidos os foguetes, acrescidos em barulho pelos gritos de vivas e morras, direcionados à casa do Deputado Padre Paraíso (BARRETO, 1995). Se a vitória dos ouro-pretanos lhes pareceu definitiva, para muitos foi vista apenas como o reflexo de um regime retrógrado com os dias contados diante dos avanços da civilização. A Monarquia tornava-se a cada dia uma barreira às expectativas mudancistas, seu apoio à antiga Vila Rica explicitou-se na inauguração (23/07/1889) da Estrada de Ferro D. Pedro II, uma resposta aos críticos sobre o isolamento da cidade; obra representativa que acessaria um ramal a mais de 1.000 metros de altitude sobre o nível do mar. Resistia a antiga capital. Já o império, tinha seus dias contados.

1.4. É chegada a República

A ideia de República não era algo novo. Em Minas, os Inconfidentes já a consideravam uma opção à opressão colonial. Influenciados pelo exemplo das Treze Colônias e pela resistência ao Antigo Regime francês, propuseram a criação de um novo regime laico e libertador da dominação reinol. Entretanto, derrotado o movimento conjurado, a defesa do fim do sistema monárquico silenciou-se por um bom tempo. Em 1870, reacende a chama republicana com a publicação de seu manifesto, associado em seguida ao movimento abolicionista (DORNAS FILHO, 1956). Porém, falar na trajetória do movimento republicano em Minas requer apresentar a importância da imprensa na formação da tradição política mineira.

O segundo império apresentou um dos raros momentos de liberdade de imprensa em toda a História do Brasil. Reconhecia-se o seu papel como fórum alternativo à tribuna política tanto por parte de seus leitores, como de autoridades, dentre elas, o próprio D. Pedro II. Vinculando-se ora a partidos, ora a algum político, preservava o anonimato de seus colunistas, atitude justificada na tentativa de estimular o debate sobre os problemas nacionais, sem, contudo, perder a impar-

⁹ É indubitável na obra de Abílio Barreto a exaltação à construção de Belo Horizonte. Por isso, em muitos momentos, sua pesquisa, por nós utilizada como fonte documental, demonstrava verdadeira aversão à resistência não mudancista.

cialidade característica de um instrumento público, desprovido das paixões dos particularismos, nem sempre isso se conseguia, apesar de parte da elite política (CARVALHO, 1974). Destacava-se, todavia, o papel desses profissionais ao encararem a opinião pública, comportando-se como contraponto ao esvaziado desempenho dos homens de Estado, o que os tornava sujeitos da História, “não por estarem ao lado do povo (que ainda não existe), mas por estarem do lado da inflexível lógica dos acontecimentos e da ‘voz do tempo’”. (BRESCIANNI, 1976)

Com sua franqueza, por vezes rude, desmascaravam os discursos imperiais, contribuindo para a instituição de um povo-nação, cuja opinião se formava na leitura de textos marcados pela defesa da ordenação social baseada na razão. Aliando juventude a novas ideias, outros almejavam um novo regime político que promovesse efetivas transformações na realidade socioeconômica do país proclamando não só o fim da corrupção, como também uma redistribuição de terras alicerçada em novos conhecimentos técnicos. (DUARTE, 1991)

A República por que lutavam aqueles jovens jornalistas era uma negação da sociedade em que viviam e contra a qual se rebelavam. Apropriavam-se do discurso cientificista que permeava a literatura devorada com avidez, apresentando a si próprios como elementos precursores de uma renovação que conduziria a sociedade a uma nova etapa da civilização. (DUARTE, 1991. p.34)

Os jornais foram um espaço privilegiado para o debate e a propaganda republicana em Minas Gerais na segunda metade do século XIX. “O Jequitinhonha”, de Diamantina, e “O Colombo”, de Campanha, surgiram após 1879, já se definindo como republicanos. Multiplicaram-se, atuando como único instrumento de organização do disperso republicanismo mineiro. Associando sua luta ao sonho dos Inconfidentes, propagavam suas ações numa realidade pautada pelo repúdio popular e pela desorganização de seus membros. Silva Jardim em vão percorreu o território mineiro. Sua caravana, apesar de propagar a união dos mineiros em torno da República, vivenciou inúmeras agressões, um espetáculo dramático encerrado por um ataque armado. (DORNAS FILHO, 1956)

A abolição dos escravos contribuiu na formação do movimento republicano em Minas, pois, após o 13 de Maio de 1888, ampliaram-se seus quadros com ex-senhores de escravos, liberais e “conservadores despeitados” (TORRES, 1962). Entre estes, encontram-se opositores do Visconde de Ouro Preto, com destaque para Cesário Alvim. Ainda não venciam eleições, mas o crescimento do republicanismo se verificava no aumento no número de votos obtidos. A tradição republicana mineira caminhava com suas especificidades retratadas no desapareço a uma ideia de República mais doutrinária, intransigente e inflexível. Nem mesmo

o apego ao partido era uma constante, por ele nem sempre se arriscar, porém, participava-se, mesmo não sendo filiado.

Inexistia no Brasil uma única ideologia republicana, divergindo os defensores do Liberalismo à americana, do Jacobinismo e do Positivismo (CARVALHO, 1990). Dos americanos, vinha o modelo de igualdade e liberdade, cuja organização política – separação dos poderes e duplicação do legislativo – foi adotada pelos fundadores da República Brasileira. A República Francesa em sua fase jacobina era o exemplo da participação popular, se aqui esta não era possível, melhor seria conseguir a legitimação do povo ao novo regime, preocupação explicitada na escolha dos símbolos e heróis nacionais. Já a preocupação com a viabilização do governo no novo sistema político aproximou os republicanos brasileiros do positivismo conservador de Auguste Comte.

Os diversos grupos, divididos entre diferentes modelos de República, elaboravam soluções possíveis para os problemas nacionais, cada qual com suas posturas, mas semelhantes no otimismo diante dos novos tempos. Os proprietários rurais destacavam-se economicamente dos outros grupos, situados em sua maioria em São Paulo, adotavam o modelo americano. Temiam, porém, pela ordem social e política, estabelecendo, assim, um liberalismo restrito e mantenedor das desigualdades. Entre a população urbana, encontravam-se os pequenos proprietários, profissionais liberais, professores e jornalistas. Todos optaram pela República contra uma monarquia limitadora das oportunidades e, segundo eles, responsável pelo atraso do país. Já os positivistas, viam o regime anterior como uma fase teológica militar anacrônica e destinada a ser substituída pela fase positiva com o republicanismo que se fortaleceria através de uma ditadura militar promotora do progresso. Isso atraiu militares de formação técnica. E, nesse contexto, como Minas se comportava?

Em São Paulo, o republicanismo constituiu o instrumento de afirmação e expressão política da burguesia em expansão; em Minas foi muito mais um “movimento de idéias”, assumido por intelectuais com poucos vínculos, se tinham alguém, com a estrutura econômica dominante, claramente composta de unidades produtivas organizadas de modo colonial, não capitalista. (SILVA, 1982, p.147 e 148)

Tardio, o republicanismo mineiro tornou-se instituição em Ouro Preto em 4 de junho de 1888, quando organizou-se o Partido Republicano Mineiro. Contando com apenas 34 participantes e sob a liderança de João Pinheiro da Silva, anunciou-se o Primeiro Congresso Mineiro para ser instituído em 15 de novembro do mesmo ano (MELO FRANCO, 1955). Foi um movimento amplamente defendido na impren-

sa, mas cuja desorganização impossibilitou maior atuação. Isolados, os republicanos mineiros receberam com surpresa a notícia da Proclamação da República. Uma mensagem telegráfica anunciou a boa nova ocorrida no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1889, carregando, simultaneamente, uma nova fonte de desavenças entre os republicanos mineiros. O governo estabelecido indicava como Governador da Província, Cesário Alvim, um adesista de última hora. O novo sistema político instauraria a discórdia entre republicanos históricos e republicanos de véspera. (RESENDE, 1982)

Mas o caminho era o da conciliação, liberais, conservadores, históricos e antigos chefes dos partidos monárquicos – ainda com algum prestígio político – reuniram-se na fundação do Centro Político de Ouro Preto, pois algo mais importante estava em jogo, a união mineira pressuposto básico para fazer de Minas o mais notável Estado da Nação. Já em seu discurso de posse, Cesário Alvim acena para a concórdia: “caminho à tolerância, à abnegação pessoal, à fraternidade e à justiça” (BARBOSA, 1982. p.93). Derrubada a Monarquia, necessário se fazia preservar a ordem.

Ordem e Progresso foram mais que palavras escolhidas para diferenciar a antiga bandeira imperial da republicana. Associavam-se plenamente à noção de ruptura com o passado e de construção de um futuro estabelecido nas ações do presente, conjectura adaptável tanto à nova ordem nacional, quanto à intimidade da política mineira. Era preciso criar um novo tempo, renegar os atrasos do passado e avançar. Para isso, se fazia urgente progredir preservando a ordem.

Era conservador, na visão de Comte, aquele que conseguia conciliar progresso trazido pela revolução com a ordem necessária para apressar a transição para a sociedade normal, ou seja, para a sociedade positiva baseada na religião da humanidade. (CARVALHO, *op. cit.*, p. 21)

Aqueles que destituíram a Dinastia de Bragança inspiraram-se na construção de uma ditadura monocrática, republicana e conservadora, calçada na defesa da Família, da Pátria e da Humanidade, elementos impulsionadores da Ordem e do Progresso. Mesmo não adotando o positivismo, incorporavam seus princípios fundamentais: “Na dialética positiva, o amor procura a ordem e a impele para o progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso: o progresso desenvolve a ordem e reconduz ao amor”. (RIBEIRO Jr., p. 31)

Partindo-se do princípio de que o homem republicano deve ser virtuoso, resgatando a liberdade dos antigos, a noção de amor acima citada prioriza a defesa do bem público. Antes de transformar-se numa defesa preservadora dos interesses de um determinado grupo, essa ideia positivista torna-se elemento vital para a construção não só da nação, como da noção de patriotismo. Ao final da

Monarquia, Minas Gerais ainda não se constituía numa força econômica, capaz de pressionar por mudanças estruturais no país. Pelo contrário, seu conservadorismo era um forte aliado contra prováveis transformações econômicas ou sociais que se viabilizariam com a implantação da República. (SILVA, *op. cit.*)

A historiografia vê como pequena a participação dos mineiros na mudança do regime, ampliada quando da alteração do quadro institucional, no qual ascendeu ao cenário político nacional. Possuindo o maior número de habitantes e, consequentemente, representantes políticos, Minas fortaleceu sua bancada na Câmara Federal – local de debate e decisões sobre a estabilidade nacional – servindo como elemento de barganha em negociações com São Paulo, a maior força econômica do período. Paralelamente à construção da Nação Brasileira, os mineiros possuíam um desafio maior: construir a Pátria Mineira. O momento exigia a superação de divergências econômicas e ideológicas para robustecer o patriotismo regional: por um lado extremamente original, ao ligar-se às tendências modernizadoras em voga no "mundo civilizado", mas, por outro, extremamente enraizado no conservadorismo mineiro.

A república era o novo, o progresso, a ordem, a civilização, assim acreditavam todos, porém, divergiam quanto à origem desse momento. Um grupo acreditava no passado como condutor da inovação, necessitando ser respeitado e preservado; outros optaram por tornar a instituição da República em marco zero, o início de novos tempos, uma nova história, renegando o passado, levando-o ao esquecimento. Os primeiros, não mudancistas, escolheram a Inconfidência Mineira como marco fundador, já os mudancistas viam, no passado, a opressão que de colonial tornou-se monárquica, e ao romper com o passado, preferiam superá-lo. Esse era o momento de fortalecimento do debate sobre a mudança da capital. As visões divergentes podiam se confrontar, todavia, qualquer ameaça à unidade mineira recorria-se a alianças em defesa do Estado frente à própria Nação. Almejava-se o futuro, este surgiria na luta presente por uma nova capital ou pela preservação de Ouro Preto.

Os defensores da antiga capital queriam uma modernidade alicerçada na história, na luta dos Inconfidentes em Vila Rica, berço da liberdade brasileira. Já os mudancistas acreditavam na necessidade de um espaço inaugural para a República, uma nova capital. Haveria adiamentos, mas a decisão passaria pela necessidade de modernizar a "Cabeça do Estado". Não havia dúvidas, os dois grupos buscavam inserir-se no mundo moderno, cujo modelo era basicamente europeu.

1.5. Ciência, progresso e civilização

A vida política e cultural mineira sempre interagiu com as informações oriundas da Europa. Não se pode esquecer da importância do Iluminismo francês para os Inconfidentes. As ideias propagadas através de jornais, livros ou mesmo trazidas por brasileiros recém-formados no velho continente eram aqui lidas a partir da nossa realidade, ou seja, uma sociedade tipicamente agroexportadora e escravista. A singularidade da interpretação brasileira tornou-se um padrão particular no qual ideias liberais muitas vezes eram usadas na defesa do arbítrio e mesmo da escravidão.

De modo que o confronto entre esses princípios tão antagônicos resultava desigual: no campo dos argumentos prevaleciam com facilidade, ou melhor, adotávamos sofregamente os que a burguesia europeia tinha elaborado contra arbítrio e escravidão, enquanto na prática, geralmente dos próprios debatedores, sustentado pelo latifúndio, o favor reafirmava sem descanso os sentimentos e as noções em que implica. O mesmo se passa no plano das instituições, por exemplo, com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno. Além dos naturais debates, este antagonismo produziu, portanto, uma coexistência estabilizada – que interessa estudar. Aí a novidade: adotadas as ideias e razões européias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação nominalmente “objetiva” para o momento de arbítrio que é da natureza do favor. (SCHWARTZ, 1981. p. 17)

Vivendo num mundo em constante mudança e ao mesmo tempo ansiando por estabilidade, o mineiro oitocentista externava, como homem do seu tempo, o otimismo pelo progresso, a preocupação com a ordem (política, cultural, higiênica, etc.) e a confiança nos avanços e descobertas da ciência.

Na Europa, a consolidação do capitalismo industrial viabilizou o fortalecimento de uma burguesia patrocinadora dos avanços científicos, subordinando outras formas de atividade intelectual, o que promovia a ruptura com a tradição e com o conservadorismo, principalmente aquele ligado à religião. Através do desenvolvimento de métodos das ciências (indução e experimentação), descobriram-se novas técnicas, responsáveis não apenas pela ampliação do produto, como também pela inserção no cotidiano das pessoas, transformando suas vidas através do conforto material. O momento era de confiança, mas existiam os riscos, enfraquecidos, diante da certeza de um destino a seguir. “Mas isto quer dizer, com absoluta certeza, que estes homens não tinham dúvidas sérias sobre a direção que estavam seguindo ou deveriam seguir, assim como em relação aos métodos teóricos ou práticos de lá chegar” (HOBBSAWM, 1982. p.262). Acreditavam no futuro, assim,

caminhavam seguros pelas vias do progresso, orientados pela ciência, elemento originário e criador do novo.

...o mundo da ciência andava para frente nos seus próprios trilhos intelectuais e o seu progresso interior parecia, como os trilhos das ferrovias, oferecer a perspectiva da colocação de mais trilhos do mesmo tipo em novos territórios. (HOBBSAWM, *op. cit.* p. 265)

A indústria tornou-se a passarela na qual a ciência apresentava seus novos figurinos, configurando-se em critério de modernidade.

Nos anos 1880, nenhum país fora do mundo “desenvolvido” (e do Japão, que se somou a ele) podia ser descrito como industrializado ou em vias de industrialização, mas pode-se dizer que, mesmo os países “desenvolvidos” que ainda eram essencialmente agrícolas, ou em todo caso, não associados imediatamente a fábricas e forjas, já estavam em sintonia com a sociedade industrial e a alta tecnologia. (HOBBSAWM, *op. cit.* p.40)

O mundo apresentava-se cada vez mais mapeado e conhecido, a perspectiva de descoberta territorial substituiu-se pelo esforço em dominar os ambientes físicos; interligado por avanços nos meios de comunicação e transportes, estava ainda mais habitado e próximo, mas dividia-se entre países pobres e países ricos uma defasagem político-econômica reveladora da dependência cultural e tecnológica da América em relação à Europa. Assim, “nunca houve um século mais europeu e nem tornará a haver”. (HOBBSAWM, *op. cit.* p.36)

O gosto pelo novo fez do homem oitocentista um empreendedor, diferente do rebelde romântico e sonhador do século anterior. Revolucionar significava, mais do que nunca, romper com o passado e criar a novidade, o surpreendente. Nutrido com espírito inovador, buscou-se construir o futuro, espaço da realização planejada, racionalizada e normatizada. A urbanidade passava a exigir uma renúncia das satisfações instintivas, era preciso viver sobre normas de comportamento e higiene, reafirmadas nos discursos médicos e nos predominantes hábitos burgueses. (ELIAS, 1994)

a renúncia e o controle de impulsos é muito menos determinado por pessoas particulares. Expressada provisória e aproximadamente, nesse instante, mais diretamente do que antes, são as compulsões menos visíveis e mais impessoais da interdependência social, a divisão do trabalho, o mercado, a competição que impõe restrições e controle dos impulsos e emoções, são essas pressões, e os correspondentes tipos de explicação e condicionamento acima mencionados, que fazem parecer que o comportamento socialmente desejável seja gerado voluntariamente pelo próprio indivíduo, por sua própria iniciativa. (ELIAS, *op. cit.* p.155)

O Brasil endossou essa confiança no futuro, apresentando paralelamente a necessidade de construção de uma civilidade visível, preocupação exposta na remodelação de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, ou na construção planejada de outras como foi o caso de Belo Horizonte. O espírito científico e o desenvolvimento tecnológico impregnavam a vida intelectual brasileira por todo o século XIX, colocando em debate o Estado, a Nação e a Civilização. Durante o Império, a formação do “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” inaugurou o projeto de construção de uma história nacional, herdeira do legado português (nossa porta de entrada ao mundo europeu) e cujo conceito de Nação se restringia aos brancos, donos da noção de civilização (GUIMARÃES, 1998). Findo o Império, os republicanos vestiram a camisa da Ordem e do Progresso, visando adentrar o mundo ordenado, civilizado.

A ameaça que pairava sobre Ouro Preto, como um fantasma, adquirira corpo. A cidade, nascida da espontaneidade, das improvisações, personificando a instabilidade e a irracionalidade não permaneceria por muito tempo sediando o governo mineiro. Além do mais, a então capital estaria impossibilitada de expandir, crescer, desenvolver, progredir. Trazia também muitas marcas do Império recém-derrubado. Antiga “Cidade Imperial”, reduto de descaso dos Imperadores e sua Corte, sempre defendida por eles diante de novas ameaças de mudança da capital. Para alcançar o progresso, fazia-se urgente empreender, ousar, construir do nada. A possibilidade de criar uma nova capital transformou-se numa oportunidade para o desenvolvimento de indivíduos emancipados, cidadãos, dentro “de uma comunidade correlata aos ideais republicanos” (JULIÃO, *op. cit.* p. 20). A nova capital tornava-se o paradigma para Minas moderna. Ouro Preto percebeu não ser apenas uma nova ameaça, seus “inimigos” traziam novos argumentos que os tornavam mais fortes, decididos e perigosos.

1.6. Pela mudança

Uma vez chegada a República, estabeleciam-se condições para a mudança da capital. De todos os cantos de Minas, surgiram as possíveis candidatas à nova sede do governo mineiro.¹⁰ Articulavam-se os mudancistas baseados nos principais problemas físicos e estruturais de Ouro Preto. O quadro desolador da então Vila Rica compunha-se de péssimas condições de salubridade e ruas mal-iluminadas.

¹⁰ Já em 18-11-1889 São João del-Rei se apresentava como candidata à nova capital, antes mesmo da Proclamação da República. Ver BARRETO, *op. cit.*

...verdadeiros montes de lixo, depósito de animais e de quanta imundície há. Os canos dos esgotos em péssimas condições e a venda de gêneros alimentícios de péssima qualidade e deteriorados e encanamentos de água obstruídos pelo esgoto.¹¹

Aos animais soltos pelas ruas (cães, cavalos, porcos, galinhas, etc.) somavam-se montes de lixo. Não havendo um controle efetivo da situação, fortaleciam-se os argumentos que associavam a “decadência ouro-pretana” à estagnação do Estado. Os jornais publicavam constantemente relatos sobre a “orfandade” dos ouro-pretanos, frente a uma intendência omissa aos agravantes problemas da cidade. Da grandeza do passado pouco restava, apenas alguns poucos edifícios públicos eram conservados, no mais o quadro seria inconsolável. A antiga ameaça revestiu-se de novos elementos, tornando-se, cada vez mais, uma realidade possível.

informamo-nos de que há um projeto muito bem amparado de se transferir a Capital de Minas Gerais para uma cidade, que, para isso, se construirá especialmente com todas as exigências da higiene e das necessidades da civilização. O local não está ainda designado, mas pensa-se na margem do Rio das Velhas, no centro do Estado. Essa cidade construída especialmente será o centro de toda a viação férrea do Estado e o empório da navegação. Faz-se em todo o Estado a propaganda nesse sentido e no momento oportuno, a pretensão será apresentada ao governo.¹²

Resgatavam-se as ideias do Padre Paraíso, localizando a nova capital na região do Rio das Velhas. Também se ratificava o papel da nova sede como centro dinamizador da economia, através do escoamento da produção via estabelecimento de um crescente ramal férreo, como pela vivificação do transporte fluvial. Por outro lado, o novo projeto de mudança vinha enriquecido pelos pressupostos científicos da época, prioritariamente o discurso higienista.¹³

Os debates sobre a mudança da capital tornaram-se polêmicos, argumentos parecidos mascaravam objetivos políticos num discurso, ora cientificista, ora memorialista. Se a nova capital era o espaço para o desenvolvimento e a prosperidade – elementos “incompatíveis” com a realidade de Ouro Preto – este, por sua vez, continuava “tão prestigiado, entretanto, de recordações, que formam o mais caro patrimônio histórico do povo brasileiro” (RESENDE, 1974, p. 132). Explicitava-se a disputa por prestígio e poder dentro da nova ordem política por parte das ascendentes regiões da Mata e do Sul, frente ao resistente centro minerador, desprestigiado economicamente.

¹¹ Província de Minas – 5 de janeiro de 1885.

¹² Correio do Povo – 25-05-1890, Varginha.

¹³ A utilização do discurso higienista tanto por mudancistas quanto por não mudancistas será discutido no segundo capítulo.

“Duas economias, duas mentalidades, duas épocas. Luta que terminaria com a fundação de Belo Horizonte.” (MELO FRANCO, *op. cit.* p.232)

Entretanto, a aspiração pela mudança da capital encontraria adeptos dentro do próprio grupo político da zona mineradora, conhecedores das deficiências da então sede. A disputa por abrigar o centro político e administrativo do Estado gerou atritos entre as regiões candidatas, porém, uniam-se os mudancistas quando o assunto era a impossibilidade de Ouro Preto permanecer como capital.

Aliavam-se as ponderações sobre a topografia difícil, a incapacidade do município em arcar com as despesas da capital, a improdutividade dos solos das áreas circunvizinhas, o desvio dos recursos do Estado para custeamento das obras da capital, as dificuldades e os elevados ônus em transformá-la em centro do sistema viário estadual, e outras de alta importância política, verdadeiras ameaças à segurança do Estado. (RESENDE, *op. cit.* p.138)

Juiz de Fora serviu como contraponto à realidade ouro-pretana. Desenvolvendo a cafeicultura e muito mais próxima do Rio de Janeiro, propagava uma identidade regional distinta da existente no centro (BLASENHEIM, 1982). Apresentando-se como representante das regiões mais prósperas e progressistas – Sul e Mata –, em oposição à indolência e ao reacionarismo do restante de Minas, personificava a efígie propalada pelos republicanos, imagem já existente nos tempos do Império.

O crescimento da cidade não pode ser atribuído a nenhum elemento único; mas certamente ao fato de que, desde logo, suas elites políticas e econômicas desenvolveram um discurso que identificava a cidade, procurando moldá-la à imagem e semelhança daquilo que era visto como belo, seguro, progressista, é um dos fatores que ajudam a compreender a história deste desenvolvimento. Uma cidade que se queria culta, moderna, civilizada... (GOODWIN JUNIOR, 1996. p.04)

A força mudancista fez-se da atuação de grupos cujo prestígio econômico não impedia seu alijamento político. Não se tratava apenas de mudar a capital, atuava-se na tentativa de romper com antigos políticos ligados ao império, privilegiados nas decisões do Estado. Encastelados na Capital, controlavam as demais regiões através de sua influência política. Além do mais, parte do orçamento estadual possuía endereço certo, a manutenção da capital, cujas necessidades básicas ampliavam-se por sediar a administração do Estado. “Era preciso combatê-los e com eles Ouro Preto” (RESENDE, *op. cit.* p.139). Minas precisava reagir, ousar, progredir para permanecer unida, evitando assim o separatismo recorrente e ameaçador. A nova capital incorporaria a representação da República Brasileira, cujo universo ideológico exigia “um centro de desenvolvimento econômico e intelectual, foco da civilização e progresso, moderno, higiênico e elegante.” (JULIÃO, *op. cit.* p.10)

1.7. Pela permanência

Os primeiros gritos de resistência fizeram-se ouvir. Em todos os jornais de Ouro Preto e editoriais discutiam a possibilidade de mudança e o consequente aniquilamento da cidade. Lutar por manter-se como sede significaria defender a própria vida, enfrentando um “verdadeiro torpedo com o qual se explodir, ficará mudada a capital e derrocar-se-á também materialmente Ouro Preto – alvo da guerra mais injusta e cruel...”¹⁴ Era preciso reagir frente ao iminente perigo de falência geral, a cidade não podia ser jogada no ostracismo, temor que ganhava sentido nos anúncios publicados já em abril de 1891:

Os abaixo assinados tendo que retirar-se em poucos dias para o Belo Horizonte, logo que seja assinado o decreto que transfere para ali a Sede do Governo de Minas Gerais, têm a honra de participar ao glorioso povo ouropretano, que em data de hoje entrou o seu negócio de molhado em grande liquidação.¹⁵ (sic.)

O clima de insegurança e apreensão exemplificado acima antecipa a atmosfera encontrada entre os ouro-pretanos, temerosos do abandono da cidade não só pelo governo, mas também pelos comerciantes e por grande parte da população, em sua maioria, funcionários públicos. Quase dois anos antes de ser definida a transferência da capital, anúncios como esse já comunicavam mudanças de endereços residenciais e comerciais, assim como cobravam o imediato pagamento das dívidas. Uma pergunta pairava no ar:

E o que ficará sendo a tradicional Ouro Preto? As suas alcacitantes ruas, e os seus enormes edifícios, atestando em cada ângulo, os fatos mais importantes de nossa história, ficarão reduzidos a ruínas como uma babel brasileira; e ali, onde muito em breve só se ouvirá o pio monótono e lúgubre da coruja, não ficará trespassado de saudades somente o coração do passageiro ouropretano, do mineiro, e sim, também do brasileiro, que tiver os sagrados sentimentos de patriotismo: cruel ingratidão!¹⁶

As primeiras ações de Ouro Preto possuíam um caráter extremamente preservacionista, ou seja, baseavam-se em informações passadas pela imprensa e viavam tornar ilegítima a mudança. Os discursos pontuavam-se pela referência a uma traição ao patriotismo mineiro por parte dos mudancistas. O momento exigia cautela. Investir em tema tão conflituoso, numa República recém-instaurada, era perigoso. O cenário deveria ser de estabilidade e harmonia e não da realização de

¹⁴ *Jornal A Ordem* – 30/04/1891.

¹⁵ *Jornal de Minas* – 01/04/1891.

¹⁶ Do *Jornal Carangola*, publicado no *Jornal de Minas* em 14-05-1891.

caprichos inspirados em modelos importados. Os mineiros deveriam ter como objetivo a “reorganização mineira, tão vasto, tão delicado e tão difícil”¹⁷ intento, exigindo de seus conterrâneos um misto de persistência, “de inteligência e de todos os esforços patrióticos”¹⁸. A saída da capital de Ouro Preto assinalava com repercussões ainda mais desastrosas para o Estado.

Já há opiniões tendentes a separar-se o centro de Minas, antes do que se entregar a capital a uma torpe exploração dos sindicatos. Não abraçamos a idéia separatista; mas em verdade preferimos um Estado pequeno e livre a um grande império subjugado e enfeudado a companhias.¹⁹

A precariedade da unidade mineira servia agora de instrumento de pressão dentro da batalha pela mudança da capital. O mesmo argumento era facilmente utilizado no discurso mudancista, apresentando a real possibilidade da Mata se separar com o apoio do Rio de Janeiro, e o Triângulo anexar-se a São Paulo. Mesmo promovendo o fortalecimento da economia regional, através da produção de café, Mata e Sul mantinham posição política subalterna contra a qual utilizavam ameaças de separação. Todavia, ao final, os interesses regionais eram sempre superados em nome da lealdade à pátria mineira (BLASENHEIM, *op. cit.*). Em 1892, o Sul irrompe um movimento de cunho separatista, tendo como proposta a formação de uma nova província, englobando as comarcas de Rio Verde, Jaguari, Sapucaí, Cabo Verde, Baependi, Três Pontas, Itajubá e Jacuí, completadas ao oeste por Três Pontas, Araxá, Sacramento, Prata e Serra da Mantiqueira. Justificavam sua atitude no distanciamento da região, em pleno desenvolvimento econômico, em relação à capital, assim como sua maior proximidade com São Paulo e Paraná.²⁰

Uma barreira à intimidação separatista advinha da força do patriotismo dos mineiros, promotor de uma integração regional baseada na interpenetração da vida social, econômica e política acima das diferenças locais. Possuindo suas raízes no século XVIII, a identidade mineira acentuava-se com um ativo senso de lugar (WIRTH, *op. cit.*). Para os mudancistas, a nação mineira se robusteceria na construção de um novo tempo, para os não mudancistas, tal vigor estaria no passado histórico de Ouro Preto, seu berço originário. Aos últimos, uniram-se diversas cidades na defesa do passado como legitimador da manutenção da capital. De Jacuí chegaram 115 assinaturas de apoio, o mesmo caminho (abaixo-assinados) foi adotado por comerciantes do Rio de Janeiro com negócios na Capital Mineira. Diariamente, as redações dos jornais ouro-pretanos recebiam correspondências de apoio, tendo

¹⁷ *Jornal A Ordem* – 30/04/1891 – Redator: José Pedro Xavier da Veiga. p. 01.

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ *Jornal A Ordem* – 06/11/1890 – Carta enviada de Mariana.

²⁰ *Jornal A Ordem* – 13/02/1892.

como destinatárias as mais variadas localidades como Passagem, Pitangui, Muriaé, Carangola e Mariana. A maioria dessas cidades não se restringia a externar seu apoio formal, verdadeiras odes a Ouro Preto foram criadas através de um dos mais ricos recursos literários do século XIX: a poesia.

Respeitai, pela nova liberdade,
O berço que embalara – Tiradentes!
Para assim ser coroada a grande obra,
Seja ahi a capital eternamente!...²¹

Os citados versos, ainda que ingênuos, retratavam Ouro Preto como lar dos Inconfidentes, berço da luta pela liberdade, símbolo da Pátria Mineira. Referência nascida na espontaneidade das diversas expressões de apoio à permanência da capital, que, com o decorrer da luta, transformou-se num dos maiores trunfos dos não mudancistas.²² Também encontra-se, nesse simples poema, a presença da ironia como instrumento de crítica veemente à ação mudancista.

Em quadras republicanas,
(Foi o que mais estranhei)
Muda-la não deveriam
Para um Curral qué de rei...²³

Em nome da República, insistia-se na criação de uma nova sede para o governo mineiro. Mas, por que essa atitude dos republicanos frente à antiga Vila Rica, a mesma cidade na qual surgiram os primeiros republicanos mineiros? Para os ouro-pretanos, a resposta era a vingança republicana a uma cidade onde, em vários momentos, abrigou-se o Imperador e sua comitiva, e mais, por isso foi chamada Imperial. “Destruir uma cidade só pelo fato de ter sido capital na monarquia não será nem justo, nem político”²⁴, incitavam os defensores de Ouro Preto sobre a ligação direta entre o Governo Republicano Brasileiro com a campanha mudancista. Para eles, abriam-se espaços para criticar o novo regime, para nós a possibilidade de já se começar a pensar em quem eram esses não mudancistas.²⁵ Uma primeira característica lhes parece apropriada: não pareciam se compor de republicanos históricos.

Informações sobre a interferência do governo federal favorável à mudança da capital chegavam até mesmo de fora do Estado. O jornal “A Nova Era” de Recife denunciava que o projeto mudancista havia nascido dentro do Itamaraty, de onde

²¹ CHAGAS, Leôncio. *Os ecos do Itacolomy*. Lamim: dezembro de 1890.

²² Mais sobre este assunto no segundo capítulo.

²³ *Jornal de Minas* – 08/04/1891 – Da Gazeta de Pitangui.

²⁴ *Jornal de Minas* – 04/04/1891 – Editorial.

²⁵ Um dos temas explorados no segundo capítulo.

partiram ordens de executá-las para o governador mineiro. Tal fato só não haveria ocorrido devido à intervenção de uma comissão formada por ouro-pretanos ilustres, entre os quais o Dr. Diogo de Vasconcellos, que intercedeu junto ao “Generalíssimo”²⁶. Augusto de Lima foi indicado para estabelecer a mudança da capital, uma traição contra Minas, na opinião dos defensores de Ouro Preto.

Pelo enunciado, parece que o ex-governador entrará em terras de Minas pela primeira vez, com um penacho militar flutuando sobre a cabeça, e à frente de tropas do exército, ele que sempre esteve em Minas, donde é filho, e que só conhece o generalíssimo pelas belas fotografias que ornaram as salas de honra dos Paços Governamentais.²⁷

Os não mudancistas também reivindicaram auxílio ao governo federal para resistir ao projeto de mudança, pediram principalmente o reinício dos trabalhos da construção da estrada de ferro, ligando Ouro Preto a Itabira do Mato Dentro. Entretanto, o principal argumento em favor de permanência da capital seria o transtorno econômico que ocasionaria aos cofres mineiros a construção de uma nova sede, um desrespeito aos moribundos da fome, espalhados pelo Estado.

A cidade do luxo e de prazeres, consagrada à voluptuosidade e nababos, – quando o povo sofre e geme na desolação de indivisíveis privações; quando a ignorância – vasto manancial das misérias sociais, enegrece as tábuas do recenseamento com oito décimos de analfabetos; quando os sertões incultos de Minas só nos vêm à notícia atentados impunes, o brado angustioso dos famintos moribundos ou as narrativas hediondas da antropofagia pela fome!²⁸

Reforçando esses argumentos, publicaram-se na mesma edição informações sobre a existência de canibalismo em Salinas, norte do Estado, por um grupo de pessoas desesperadas diante da fome. Inúmeras mortes haviam ocorrido tendo a polícia enorme trabalho em recolher os corpos espalhados pelas estradas da região. O pequeno artigo informando sobre tal situação terminava afirmando ironicamente que, “com a *salvadora mudança da capital*, seria provável que aparecessem meios de serem socorridos os desgraçados que morrem de fome no Norte de Minas...”²⁹ Não se tratava de uma dramaticidade gratuita, buscava-se criar um clima de negação ao projeto de construção de uma nova capital, cujo principal pilar era a defesa da modernização mineira, questionava-se o custo pago por essa ousadia, mas colocava-se em questão o porquê da não preferência por uma reforma urbana da então capital, com gastos extremamente menores. Prejuízos eram previstos, a

²⁶ Jornal *O Movimento* – 27/06/1891 – Transcrito do Jornal *A Nova Era*, de Recife.

²⁷ Idem.

²⁸ Jornal *A Ordem* – 30/04/1891.

²⁹ Idem. Grifo nosso.

nova capital era descrita pelos não mudancistas como a “La Plata Brasileira”, uma referência aos gastos do governo argentino na construção de uma cidade moderna, mas que levou a bancarrota.

uma nova La Plata, com palácios de argentário, senhores feudais da terra, – parques suntuosos, jardins, avenidas, prados, todos os esplendores da ornamentação e do luxo, isto é, o domínio onipotente do dinheiro e da corrupção – quando a República deve ser a escola exemplar da sobriedade e da honra; quando as emanações da opulência podem infeccionar o ambiente do governo; quando os atrativos do ouro não raro fascinam as cobiças rasteiras da burocracia!³⁰

Segundo os ouro-pretanos, orçamento estipulado pela propaganda mudancista para a construção da nova capital era um acidente à inteligência do povo mineiro. Pelo projeto de construção da futura sede, seriam precisos 4.000:000\$000 na execução das obras. A oposição contestava, La Plata exigiu dos argentinos gastos superiores a 100.000:000\$000. A situação em Minas era mais agravante, pois a previsão dos gastos superava em muito o orçamento estadual, sem levar em conta os juros pagos por empréstimos necessários para a realização das obras.

Os partidários de Ouro Preto concentravam sua luta na conscientização do governo, da população, de indecisos e até mesmo de alguns mudancistas. O momento não era propício para um investimento com tamanho risco. Queriam ganhar tempo para construir condições de colocar a antiga Vila Rica na disputa. A principal arma utilizada era propagar a visão da transferência da capital como uma aventura burocrático-institucional, um jogo arriscado para a economia mineira. Invertiam o discurso mudancista apregoando não ser necessário ao patriotismo mineiro se adequar aos novos tempos, mas, ao contrário, acima de tudo deveria vir o fortalecimento da Nação Mineira. O progresso atuaria como elemento corroborador desse sentimento, cujas raízes estavam presentes na história de Minas Gerais, tendo como centro originador Ouro Preto.

Os projetistas do futuro mineiro a partir de um marco zero, a República e a nova capital, eram denunciados como especuladores da economia do Estado. Não seriam simples traidores, mas corruptos comprados com o dinheiro dos sindicatos.³¹ Os jornais passaram a publicar um número enorme de evidências do privilégio de alguns políticos, comerciantes e empreiteiros: na venda antecipada de terrenos em Belo Horizonte, antes mesmo de esta ser escolhida oficialmente como nova sede do governo mineiro; em garantias para exploração de ramais férreos ligando a Estação Central à nova capital; na escolha dos grupos promotores das obras de construção

³⁰ Idem.

³¹ O significado de sindicatos para a época estava ligado à companhia de capitalistas com o intuito de especular financeiramente, de forma ilícita.

da cidade planejada.³² Pelejar contra os sindicatos era um claro exemplo de honradez dos mineiros, portanto, mais um argumento a favor de Ouro Preto.

A maioria das notícias ligando o projeto de construção da nova capital à ação dos sindicatos informava a antecipação do anúncio da cidade escolhida pelo Governador do Estado, sem nenhuma consulta aos representantes políticos mineiros. Tal atitude foi vista como expressão de autoritarismo, irritando não apenas os defensores de Ouro Preto como os próprios mudancistas. Explicitava-se, assim, o possível acordo entre o Poder Público e os empresários, não apenas mineiros como cariocas e paulistas. Algumas companhias estariam reservando sua participação nas obras da futura capital oferecendo cerca de 15 mil contos pela garantia do contrato.³³

Quando uma vez por nosso lado bradamos contra a indigna e perversa conjuração de sindicalistas, concluídos para a mudança da capital, unidos por jogarem na praça o valor desta cidade, fazendo cálculos industriais sobre a posse do governo, como objeto de agiotagem, contestaram-nos dizendo ser nossa proposição um exagero monstruoso.³⁴

Travou-se uma nova batalha, pois os não mudancistas se opuseram a uma decisão sobre assunto tão polêmico, através de decreto do governador.

Se ainda insistem que a mudança seja decretada pelo ato ditatorial antes de reunido o Congresso mineiro, para cuja competência única apelamos, o insere-mos na em seu programa demonstraria que chegavam de acordo conosco, e que, afinal, cediam a pretensão arbitrária, conforme querem que o ato se não discuta e seja-nos imposto.³⁵

Sabiam os que resguardavam Ouro Preto da existência de uma maioria mudancista no Congresso Mineiro. Todavia, uma vez transferida a decisão para este fórum, se multiplicariam as discussões, arrastando o processo provavelmente para lugar nenhum. Assim, propagaram a decisão no Congresso, "... o lugar próprio para se discutir e se votar esta questão. A representação do povo é aí legal e expressa."³⁶

O protesto contra uma mudança por decreto acabou unindo os dois grupos que se sentiam excluídos da escolha do local. Sobre pressão, o Governador Augusto de Lima retrocede e passa a discussão e a decisão para os representantes políticos. O Congresso Constituinte, além de elaborar a primeira Constituição do Estado de Minas Gerais, também definiria o destino de sua capital. Num cenário no qual as decisões foram majoritariamente conciliatórias, o debate sobre a transferência da

³² *Jornal de Minas* – 31/03/1891.

³³ *Jornal de Minas* – 04/04/1891.

³⁴ *Jornal de Minas* – 08/01/1891.

³⁵ *Idem*.

³⁶ *Jornal de Minas* – 04/04/1891.

capital transformou-se num dos principais temas. Todavia, a maioria mudancista possuía um objetivo:

O passado seria enterrado definitivamente com as ruínas barrocas de Ouro Preto, ao planger dos sinos das suas igrejas centenárias. Tudo novinho em folha, trepidamente, moderno, funcionando como nos Estados Unidos, a terra do progresso e da esperança, graças à República, graças à Federação. (BARBOSA, 1982. p.98)

Mas não seria uma vitória fácil, a resistência ouro-pretana também utilizava o modelo americano a seu favor. A Capital dos Estados Unidos da América não era sua maior cidade, mas o local apropriado para harmonizar os conflitos e divergências nacionais. Insignificante em relação a Boston, Chicago, Filadélfia e Nova Iorque, Washington demonstrava que a riqueza de um país e consequentemente de um Estado não estava em sua capital, mas na sua lavoura, no seu comércio, nas suas indústrias. Associando Ouro Preto a Washington, bradavam:

Os mineiros, porém, mais práticos talvez que os norte americanos, querem a todo transe o extermínio da sua Washington – a legendária Ouro Preto, e esbofam-se, e engulham-se e enrouquecem a gritar. Mudança da Capital! Mudança da Capital! É um gosto, ou antes, é uma mania como outra qualquer.³⁷

Provavelmente esse foi um dos exemplos mais próximos da luta dos não mudancistas, restringindo-se a um discurso marcante conservador, clamando pela defesa das raízes mineiras entranhadas em Ouro Preto. Porém, com o passar do tempo, no desenvolvimento das discussões no Congresso, verifica-se um redimensionamento dos argumentos ouro-pretanos ao incorporar elementos modernos adotados pelos mudancistas. O modelo americano seria adotado pelos dois grupos com facilidade, assim como ambos adotaram o panegírico médico e higienista da época. Se Ouro Preto era caracterizada como adversa ao progresso e ao moderno, era necessário subverter esse retrato, assim, procurou ser moderna, revestindo-se de elementos do desenvolvimento que lhe pareciam impróprios.

A organização da resistência ouro-pretana fazia-se presente através de chamadas na imprensa local visando à mobilização da população.

Tendo sido adiada a reunião do povo convocada para anti-hontem, o convidamos para amanhã, 4ª feira, às 3 horas da tarde, comparecer na casa da Intendência. Não há “boletins”; por isso pedimos a nossos leitores que dêem a este convite a maior publicidade. Esperamos que não falte pessoa alguma interessada nos destinos de nossa bela e gloriosa capital.³⁸

³⁷ *Jornal A Ordem* – 08/05/1991.

³⁸ *Jornal de Minas* – 09/01/1891.

Objetivava essa reunião eleger uma comissão para reivindicar junto ao Ministro da Agricultura e Obras Públicas que reconsiderasse seu ato suspendendo os trabalhos da estrada de ferro ligando Ouro Preto a Itabira do Mato Dentro. Mais tarde, o Congresso Mineiro se transformaria em palco privilegiado para o enfrentamento entre mudancistas e não mudancistas. Alguns discursos dariam a tônica dos dois grupos. Os mudancistas:

Sr. A. Caldeira – Quanto às edificações, Sr. Presidente, Ouro Preto começa por ter contra si a própria natureza! Terreno montanhoso, escabroso, impossível de comportar edificações condignas de uma cidade capital!

E o que mais: mesmo esses edifícios imperfeitos, mal acabados e de péssimo gosto custam aqui preços fabulosos, o duplo do que custa um bom prédio em qualquer lugar; terreno montanhoso, argiloso e pouco firme, preciso é gastar-se, só nos alicerces de qualquer prédio. O que se gasta fora daqui na construção de uma boa casa acabada...

Revela-se ainda ponderar-se a dificuldade do transporte, porque sendo o lugar essencialmente montanhoso e a locomoção sendo quase impossível...

Pelo lado das indústrias, sabemos que em Ouro Preto não se pode haver indústrias, porque se o comércio vê-se abatido pelos inconvenientes que acabo de apontar, as indústrias co-participam das mesmas...³⁹

Defendendo Ouro Preto:

O patriótico Congresso Mineiro que no meio dos aplausos e admiração de toda União soube conduzir sagrada e inviolável a urna dos direitos, da tranquilidade e da paz deste brioso povo não pode, não deve e com certeza não há de querer sacrificar um passado de glórias e fulgores a uma simples medida estatística. Para ele estão voltados os olhos dos nossos irmãos de todos os outros estados, ele o piloto que soube afrontar a fúria desencadeada dos mares da desorientação e da anarquia mental, não há de querer agora fazer soçobrar a barca em boa hora confiada aos seus cuidados, depois ao porto da felicidade e da bonança.⁴⁰

A defesa de Ouro Preto não poderia restringir-se aos discursos parlamentares. Era necessário provar sua capacidade estrutural em manter-se como capital. Se ser civilizado significava adotar o mais novo e moderno modelo de organização e estrutura urbanística, o desafio estava aceito. O futuro de Ouro Preto também seria planejado. Não mais a cidade imperial representante da monarquia, mas a nova cidade cuja origem partia do século XVIII, uma modernidade herdeira dos Inconfidentes. Seu progresso não surgiria do nada, não seria um ponto zero, teria história. Esse seria o marco distintivo entre os não mudancistas e seus oponentes. Ambos

³⁹ Anais do Congresso Constituinte Mineiro. 5ª Sessão Ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. 04/05/1891. Discurso do Sr. Deputado Aristides Caldeira.

⁴⁰ Jornal *Correio da Noite* – julho de 1893. Discurso do Senador José Pedro Xavier da Veiga.

aceitariam a necessidade de modernização do Estado com sua capital refletindo e irradiando essa metamorfose, entretanto, se para os favoráveis à mudança esta se faria na construção de um novo espaço, uma nova capital planejada, sem vícios, organizada, para os defensores da permanência, Ouro Preto já se inseria na civilização. Bastava tornar-se, na aparência, moderna.

Superficialmente essa dissensão de ideias colocava em confronto a luta pela manutenção de privilégios, por parte do centro minerador, e a exigência de poder político dos grupos economicamente proeminentes, Mata e Sul. Contudo, encontra-se paralelamente uma discrepância entre o modelo de República adotado pelos dois grupos. Os mudancistas acreditavam no regime recém-instaurado, tendo como desafio a construção da Nação Brasileira estimulada pelo progresso, aquele que nega o passado monárquico e a escravidão, criando uma nova identidade fundamentada no futuro. “Era como se a República tivesse dissipado uma certa inércia do tempo, abrindo horizontes para a integração do país no mundo civilizado e acelerando o próprio ritmo da sua história.” (JULIÃO, *op. cit.* p.17) Já os não mudancistas encontravam no passado o seu exemplo de República, ou seja, a proposta republicana dos Inconfidentes. Mesmo defendendo a transferência da capital, o exemplo dos conjurados mineiros servia aos interesses ouro-pretanos em manter-se como centro do governo mineiro. Além de inaugurarem a luta republicana em Minas, propunham um regime diferente da ditadura militar imposta com o 15 de novembro de 1889. De um lado, expunha-se uma negação ao sistema estabelecido; do outro, antecipava-se a desilusão quanto à República brasileira.

A disputa pela alteração ou manutenção da capital mineira englobava inúmeras contendas regionais, transparecendo por trás da máscara de unidade da Pátria Mineira, a fragilidade e a inexistência de uma coesão entre os atores políticos sobre o caminho a seguir. Nosso estudo deparou-se com um momento de transformações nacionais e estaduais, no qual estava em formação o quadro político mineiro pós-império. Republicanos históricos e adesistas de última hora transformavam qualquer divergência em espaço para combate de suas ideias. Esses dois caminhos para Minas ao final do século XIX, aparentemente distintos, acabariam se encontrando ao construírem um imaginário do passado – positivo ou negativo – no qual o Império seria desprestigiado historicamente: renegado pelos mudancistas por ser o tempo do atraso, da irracionalidade, continuidade da exploração colonial; transformado em vácuo histórico pelos não mudancistas que, ao se referirem ao passado, resgatavam a atuação dos Inconfidentes, desvinculando-se a todo custo da tradição monarquista. Ouro Preto construiria, assim, o seu futuro, associando memória e transformação física e, ao fazer frente às ameaças, reinventou-se.

2 - A CIDADE RECRIADA

*As coisas que se vão não voltam nunca, toda gente bem sabe,
e em meio à clara multidão dos ventos é inútil queixar-se.*

Federico Garcia Lorca

Ouro Preto amanheceu novamente enfeitada no dia 21 de abril de 1892. Sua praça principal estava toda ornada com os tradicionais arcos de folhagens, escudos e galhardetes multicolores, ressaltando fatos e personagens da Inconfidência. À tarde, por volta das 13 horas, diversas corporações concentravam-se no Largo D' Alegria, cada qual com seu estandarte, para iniciar o grande préstito cívico. Toques de clarins anunciavam o piquete da cavalaria abrindo a marcha. Logo em seguida vinha a Banda de Música da Brigada Policial. As ruas da cidade, já tomadas pelo povo, receberam as instituições de ensino e seus alunos. Viam-se os estandartes da Faculdade de Direito, das Escolas de Minas, de Farmácia, Normal, do Ginásio Mineiro, do Liceu de Artes e Ofícios, do Colégio Mineiro e das Escolas Públicas de Instrução Primária. (CABRAL, 1969)

As corporações, as autoridades e a população dirigiam-se à praça, onde aguardavam a chegada do Presidente do Estado, Conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena. Todos se postavam à base do monumento a ser inaugurado. Vinte e uma senhorinhas da alta sociedade ouro-pretana precediam a comitiva presidencial – conduzindo ramalhetes e coroas de flores – representando a Capital Federal e os Estados. Às 14 horas e 30 minutos cortaram-se as fitas do véu, descobrindo-se, sob palmas vivas, a pedra fundamental para o monumento a Tiradentes, protomártir da liberdade. (CABRAL, 1969)

Salvas de dinamite estouravam tornando mais dramática a execução do Hino Nacional. À noite, a cidade apresentou-se iluminada por lanternas, venezianas e copinhos coloridos caprichosamente organizados pela população que vislumbrou uma festa especial de fotos, fartura, arranjo na iluminação e inflamados oradores. O Monumento, a ser criado pelo escultor italiano Cestari, exporia toda a força da tradição histórica mineira, a massa popular presente ao evento legitimava o homenageado. Um esforço maior se apresentava naquele momento, reafirmava-se a importância de Ouro Preto como berço das tradições mineiras, da luta pela liberdade, e mais, como primeiro reduto republicano do Brasil. Essa seria uma entre tantas outras estratégias instrumentalizadas pelos defensores da manutenção de Ouro Preto como capital do Estado. Não bastava defender a velha capital, era

preciso superar seu passado imperial e seu presente, alvos das mais duras críticas. Fazia-se necessário reinventá-la, recriá-la.

Como se verificou no capítulo anterior, a ameaça de retirar-se a capital de Ouro Preto ganhou força com a República. Todavia, se por um lado o discurso mudancista trazia novos elementos, também os defensores da permanência da capital inovaram em seus argumentos e práticas. Os não mudancistas incorporaram novas estratégias de ação, cujo objetivo era enfraquecer a opção por uma nova sede para o Estado. Dois caminhos foram adotados para salvaguardar Ouro Preto: a reforma urbana e sua valorização histórica.

2.1. “Ou melhora-te ou morre-te”

Mesmo antes da inauguração do monumento a Tiradentes, os não mudancistas já articulavam a segunda parte do plano de defesa de Ouro Preto. Não bastavam apenas os discursos inflamados no Congresso Constituinte, nem mesmo a alegação de corrupção entre sindicatos e governo, o separatismo transformava-se em uma ameaça até mesmo para aqueles que o utilizavam como instrumento de pressão. Ouro Preto não se garantiria só com palavras. Assim, as críticas à velha estrutura física da capital resultaram num programa de (re)ordenamento urbano-estrutural da cidade, cuja proposta era modernizar para sobreviver. Optar por reformulá-la não foi algo inédito. Desde sua fundação, havia uma preocupação em dotá-la de conforto e transformar o seu aspecto naturalmente melancólico e triste.

O calçamento geral, a distribuição de chafarizes por toda a zona central, a construção de muralhas de arrimo em trechos de ruas ou para segurança de edifícios, as pontes de pedra e encanamento de esgotos, a edificação de prédios sóbrios e de templos suntuosos, a proibição de animais soltos pelas ruas, a obrigação dos moradores de trazerem limpos os quintais de suas casas e varridas as respectivas testadas, os jardins bem trabalhados, embora construídos em forma de tabuleiros, a iluminação pública, tudo isso revela o anseio do povo para que a cidade se tornasse atraente. (CABRAL, *op. cit.* p.79)

Em outubro de 1891, implantou-se o Conselho da Intendência Municipal da cidade de Ouro Preto⁴¹, produzido para justificar a rapidez e os critérios na escolha da empresa responsável pelas obras, retratando bem a dramaticidade da luta pró-Ouro Preto.

A pressa é inimiga da perfeição; mas as urgências têm por seu turno um caráter absoluto. A cidade viu-se, vê-se, como dizemos, nas portas de um dile-

⁴¹ Conselho da Intendência. Informação sobre o Contrato Celebrado pela Intendência Municipal para os melhoramentos da cidade de Ouro Preto. Ouro Preto, Ordem, 1891. APM.

ma implacável – ou melhora-te ou morre-te. Entre a vida e o suicídio só não se decidem os descrentes do futuro; os desenganados da justiça de Deus; os covardes ou os impotentes diante das dificuldades da vida, dos terrores, das impaciências e da sorte.⁴²

A resposta não mudancista adquiriria novo fôlego. A defesa de Ouro Preto tornar-se-ia mais perceptível, visível. O grande argumento mudancista deveria ser inutilizado: terrenos ingratos seriam “domados”; os defeitos corrigidos; a insalubridade saneada; a topografia difícil planificada. Ansiava-se por transformar a capital num modelo de organização, planejamento, beleza e modernização. Um espelho para os desejos republicanos, um orgulho para seus habitantes e para todos os mineiros. Moderna e histórica, Ouro Preto não teria concorrentes. Colocar-se-ia antes de tudo, como um contraponto a qualquer outra cidade, porventura indicada para ser a nova capital.

Os organismos antigos resistem com legítimo instinto de conservação. As tradições históricas, a experiência diuturna de uma ordem secular, os interesses econômicos de fatores criados, o hábito mesmo de uma solidariedade moral, que os homens não rompem bruscamente, se tem a consagração do passado, todas estas qualidades deveriam e devem ser ponderadas em balança fiel no dia solene, dia de incomparáveis pensamentos e angústias bem fundas em que seja decidida a sorte do Estado com a mudança do governo para um lugar desconhecido, para uma esfinge de ilimitadas incertezas.⁴³

Os não mudancistas defendiam uma capital moderna, mas com passado. Paradigma para a construção de um futuro com raízes. Nenhum discurso negava a importância de Minas se modernizar, muito menos questionava começar esse movimento a partir da imagem da capital. Ouro Preto poderia liderar tal processo, pois sempre sediou os mais importantes movimentos políticos e culturais mineiros e nacionais. Apostar na velha capital seria não investir no escuro, no incerto. A possível nova capital estaria desprovida dessa segurança existente somente em lugares com história, seria, assim, a “esfinge de ilimitadas incertezas”.

A esfinge, uma figura fantástica representando a conjunção de animais diferentes, simbolizava muito bem o mosaico de práticas e ideias presentes na sociedade imperial brasileira na segunda metade do século XIX. Uma sociedade na qual encontrávamos autoritarismo, liberalismo legal, avanços tecnológicos, mudanças de costume, urbanização, escravidão, patriarcalismo, conservadorismo, discurso da ordem e violência social e institucional. Personificava o esforço das elites dominantes em construir, na prática e no discurso, uma identidade para a Nação Brasileira (GOOWIN JÚNIOR, *op. cit.*). (Re)elaborada pelos não mudancistas, a esfín-

⁴² Idem.

⁴³ Idem.

ge passa a representar um conjunto de elementos alheios à identidade mineira, presentes na construção de uma nova capital. A cidade, erigida a partir de cópias de estilos urbanísticos modernos, surgiria do nada não tendo passado, ruínas, memória. A nova sede de Minas seria estrangeira, apartada e abstraída demais para os próprios mineiros.

Quanto a Ouro Preto, não havia dúvidas, seu passado estava gravado nas pedras de suas ruas e casas, na sobrevivência de suas igrejas e monumentos. O desafio de transformar a velha cidade em um exemplo urbanístico era agora responsabilidade de todos. O projeto de melhoramentos da cidade era o seu mais ousado instrumento de defesa. Falhar significaria morrer. Vitoriosa, a cidade se eternizaria.

Resta agora só que as obras comecem e prossigam com toda energia; – Res no Verba – e que ao lado de suas tradições maiores, sinta Ouro Preto no sangue generoso do presente desatar-se a fé no futuro – como a Cidade Eterna de Minas Gerais.⁴⁴

2.2. O projeto de modernização

O contrato para modernização de Ouro Preto foi celebrado pela Intendência Municipal em 12 de setembro de 1891, tendo como responsáveis pela Empresa de Melhoramentos da Capital os Srs. Dr. Alexandre Moura Costa e Vicente Barreiros. Ao se estipularem seis ou sete anos para a finalização das obras, subentendia-se sua grandiosidade. O principal objetivo do projeto era associar a opulência histórica da capital ao futuro emergente.

No dia 22 de setembro, inauguraram-se os trabalhos numa solenidade no Morro da Força com a presença do Presidente do Estado Dr. Cesário Alvim e demais autoridades civis militares.⁴⁵ Precedidos pela bênção sacerdotal do Padre Camillo Veloso, fizeram-se ouvir discursos fervorosos tanto por parte dos empresários contratados quanto pelo Presidente Alvim.⁴⁶ Não foi o gosto pelas celebrações públicas o motivo pelo qual se reuniram figuras importantes da vida ouro-pretana e mineira, algo mais estava em jogo, Ouro Preto partia para o ataque.

A princípio, o número de obras restringiu-se a alguns pontos escolhidos como preferências para as reformas. A intervenção organizar-se-ia no intuito de modernizar, higienizar e embelezar a cidade. Nesse propósito não seriam esquecidos os projetos de habitação de regiões diferenciadas e convenientemente aptas à ocupação de uma população a qual se buscava ampliar. Ruas seriam alargadas,

⁴⁴ Informação sobre... *op. cit.*

⁴⁵ *Estado de Minas* – nº 271 – Ouro Preto, 05/01/1892. p. 4. Coluna Literatura, com o subtítulo “Ouro Preto e seus progressos atuais”, assinada por José Palmella.

⁴⁶ *Idem.*

alinhadas, calçadas com paralelepípedos, além de se adequarem suas casas. Buscava-se adaptar a antiga Vila Rica à arquitetura moderna, cujos edifícios e embelezamentos proporcionassem ao visitante que, “ao desembarcar do trem de ferro, possa logo exclamar com o sorriso nos lábios: Magníficos!”⁴⁷. Uma primeira relação de obras expõe a opção modernizadora escolhida pelos não mudancistas.

O Morro da Força era um dos principais símbolos da opressão colonial, tendo sido o local escolhido – em substituição a Cabeças – para a execução dos condenados (CABRAL, *op.cit.*). Sua localização próxima à Escola de Farmácia, prolongando-se até a Barra, tornava-o um espaço privilegiado para uma modernização exigente de visibilidade. Assim, a proposta inicial seria cortá-lo até o nível do Caminho Novo formando uma espaçosa área, para aterrar o vácuo atrás da Cadeia e a Chácara Eduardo, desapropriando-se e preparando o terreno para construção de 50 casas, um jardim e dentro um “footijthema”.⁴⁸ Projetava-se fazer com o desmonte do Morro de Santa Quitéria, vulgarmente conhecido como Morro da Força, uma grande praça, cuja superfície plana e passeio público seriam símbolos do planejamento urbano almejado pelos não mudancistas.

A intervenção na estrutura urbanística da capital expunha a radicalização adotada pelo modelo de modernização proposto. Nos pontos escolhidos, tudo seria transformado no objetivo de apagar, o quanto fosse possível, as marcas deixadas pelos anos de colonização, as quais a monarquia não se preocupou em desmanchar.

Próximo ao Morro da Força, encontrava-se um outro lugar privilegiado dentro do projeto de modernização de Ouro Preto. Tratava-se da região do Ribeirão do Funil, mais precisamente aquela região demarcada por sua ponte. Segundo Antonil, foi encontrada nesse ribeirão a primeira palheta de ouro por um mulato bandeirante. Recebeu o nome de Funil pelo fato de suas águas nervosas formarem constantemente redemoinhos (CABRAL, *op. cit.*). Lugar de encontro da população, a Ponte do Funil possuía uma vitalidade ansiosa por maiores espaços, pois,

Ali são enterrados os vivos e desenterrados os mortos. Quem quiser saber por miúdo o que consta e não consta na cidade vá passar as tardes na ponte que fica sobre o Funil, afluente do Rio Carmo. É esplêndida, fervorosa e suculenta a prosa ali, normalmente nos tempos políticos que atravessamos.⁴⁹

Pelo projeto de obras teria sua ponte alargada para 1.160 metros, o que exigia a “demolição do muro em frente à casa do cidadão Francisco de Paula Soares

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Edital de Melhoramentos da Capital. 27/07/1891 – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto.

⁴⁹ Jornal *O Diabinho* – outubro de 1885.

Ferreira”.⁵⁰ Também se faria o alargamento e o calçamento da rua que ligava a Escola de Farmácia à Ponte do Funil, de onde se construiria passeios bilaterais até a Barra.⁵¹ A localização da Ponte do Funil exigia uma intervenção como resposta a dois objetivos básicos: saneamento e projeção da cidade.

Durante os períodos de chuva, o Ribeirão do Funil demonstrava toda a força de uma natureza ainda não domada pelo homem. Inundações eram frequentes, assim como o despejo de animais mortos, lixo, esgotos e toda a ordem de sujeiras vindas à tona com as enxurradas. À proposta de alargamento e calçamento da Ponte do Funil associava-se todo um planejamento visando, se não sanear, pelos menos controlar a região. Novas obras seriam propostas, dentre as quais se destacava a construção de um cais da Ponte do Rosário até a do Funil, desapropriando quintais e aterros se necessário para desobstrução do ribeirão.⁵² Requeria-se aterrar o Vale do Funil, nivelando-o à estrada da Barra, assim como construir em sua ponte arcos com pedras preparadas e argamassa, impedindo inundações.⁵³ Tais obras exigiam urgência, o serviço deveria ser construído antes das chuvas de março, evitando-se, assim, a exposição dos problemas reais da capital, munição para os mudancistas.

Embelezar a Ponte do Funil com calçamento e construção de muros nas margens do ribeirão objetivava melhorar a primeira imagem ofertada pela cidade e seus visitantes, uma vez ser próxima à Estação da Estrada de Ferro. Não se precisava pegar uma máquina do tempo para, com as informações dadas, imaginar os problemas encontrados pelos viajantes ao desembarcarem em Ouro Preto, principalmente em períodos de chuva. Quando não chovia, havia o mau cheiro ocasionado pelo acúmulo de lixo e animais em decomposição. Principal porta de entrada da capital, a Estação deveria transmitir de imediato ao visitante a grandiosidade da cidade. Para isso, a região sofreria o maior número possível de intervenções, iniciadas no alto do Morro da Força, passando pela Ponte do Funil e prolongando-se até a Barra.

A associação entre saneamento e embelezamento não era invenção dos defensores de Ouro Preto, mas incorporavam-se aos novos modelos de organização urbanística, resultado de uma nova visão sobre a saúde, ainda privada, mas já com interesses e discursos públicos.

2.3. A cidade doente

Ruas maltraçadas, construções irregulares, estabelecimentos maldireciona-

⁵⁰ *Estado de Minas* – 17/02/1892 – Casa do Pilar/Ouro Preto.

⁵¹ *Estado de Minas* – 10/02/1892 – Casa do Pilar/Ouro Preto.

⁵² Atas da Sessão Extraordinária da Intendência – 21/12/1981 – Casa dos Contos.

⁵³ *Estado de Minas* – 05/01/1892 – Casa dos Contos.

dos, falta de pavimentação, dificuldades na distribuição de água e esgotos. Problemas recorrentes em Ouro Preto, mas não se tratava de uma exclusividade. Em fins do século XVIII e por todo o século XIX, reproduziu-se em todo o mundo a preocupação com o estado de suas cidades. Não se almejava apenas uma cidade sã, mas adequá-la a um modelo referendado pelo saber médico higienista.

Cidades européias, como Londres e Paris, receberam, no decorrer dos oitocentos anos, uma multidão expulsa do campo, esfomeada e esperançosa de se incorporar ao desenvolvimento industrial urbano. Conviviam no mesmo espaço a opulência material dos enriquecidos industriais e comerciantes, com a crescente degradação humana dos excluídos. O desenvolvimento capitalista, alternando momentos de triunfo e crise, contribuiu substancialmente para tornar ainda mais miserável a vida da multidão urbana (BRESCIANNI, 1994). Paralelamente ao crescimento populacional nas grandes cidades, verificou-se o acirramento do pânico em relação à multidão. Os pobres não serviram apenas como mão de obra acessível, mas impunham às elites europeias o pânico generalizado, que ora se configurava no temor a rebeliões sociais (França), ora nos contágios de doenças e da moral (Inglaterra). Verificou-se uma reorganização do poder no sentido de ordenar essa multidão, aparentemente incontrolável.

As “classes pobres” passaram a ser descritas como “classes perigosas”, depositárias de toda espécie de vícios, da ociosidade à imoralidade. Suas moradias um perigo eminente à saúde da sociedade. Uma preocupação inaugurada com a medicina coletivizada e estatizada, em fins do século XVIII, na Alemanha. Médicos tornaram-se funcionários públicos unindo o papel de autoridade ao saber médico. O corpo passa a ser uma realidade biopolítica, enquanto a medicina efetiva-se como estratégia biopolítica. Cabe aos discursos e práticas médico-educativas disciplinar, dotando o homem de docilidade, utilidade. (FOUCAULT, 1979)

É o diagrama de um poder que não atua no exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e à manutenção da sociedade industrial capitalista. (FOUCAULT, op. cit. p.19)

Reunindo-se às engrenagens do poder, a medicina produz uma verdade a qual ela mesma se legitima pelo monopólio do saber científico. Através do discurso médico, práticas de repressão às “classes pobres” receberiam a justificativa do bem coletivo, em nome da estrutura física da cidade, assim como da intimidade de vida de seus habitantes.

Foi na França, em fins do século XVIII, que surgiu a Medicina Urbana, preocupada com a cidade não só como espaço de produção e circulação de merca-

dorias, como também de sua população, uma massa empobrecida. O poder político esquadrihava a população urbana no sentido de informar-se sobre todos os seus perigos. À inquietude política, somava-se a preocupação sanitária, ampliada concomitantemente, com o desenvolvimento urbano. A burguesia precisava agir, controlar, excluir o perigo e as “classes perigosas”. Destacava-se na atitude higiênico-sanitarista a preocupação com lugares amontoados (cemitérios, matadouros, cortiços), o controle da circulação do ar e a organização nas distribuições de água e esgoto. Pautando-se no saber médico, a Medicina Urbana classificou o pobre como um mal à saúde da cidade. Ameaçando a sociedade civilizada, trabalhadores e vagabundos compunham a multidão amontoadada. Sobre eles, era preciso legislar, se necessário reprimir.

A Medicina Urbana se apresentou como a medicina não só das coisas (ar, água, decomposições, etc.), mas também das condições de vida e dos meios de existência. Ressaltou-se nesse momento a noção de salubridade.

Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim, o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível para os indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são os estados das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no século XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político científico deste meio. (FOUCAULT, *op. cit.* p.93)

A cruzada pela salubridade orientou-se no reordenamento físico das cidades. Abertura de longas e largas avenidas, derrubada de casas e edifícios, nivelamento de terrenos e morros, enfim, uma intervenção emergencial para facilitar o arejamento e o escoamento das águas estagnadas. A esse movimento somou-se a campanha disciplinadora das “classes pobres” visando, através da repressão e da educação das crianças, extirpar os seus inúmeros vícios insalubres e morais.

Outro Preto não compartilhava com Londres e Paris os problemas ligados à multidão. No passado, havia sido mais habitada. Consta uma transferência considerável de sua população – assim como de todo centro minerador – rumo a regiões de maior prosperidade econômica no século XIX, como a Mata e o Sul.⁵⁴ A realidade ouro-pretana não comportou (e não comportaria com o passar dos tempos) um processo de crescimento industrial como o verificado nas duas capitais europeias. Mesmo comparada ao Rio de Janeiro, Capital da República, Ouro Preto oitocentista apresentava-se como estudantil e provinciana. Em seus fins de

⁵⁴ Esse assunto foi mais bem analisado no primeiro capítulo.

tarde, ainda havia tempo para as reuniões de famílias, animados grupos de conversa, crianças a brincar de roda, senhoras a fazer crochê, moças e rapazes a trocarem prendas (CABRAL, *op. cit.*). Como proposta para o melhoramento da cidade, incluía-se a construção de casas em pontos diversos e convenientes, dotadas de condições higiênicas e estilo arquitetônico moderno para abrigar mais de 4 ou 5 mil famílias, nacionais ou estrangeiras, na capital. A edificação de inúmeras escolas e academias também seria um atrativo para novos estudantes, cujos pais ansiavam por tranquilidade e segurança.⁵⁵

Porém, o discurso higienista era facilmente instrumentalizado pelos críticos mais veementes a Ouro Preto. A cidade aparentava, desde o princípio do século XIX, uma situação de decrepitude física, anteriormente narrada pelos viajantes e reforçada nas denúncias dos jornais do período. Para o bem de Ouro Preto e contra os “tempos bicudos”, exigia-se uma resposta ao quadro desolador encontrado: lixo nas ruas, iluminação precária, calçamentos malfeitos, chafarizes quebrados, animais soltos.

O Pai Mineiro
O Filho Cavaleiro
O Neto Sapateiro⁵⁶

Para os mudancistas, o passado de glórias e riquezas estava enterrado. Não poderia, nem deveria ser imitado. Tornar-se-ia apenas uma referência, pois os tempos haviam mudado, outros eram seus filhos, seguindo rumo ao progresso. A hora de ladear as nações civilizadas excluía a velha capital.

Os não mudancistas conheciam bem o discurso higienista. Este ganhara maior notoriedade com o advento da República, porém, já no Império, tornara-se a saúde um desafio político. Como resposta à desordem urbana, as Câmaras Municipais passaram, a partir de 1824, a se encarregar da higiene pública. Dentro de sua esfera de atuação, pautavam-se: a ordem urbanística, com reformas, limpeza, iluminação, conservação e construção de pontes, estradas, etc.; a ordem econômica policiando e incentivando a agricultura, o comércio e a indústria através do controle dos pesos, medidas e da salubridade da produção; a ordem populacional atuando na vigilância sobre a moral e a sanidade pública, auxiliando, assim, a saúde e a educação. (MACHADO, 1978)

Com a República, a medicina passa a ser sinônimo de lei, patriotismo, liberdade e civilização. Suas táticas prescrevem ao homem o equilíbrio físico e moral, tornando-o ordeiro, sem excessos.

⁵⁵ Estado de Minas – 17/11/1891 – Casa do Pilar.

⁵⁶ A Província de Minas – 17/02/1880 – Arquivo Público Mineiro.

Para que se preserve a saúde de uma população, portanto, há necessidade da implantação de uma sociedade onde não se suscitem paixões, onde o caos seja desfeito, onde reina a ordem, onde tudo funciona, onde não existam monstros, onde os costumes sejam doces.⁵⁷

As elites brasileiras temiam pela ordem numa sociedade pós-abolição, ou seja, os negros não mais estavam sob seu controle e, entre as “classes perigosas”, eles sempre eram os maiores suspeitos. O outro problema a ser enfrentado era a necessidade de uma nova organização das relações de trabalho. Era preciso construir instrumentos de pressão para coibir a ociosidade, ao mesmo tempo, a polícia sanitária atua com plenos poderes para erradicar os hábitos de moradia dos pobres, nocivos à sociedade. A higiene pública tornava-se ideologia (CHALHOUB, 1996).

Em primeiro lugar, está presente a idéia de que existe um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade para qualquer “povo”, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos, para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos”, será a solução dos problemas de higiene pública. (CHALHOUB, op. cit. p.35)

O discurso médico atuou também como um contra-ataque aos discursos mudancistas. Usando as armas dos inimigos, os não mudancistas denunciaram a insalubridade do clima, as epidemias possivelmente existentes em Belo Horizonte, a provável escolhida para nova capital. Um dos principais alvos das críticas dos defensores de Ouro Preto eram os inúmeros casos de bócio, somados aos de lepra, existentes na antiga vila de Curral Del Rei. Os argumentos eram dotados de base científica e muita, muita ironia. Se contra os “papudos” não se poderia lutar...

Art. 1º - Fica inteiramente proibido andar sem papo em todo o território do nosso Estado, devendo-se considerar imperfeitas as crianças que nascerem sem o dito adminículo e, banidos os adultos que à rua saírem de pescoço fino.
Art. 2º - Ficam estabelecidos privilégios com garantia de juros de 7% ao ano, durante duzentos, a todas as fábricas de papos postiços que se dedicarem à produção de papos a vapor ou sem vapor, a fim de fornecer, ao mais barato possível, tão indispensável ornato de nosso povo.
Art. 3º - Todo papudo sem caroço será papão de terceira classe; de um caroço de segunda e de primeira os de dois caroços, reconhecendo-se nesta ordem todas as preferências e direitos aos encargos e pepineiras do Estado. Três caroços, será titular quem os possuir, benemérito da pátria, papão de barão e de cutelo.⁵⁸

Ao sarcasmo somavam-se denúncias sobre as irregularidades de um lugar

⁵⁷ Idem. p. 197.

⁵⁸ *Jornal de Minas* – Quarta-feira, 08/04/1891.

onde o calor era excessivo e desagradável durante os períodos sem chuva. A alternância da temperatura, sempre tendendo ser mais elevada que na antiga capital, também foi usada como instrumento de crítica. Perguntavam-se os não mudancistas sobre a possibilidade de se assegurar a salubridade numa localidade tão exposta às doenças e epidemias. Duvidavam paralelamente da capacidade de abastecimento e saúde da água da concorrente mais forte à nova capital⁵⁹.

Ao mesmo tempo, era divulgado pelo inspetor da higiene de Ouro Preto, Dr. Francisco P. Barbosa, um amplo estudo sobre os baixos índices de mortalidade da capital⁶⁰. A pesquisa se fez no mês de julho de 1891, no qual foram verificadas oito mortes na cidade. Informações sobre sexo, idade, estado civil e nacionalidade dos mortos adicionaram-se à localização da morte e a sua causa. Duas pessoas haviam morrido de lesão cardíaca. Os outros seis casos dividiam-se em febre puerperal, febre typhoidia, pneumonia, pleurisia com derramamento, carcinoma do estômago e marasmo senil⁶¹. Novo relatório foi publicado no mês de novembro⁶², tornando-se uma prática eficaz para demonstrar a inexistência de epidemias na cidade, assim comprovando sua salubridade.

O Projeto de Modernização também incorporou o discurso médico-higienista como um poder próprio para organizar, controlar e regulamentar a vida dos ouro-pretanos. Intendência e Câmara Municipal dividiam com a Companhia de Melhoramentos a autoridade para normalizar a sociedade ouro-pretana, porém, não se tratava de algo inédito.

Art. 27 - Os proprietários de prédios da capital são obrigados:

1º - A fazer encanamentos de tubos de barro vidrado ou pedra, internamente cimentados e cobertos, para escoamento das águas pluviais, servidas e de latrinas, em seus terrenos e a conservarem latrinas convenientemente limpas e asseadas;

2º - A ter seus pátios e quintais ou cercados, limpos e livres de qualquer lixo, removendo diariamente estes para lugares designados pela Câmara;

3º - A caiar de 3 em 3 ou pintar do que julgar melhor de 5 em 5 anos a parte externa dos prédios e muros, bem como a conservar limpas e capinadas as testadas na extensão de 1 metro e 30 centímetros.

* A obrigação do nº 2, bem como a última do nº 1, cumpre ao inquilino ou morador da casa.

(CABRAL, *op. cit.* p.86).

Datada de 22 de julho de 1886, a presente regulamentação da Câmara Municipal de Ouro Preto demonstra uma preocupação em ordenar as habitações

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Jornal *A Ordem* – 08/08/1891 – Resumo.

⁶¹ Idem.

⁶² Jornal *A Ordem* – 14/11/1891 – Resumo.

na cidade. Reunia-se a essa tentativa a proibição de se lavar vasilhas e hortaliças nos chafarizes, assim como deixar animais soltos pelas ruas, como vacas, porcos e galinhas. Verifica-se terem sido pouco eficientes as batalhas por uma cidade mais limpa e conservada durante grande parte do século XIX. Repetidas vezes encontravam-se editais da Intendência ou da Câmara, regulamentando, proibindo, estipulando multas e sanções para quem desobedecesse as regras. Ano após ano eram reeditados ou reelaborados, mas nunca atendidos. Um dos principais problemas de Ouro Preto dizia respeito às suas ruas e ao lixo nelas acumulado. Era preciso criar regras definindo como seria feito o recolhimento do lixo e a limpeza das ruas. A sujeira deveria tornar-se invisível aos transeuntes, inviabilizando mais um instrumento da propaganda mudancista.

2.4. O lixo, as ruas

As ruas de Ouro Preto sempre foram os maiores alvos das críticas dos mudancistas. Tortuosas, estreitas, mal iluminadas, verdadeiros depósitos de lixo. Nelas encontrava-se com facilidade, crescendo como praga, o mato e até mesmo ervas classificadas como venenosas. Animais soltos pelas ruas, sujeiras e mau cheiro. A limpeza, até a metade do século, era realizada por condenados, em dias alternados, porém, quando havia festa ou procissão, podiam-se ver escravos particulares a varrer a porta da casa de seus senhores.⁶³

Atuavam as autoridades ouro-pretanas no sentido de controlar o depósito do lixo nas ruas. Em 3 de abril de 1891, a Diretoria Geral de Obras Públicas assinou contrato com o Capitão Fortunato Pereira, para saneamento e limpeza da cidade, “medida há muito reclamada como principal necessidade da Capital”⁶⁴. Dias depois, era publicado um regulamento sobre o lixo, estipulando seu armazenamento em caixotes a serem colocados durante a noite nas portas dos prédios para serem recolhidos durante a madrugada. Definiu-se, também, uma multa de 5\$000 réis para os infratores, reincidentes pagariam o dobro. Como destaque, encontra-se a proibição de se depositar o lixo durante o dia⁶⁵. O lixo era um problema difícil de resolver. Retirá-lo da visão quotidiana aliviaria a tensão e o medo decorrente do perigo constante de epidemias. Ao mesmo tempo, controlavam-se os terrenos abandonados. Seriam pagos impostos de 6 mil réis ao ano “para terrenos que dão para as ruas desta cidade e estão sendo ocupados por quintais, plantações de capim e hortaliças, quando podem ser aproveitados para edificação de casas”⁶⁶. A capital

⁶³ Idem.

⁶⁴ *Jornal A Ordem* – 03/04/1891

⁶⁵ *Jornal A Ordem* – 17/04/1891 – Determinação do Intendente Dr. Marciano Pereira Ribeiro, em 14/04/1891.

⁶⁶ *Jornal A Ordem* – 05/09/1891 – Edital da Intendência Municipal – Presidente Henrique Edmundo Reimault.

precisava modernizar-se, construir novos prédios, abrir mão de uma de suas principais características, a improvisação.

A peleja pela limpeza em Ouro Preto exigia providências no sentido de evitar a propagação de epidemias, relatadas como comuns. Frequentemente queimavam-se desinfetantes por toda uma cidade já abalada pela febre amarela, e que tinha na Ponte da Casa dos Contos uma de suas fontes de infecção⁶⁷. Ao mesmo tempo, a fiscalização guerreava com os donos de animais, insistentes em deixá-los soltos pelas ruas. Muitas vezes esses se organizavam, invalidando a ação dos fiscais. Assim faziam os comerciantes das ruas Tiradentes e São José, proprietários de leitões. Informado da multa sofrida pelo companheiro Vicente Longo, o Sr. Affonso Machado tratou de recolher seus animais da rua antes que a fiscalização chegasse⁶⁸. Alguns eram mais ousados, como mostra este documento.

Exmo. Sr. Dr. Presidente e Agente Executivo da Câmara Municipal desta Cidade. Em cumprimento ao que depõem as posturas municipais e mesmo a ordem verbal do Sr. Fiscal Geral, para a apreensão de cabras e porcos que se acham vagando pelas ruas da cidade, dei imediatamente cumprimento, recolhendo três cabras que se acham no átrio da Matriz de Antônio Dias, para o curral do conselheiro. Porém, o Sr. Arthur Napoleão de Carvalho, dono dos mesmos animais recolhidos a 16 do corrente mês, no dia seguinte dirigiu-se ao curral, armado de um cacete, arrancando-me e aos demais empregados, que fizeram as apreensões dos referidos animais, retirando-os para sua casa sem pagar os direitos legais e sem autorização alguma de vossa Exc. e não achando-me presente, e sim, aqueles empregados, que, assustados pela maneira que ele ali se portou, deixaram o mesmo Sr. Carvalho, levar consigo os animais.

Declarou mais, o mesmo Sr. Carvalho, que ia soltar os referidos animais e que se fossem recolhidos novamente aos currais, que haveria de mostrar-me e aos demais empregados o perigo que por tais fins corríamos.

Para testemunho do fato acontecido menciono os nomes do Srs. Aleixo da Costa, Malaquias José, José Raymundo e Theodoro Oliveira.

Em vista, pois do exposto, peço a V. Exc. providenciar urgentemente, para não mais reproduzirem-se semelhantes abusos e serem cumpridas as posturas municipais e para que os empregados tenham sempre forças para bem empregar suas atribuições e ao ver prejudicado o serviço público.

Deus guarda vossa Excelência!

Ouro Preto, 18 de Novembro de 1893.

O Fiscal da Freguesia de Antônio Dias – José Maria Gavim.⁶⁹

Nenhuma punição foi proposta para o Sr. Carvalho, demonstrando o pouco

⁶⁷ *Estado de Minas* – 05/01/1892.

⁶⁸ Documento original assinado pelo fiscal José Alexandre – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto – Caixa 1896.

⁶⁹ Documento original – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto – Cx. 1893.

prestígio das regulamentações sobre os animais. Prevalecia o costume de soltá-los pela cidade, liberando seu dono da construção e manutenção de currais. Encontrava-se, também, um exemplo da resistência da população às constantes diligências normalizadoras de seu cotidiano. Evidências de uma tentativa não muito tranquila de instrumentalizar o discurso higienista. Os inúmeros editais sobre o lixo retratavam bem a guerra travada entre autoridades públicas e a população em geral. De um lado, atitudes respaldadas pelo saber médico, por outro, práticas quotidianas, costumes tradicionais. Conflito resolvido muitas vezes por decisões autoritárias.

No prosseguimento dos melhoramentos, verificou-se uma constante atuação da população no sentido de reivindicar obras, fazer críticas, dar sugestões, e, principalmente, exigir indenizações quando se sentia prejudicada. Não se encontravam informações sobre quem eram esses descontentes com as reformas, tampouco conseguiu-se verificar se se tratavam de elementos privilegiados dentro da sociedade ouro-pretana. Porém, observava-se nos documentos uma proximidade com o poder, principalmente pela forma dura à qual se dirigiam às autoridades em suas reclamações. Por outro lado, algumas pistas são dadas pelo próprio objeto por eles clamado. São donos de moinhos, terras, chácaras, e até mesmo autoridades municipais⁷⁰.

Assim, o Sr. João Francisco dos Reis reivindica pagamento de um moinho que possuía na Praia da Barra, bem como plantações, perdidos nas obras de desmoronamento do Morro da Força e no consequente rebaixamento do leito do Funil⁷¹. D. Giovanna Maria dos Prazeres Martins pede indenização pela apropriação do quintal de sua chácara (na Rua das Lages, em frente à casa do Sr. Antônio Pedro Motta) com cerca de 50m², para alargamento da mesma rua. Seu pedido de indenização se faz acompanhar por um abaixo-assinado de outros proprietários na mesma condição⁷². Certamente D. Giovanna deveria ter maior acesso às autoridades municipais, servindo seu nome de esteio aos demais reclamantes. Inúmeras dessas reivindicações surgiram da opção dos empresários dos melhoramentos em promover uma profunda intervenção nas ruas da capital.

O maior número de obras ocorre na reforma e no calçamento de várias ruas de Ouro Preto. Nascidas na espontaneidade da ocupação mineradora, chegaram nos últimos anos do século XIX sem apresentar nenhuma organização. A inexistência de numeração, além de placas indicando sua denominação, fazia da localização dos edifícios, casas e repartições públicas uma dificuldade aos visitantes. Os ende-

⁷⁰ Por serem feitas as reclamações por escrito, algumas foram feitas por terceiros. Apesar de pequeno o número de amostras encontrado, estes sempre se referiam a donos de terras e casas bem localizadas na cidade, uma vez serem as obras de modernização estrategicamente escolhidas para lugares de visibilidade. Os jornais do período, assim como a documentação, não dão nenhum destaque à população mais pobre da antiga capital.

⁷¹ *Estado de Minas* – 24/02/1892 – Ata da Independência de 04/04/1892 – Casa do Pilar.

⁷² Assina o documento José Rodrigues Ferreira – 03/07/1892 – Pasta de obras públicas – Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

reços se faziam na familiaridade dos moradores. Mesmo em documentos oficiais a localização de determinado morador se fazia por sua casa estar ladeada ou em frente à casa de uma figura de destaque na comunidade ou a monumentos.

A rua que dá à igreja do Padre Faria sobe ao Alto da Cruz, tem se tornado quase intransitável por ter-se arruinado o calçamento que ainda é dos tempos coloniais florescendo atualmente aquele bairro pela proximidade com a Cia Industrial do Tombador, parece-me justo que se faça o calçamento da rua e pois, fundado em que é ato de justiça, e ainda mais no patriotismo, que vos caracteriza...⁷³

Partindo dessa singular localização dos pontos críticos da cidade, foram suas ruas objetos de calorosos pedidos de reforma, assim como sofreram intervenções no sentido de alargá-las, alinhá-las, calçá-las. Operação na qual se incluía a conversão de suas casas.

...achando-se começado e em andamento o calçamento de algumas ruas desta cidade a paralelepípedos, deverão os respectivos proprietários – no prazo improrrogável de vinte dias – mandar demolir, nos termos das posturas em vigor, os patamares das casas, a fim de não impedir o mesmo calçamento que deve ser dirigido por um alinhamento determinado, medida esta que reclama máxima urgência para não se parar a obra de melhoramentos tão importantes a que hora se procedem nesta capital.⁷⁴

A figura do alinhador tornou-se tão popular, quanto a do fiscal. Dotados de autoridade, esses funcionários são a linha de frente do processo de modernização de Ouro Preto. Ligavam as novas regras impostas pela Câmara Municipal aos ainda resistentes moradores. Sua atuação, refletida nos relatórios, conota a presença do poder no controle e execução de obras e penalidades. Cresciam em importância conforme o aumento do número de determinações oficiais.

Pela Secretaria da Câmara Municipal de Ouro Preto, e de ordem do Exm. Sr. Dr. Presidente se faz público, para conhecimento de todos que em sessão do dia 11 do corrente, resolveu a mesma Câmara que fossem intimados os proprietários das casas nº 1, 3, 7, 8, 9 da Rua das Escadinhas; sendo as duas primeiras para retirarem os patamares, ou escadas, do lado da face dos prédios e os três últimos para chegarem as casas ao alinhamento, em que se acham a maioria das demais já existentes. Outrossim, que sejam igualmente intimados todos os demais proprietários desta cidade, que até hoje tem negligenciado cumprir a determinação que a semelhante respeito lhes foi mandada fazer pela extinta intendência, para o cumprirem.

⁷³ Pedido do Subdelegado do Distrito de Santa Efigênia, Joaquim Lourenço Machado. 23/04/1891 – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto.

⁷⁴ *Jornal A ordem* – 29/11/1890. APM. Pode-se notar por esse edital que medidas foram tomadas para transformar a realidade física de Ouro Preto antes mesmo de assinado o Contrato de Melhoramentos da Cidade em 1891.

A todos fica marcado o prazo de 30 dias e, no caso de não o fazerem, a Câmara mandará arrear os ditos patamares e chegar as casas ao alinhamento; concorrendo as despesas por conta dos mencionados proprietários.
Secretaria da Câmara Municipal de Ouro Preto, 12 de março de 1892.⁷⁵

Muitos proprietários argumentavam não possuir condições de alinhar suas casas, ou mesmo afirmando que, ao assumirem tal medida, colocariam-nas em perigo. Havia também os crentes na obrigação do governo em assumir quaisquer obras nas quais estava em jogo o bem público. Entre estes, encontramos o Sr. Francisco Freitas Soares que insistia em afirmar ter concordado com a demolição do alpendre existente à frente de sua casa, sob a condição de não fazer nenhuma obra. Exigia da Câmara a feitura de um aterro e de um paredão para manter sua casa alinhada. Pedidos como esses eram indeferidos pelas autoridades. Os suplicantes eram informados sobre não haver, no projeto de melhoramentos, verba para obras particulares, ao mesmo tempo, seus imóveis seriam valorizados com as reformas transformadoras de sua rua, sua cidade.⁷⁶

O alinhamento das ruas e todos os melhoramentos aos quais eram submetidos ligavam-se à necessidade de ampliar a circulação e transformá-las no espaço público de uma sociedade civilizada. Destacavam-se os melhoramentos executados nas ruas das Escadinhas, das Lages, das Flores, São José, Conselheiros Afonso Pena, dos Paulistas, dentre outras. Transformadas em verdadeiros canteiros de obras, personificaram a luta pela modernização da capital.

A Rua das Escadinhas era e é famosa por sua ladeira íngreme, dificultando a locomoção de tropas e mesmo pedestres. Pelo projeto de melhoramentos, seria alargada, nivelada e calçada com paralelepípedos⁷⁷. Mais tarde haveria uma determinação para alinhamento de suas casas, sendo necessária a retirada dos patamares ou escadas do lado da face dos prédios. Também a Rua São José, antiga Tiradentes, receberia um alicerce responsável por abrigar o entroncamento dos encanamentos de água e esgoto da cidade. Segundo o fiscal interino do Distrito de Ouro Preto, acumulavam-se por seu trajeto imundícies e terra que, trazidas pelas chuvas, acumulavam-se nas portas dos prédios⁷⁸. Propunham-se melhoramentos em seus alicerces, assim como a construção de um muro para alargá-la e alinhá-la⁷⁹. É interessante verificar a antevisão do viajante Richard Burton, na década de 1860, em que prevenia sobre as dificuldades futuras de Ouro Preto no que se refere a sua rede de água e esgotos. (BURTON, *op. cit.*)

⁷⁵ *Estado de Minas* – 25/03/1892.

⁷⁶ Arquivo da Prefeitura – 02/01/1893.

⁷⁷ Edital para Melhoramentos da Capital. 27/06/1891 – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto.

⁷⁸ *Estado de Minas* – 24/02/1892 – Ata da Sessão da Intendência Municipal de 04/02/1892 – Casa do Pilar.

⁷⁹ *Idem*.

Alinhadas, niveladas e calçadas também deveriam ser as ruas Conselheiro Afonso Pena e a Rua das Flores, atual Rocha Lagoa. Na Rua dos Paulistas, a fiscalização agiu com energia para promover o alinhamento das casas, chegando a existir um pedido do Capitão Pedro Pio Pereira para demolição de algumas⁸⁰. Entretanto, o maior número de intervenções se daria na Rua das Lages, hoje Conselheiro Quintiliano. Tratava-se de janeiro.

As referências às obras ali promovidas iniciaram-se em novembro de 1891 prolongando-se até janeiro de 1895. Uma das primeiras resoluções da empresa de melhoramentos foi promover o alargamento dessa rua, em frente ao paredão da Ponte de Ouro Preto à Ponte do Funil⁸¹. Seu calçamento se faria acompanhar até a Ponte da Barra por um enorme passeio público⁸². Ainda em 1894, propunha-se o calçamento da agora Rua Conselheiro Quintiliano a um preço de 1 \$00 mil e quatrocentos réis a carroça de Pedra. Orçamento determinante pela escolha de dividi-la e calçá-la – a partir da casa do Capitão Antônio – com pedras ordinárias, diferente dos modernos paralelepípedos⁸³. Pediam-se reparos gerais e calçamento da antiga Rua das Lages, cujos “encanamentos deterioram-se pelas ruínas existentes”⁸⁴. As notícias referentes ao ano de 1895 demonstraram não terem sido suficientes, ou até mesmo não terminadas, as obras anteriores propostas.

Outras obras se verificariam na estrutura viária de Ouro Preto. Seriam colocadas placas com o nome das ruas e o número das casas. Inúmeras ruas ganhariam passeios públicos, assim como teriam seus chafarizes e calçamentos reformados. Muros de arrimo seriam construídos para dar segurança ao alargamento das vias públicas. Intervenções se verificariam na Ponte do Leão, rua do Jangadeiro, Ponte Seca, Conselheiro Sant’Anna, Ladeira do Gibu, Ladeira do Jogo da Bolla, Largo do Rosário, rua da Conceição, rua Vasconcellos, rua da Glória, Ponte da Felicidade, rua das Cabeças, rua das Dores, rua do Vigário, rua do Hotel Monteiro, Ponte dos Contos, rua da Barra, rua do Caminho Novo do Alto da Cruz, etc.

Seriam desapropriados os prédios entre as ruas da Conceição e Vasconcellos, na Freguesia de Antônio Dias, assim como entre as ruas da Glória e Conselheiro Sant’Anna, para se fazerem duas praças em frente às Matrizes de Ouro Preto⁸⁵. Quatro casas haviam sido expropriadas em frente à Matriz de Ouro Preto⁸⁶. Também teriam suas casas desapossadas D. Maria Helena Coelho e o Sr. Francisco Ribeiro Mourão, para se alargar a rua do Caminho Novo e o beco, ali existente, de nome Lapa. As inde-

⁸⁰ Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto – 07/08/1894.

⁸¹ Documentos – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto – 26/11/1891.

⁸² *Estado de Minas* – 24/02/1892 – Ata da Sessão da Intendência de 04/02/1892 – Casa do Pilar.

⁸³ Ata da Sessão Ordinária de 16/06/1894 – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto.

⁸⁴ Câmara Municipal – Relatório Obrigatório – 02/01/1895.

⁸⁵ *Estado de Minas* – 5 de janeiro de 1892 – Casa do Pilar.

⁸⁶ Ata da Sessão Extraordinária do dia 21 de dezembro de 1891 – Casa dos Contos.

nizações também eram estipuladas no documento da Câmara Municipal da Capital. D. Maria receberia um conto e 200 mil réis, enquanto ao Sr. Francisco seriam pagos 2:200\$000 réis⁸⁷. O cidadão Honório Pereira Campos recebeu pelo mesmo motivo, segundo a guia nº 125 da Câmara, 1:000\$000 por suas terras e casas localizadas à margem do Rio Funil, próxima ao Morro da Força⁸⁸. A velocidade das obras, tornava Ouro Preto um canteiro de obras, um esforço verificado dia a dia.

Serviços prontos: rua do Vigário, Nossa Senhora do Carmo, beco que desce pra a rua dos Paulistas junto à Casa dos Tainhas, Caminho Novo, sarjeta e calçamento, Cemitério do Saramenha e pintura conforme a ordem recebida. Calçada e encanamentos da Paraná e rua Composta até o Hotel Antunes. Rasgamento do Córrego do Mercado do Rosário até o fundo de Ouro Preto.

Serviço em continuação: limpeza e roçamento da praia do Mercado do Rosário até o fundo de Ouro Preto, e consertos e calçamentos na rua da Glória em seguida...⁸⁹

Mas não adiantava apenas o esforço reformador, a população também deveria ser normatizada em seus hábitos, classificados como vícios à saúde da capital. Civilizar Ouro Preto exigia começar por sua população. Hábitos antigos perduravam acima das orientações higienizadoras. Fazia-se necessário legislar sobre os costumes, punir os infratores, estabelecer novos hábitos.

2.5. O Estatuto Municipal de 1894

Em 1894, os não mudancistas já sabiam da escolha de Belo Horizonte como nova capital de Minas Gerais. Apostando na impossibilidade de se construir uma capital moderna, nos parâmetros defendidos pelos mudancistas, em tão pouco tempo, tratavam de agilizar os melhoramentos da velha capital, porém, não era suficiente melhorar fisicamente a cidade, urgente se fazia civilizar os hábitos. Foi assim que nesse ano foi publicado pela Câmara de Ouro Preto o seu Estatuto Municipal⁹⁰. Suplantando ações educativas, assumia a punição como forma de controle do infrator, a partir daí, visto como contraventor, podendo “não apenas ser preso ou pagar uma multa, como também ser obrigado a fazer, desfazer ou refazer”⁹¹. Havia referências aos aforamentos e edificações, desempachamento e asseio das populações, salubridade pública, comunicações preventivas de dano, etc.

O Estatuto Municipal trazia em seus artigos 14, 16 e 17 regulamentações so-

⁸⁷ Assina João Pinheiro D’Cintra – Documento – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto – 21 de agosto de 1894.

⁸⁸ Assina Olvídio da Costa – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto – 23 de junho de 1892.

⁸⁹ Documento 257 – 19 de outubro de 1892 – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto.

⁹⁰ Estatuto Municipal – Câmara Municipal de Ouro Preto – 1984 - APM

⁹¹ Idem.

bre os prédios a serem construídos e os já existentes na cidade. Os novos deveriam ser edificados, levando em conta o alinhamento geral da rua, tendo portas, janelas e pavimentos térreos sempre abrindo para dentro. Essa determinação, juntamente com a obrigação de se colocar um passeio de um metro, privilegiava o espaço para mais e melhor circulação de pessoas. Objetivava tornar a rua cada vez mais um espaço público, bem comum sobre o qual legislaria e impediria o desleixo de particulares. O mesmo se verificaria no cuidado com as águas pluviais, recebidas nos telhados ou em bicas e normalmente conduzidas ao solo, estragando os calçamentos e lajedos, além do incômodo aos transeuntes. Vinculavam-se a essas normas a conscientização do proprietário dos limites de sua propriedade, assim como de sua responsabilidade para com o espaço público. Relegava-se aos construtores das novas edificações a promoção de obras de saneamento interno e externo, além do pagamento anual de águas e esgotos. Para regiões mais populosas, seriam elaborados projetos de arruamentos e edificações⁹².

Multas de dez a vinte mil réis ou prisão de cinco a quinze dias seriam as penas previstas para quem queimasse ou lançasse, nos rios ou lotes vagos, lixo ou entulhos. Agiam na defesa da imagem da cidade, assim, como na livre passagem, na velocidade da circulação. No artigo 19, definia-se bem o que não era permitido, a esse respeito, na cidade:

§1º - Fazer transitar sobre os lajedos das ruas carros, carroças, carretões ou outros veículos, animais, montados ou não, com cargas ou sem elas, nem prendê-los aí em qualquer ponto; incluindo-se na mesma proibição a passagem de pessoas com cargas à cabeça.

§2º - Depor sobre os mencionados lajedos, arreios, cargas, volumes, lançarlhes água, cascas de frutas ou quaisquer outros objetos.

§3º - Atar ou prender animais em portas, portões ou muros de casas sem lajedos na frente, exceto somente os de sela arriada.⁹³

Observa-se a persistente contenda entre os habitantes da cidade e as autoridades sanitárias. Ao se retirarem os animais da rua, mesmo aqueles de transporte, abriam-se caminho para os bondes, cuja colocação dos trilhos incorporava-se ao projeto de melhoramentos da capital. Quando animais classificados como “úteis” eram apreendidos, aguardava-se a chegada de seus proprietários, sendo logo em seguida licenciados pela Câmara para trânsito restrito na cidade, após o pagamento dos impostos. Já os animais “inúteis” deveriam desaparecer como os cães sem dono aos quais seriam lançadas bolas de extermínio⁹⁴.

Quanto à limpeza da cidade, o art. 22 expõe uma preocupação em realizá-la

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem. Art. 21.

durante a noite e a madrugada. Longe dos olhos, deveria estar pronta nos meses de outubro e março ao “romper d'alva”⁹⁵, nos outros até às 7 horas da manhã. Esses serviços incluíam irrigações, varredura e remoção do lixo. Armazenado em caixotes ou cestos, o lixo coletado durante a madrugada deveria ser estritamente familiar. Cocheiras, estrebarias e pátios seriam responsabilidades do morador. Tudo organizar-se-ia para criar uma imagem da capital civilizada, saudável, porque era limpa. Reputava-se a cada habitante uma atuação no embelezamento da cidade.

Art. 22 - Os habitantes da cidade são obrigados:

§ 1º - Velar constantemente pelo bom aspecto dos prédios de sua propriedade ou residência, fazendo-os cair bimensalmente e olear em cada quinquênio.

§ 2º - A conservar, na extensão de 1m e 30cm, inteiramente limpas suas testadas, bem como as cavalariças, pátios e quintais, cujos tapumes serão sempre rebocados, caiados ou oleados, de conformidade com os dispositivos na última parte do § anterior.⁹⁶

Em defesa da salubridade pública, pagariam multas de 20 a 50\$000 ou seriam presos de três a oito dias os particulares em cujos lotes se observassem estações de águas infectadas. Outros focos de legislação, em nome da saúde pública, seriam os curtumes, os matadouros, os cemitérios, os mercados e os acampamentos de tropas. Pelo Art. 24 do Estatuto Municipal, estava proibido o estabelecimento de curtumes de couro no interior das povoações. Essa proibição inseria-se numa política de isolamento dos focos aglutinadores de infecções, prática muito adotada pelo discurso higienista. Civilizar a cidade significava planejar e ordenar esses espaços da doença, afastando-os do homem, tornando-os salubres e moralizados.

Os não mudancistas não deixariam de lado, no esquadrinhamento dos problemas de Ouro Preto, a reestruturação desses espaços. Pela proposta de melhoramentos, seriam construídos um novo mercado, matadouro, descanso para as tropas, além de ser finalmente inaugurado o Cemitério de Saramenha. A acomodação de tropas e carros no Caminho Novo foi uma das saídas encontradas para evitar-se a aglomeração de animais e veículos no interior da cidade, em detrimento do trânsito e do asseio de ruas e praças.⁹⁷ Uma alternativa para o transporte interno da população apresentava-se na proposta de estabelecimento de uma linha de bondes, nas ruas acessíveis, assim como a construção de um elevador para ligar a Estação ao Centro da cidade.⁹⁸ A introdução de bondes com tração animal ou a vapor, cortando as principais ruas da cidade, estava estabelecida no projeto de

⁹⁵ Idem. Art. 21.

⁹⁶ Idem. Art. 22.

⁹⁷ Câmara Municipal – Relatório Obrigatório – 02 de janeiro de 1895 – APM.

⁹⁸ *Estado de Minas* – 05 de janeiro de 1891 – Sessão de José Palmella.

modernização, tendo a empresa promotora o direito de explorá-los por 50 anos.⁹⁹

A chácara do Gambá foi o local escolhido para a construção do novo matadouro. Em 19 de novembro de 1892, foi aceita a proposta do Sr. Rodrigo da Silva Marques para iniciar as obras a um preço de 17\$9000,00¹⁰⁰. O novo matadouro não seria apenas mais carnes verdes, pois propunha-se o abatimento de 20 reses por dia.¹⁰¹ Pela documentação encontrada, observa-se um adiamento da obra, publicando-se no decorrer dos anos várias propostas para sua execução.¹⁰²

Outro cuidado do Estatuto Municipal dizia respeito ao comércio de alimentos, já que era proibida a venda de gênero malproduzido, falsificado (como os líquidos e remédios), ou já deteriorado.¹⁰³ Decidiu-se dotar Ouro Preto de um novo mercado, adaptando-se à venda de frutas, carne verde e verduras.¹⁰⁴ De estilo moderno e elegante, teria seu material metálico importado dos Estados Unidos.¹⁰⁵ Todavia, a obra aparentemente mais fácil de ser realizada, acabou sendo uma das mais “arrasadas”: o cemitério público.

Já em 1830 havia uma hasta pública para construção de um cemitério, mas as obras não se realizaram, o mesmo acontecendo com a tentativa feita em 1842. Novamente, em 1876 e 1885, escolheu-se o terreno denominado “Chácara D. Felicidade”, no bairro das Cabeças, para a construção de um sepulcrário sob preceitos higiênicos, novos fracassos. Somente em 21 de outubro de 1886, foi colocada a primeira pedra do Cemitério de Saramenha, porém este não recebeu a aceitação da população, lá se enterrando, por um bom tempo, apenas indigentes.¹⁰⁶ Os empresários dos melhoramentos não usavam o discurso positivista por um cemitério laico, pois mesmo entre os mais convictos republicanos, havia os religiosos. O discurso usado baseava-se no saber médico e nas ameaças por ele diagnosticada nos sepultamentos tradicionais.

O contato com os cadáveres nunca foi um problema na Vila Rica colonial, acostumada às constantes execuções e ao abandono dos corpos por suas ruas. O bairro das Cabeças ficou célebre por expor essa violência metropolitana. Além desse contato, patrocinado pela opressão renal, outros se davam diariamente, naturalmente, perdurando com o passar dos anos. Ainda no século XIX, diversas pessoas eram enterradas nas igrejas, onde se aglomeravam tranquilamente os fiéis. Para os médi-

⁹⁹ Secretaria do Estado de Minas Gerais – 04 de abril de 1891 – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto.

¹⁰⁰ Edital de 19 de novembro de 1892 – Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto.

¹⁰¹ *Estado de Minas* – 05 de fevereiro de 1892 – José Palmella.

¹⁰² Em 1894 existe uma nova proposta para construção do novo matadouro, o mesmo se repetindo no ano seguinte, 1895, quando informaram sobre o fornecimento de pedras para suas obras. Arquivo da Prefeitura de Ouro Preto – 1894. Câmara Municipal – relatório obrigatório – 02 de fevereiro de 1895.

¹⁰³ Estatuto Municipal – Art. 28.

¹⁰⁴ Edital de Melhoramentos da Capital – 27 de junho de 1891.

¹⁰⁵ *Estado de Minas* – 17 de novembro de 1891 – Casa do Pilar.

¹⁰⁶ CABRAL. Op. Cit.

cos, aquele seria um espaço doente, viciado pelas emanções dos cadáveres que se propagava pelo ar úmido e parado. Tudo contribuía para elaboração de um alarme médico; “por sua arquitetura que prejudica a circulação do ar, pela queima de velas, pela respiração dos fiéis amontoados, pela sua localização no centro da cidade em quarteirões populosos”¹⁰⁷. Mas todos ambicionavam ser enterrados no solo da igreja, um lugar sagrado que os deixaria mais próximos da salvação. Quanto mais longe do altar principal, mais longe da graça de Deus. Não se mexeria numa tradição tão enraizada apenas com bases científicas. Poderia até ser considerada uma questão de *status*, mas também existia a fé.¹⁰⁸ Mesmo assim o Art. 29 regulamentava:

São mantidas em todo seu vigor as disposições postulares que desde o ano de 1829 vedam inumações no interior dos templos; ficando igualmente proibida a construção de novos cemitérios que não distem, pelo menos, três quilômetros dos centros povoados e não hajam de ser estabelecidos em lugares secos, fechados, com arborizador ao redor, exposto a todos os ventos e tão espaçosos que nunca sobrevenha a necessidade de reabrirem-se sepulturas em que não esteja completa a consumição cadavérica.¹⁰⁹

Finalizando, o Estatuto Municipal atuava no sentido de prever danos à cidade. Cuidava de criar junto à população a consciência de um espaço comum a ser preservado, além de defender a propriedade privada. Em janelas ou sacadas não deveriam ser colocados vasos ou objetos de peso, para evitar acidentes. Proibia-se a danificação de prédios públicos, particulares e monumentos da cidade e também queimar a mata ou o campo não sendo o dono e, mesmo assim, deveria avisar os vizinhos com antecedência; desrespeitar qualquer fonte ou curo d’água, propriedade em comum com outros moradores; apropriar-se de terreno público ou sem dono conhecido através de cercas dificultando ou prejudicando o uso daqueles que já o tinham; invadir estrada ou caminho, cercando, cultivando ou aplicando para outros usos sem a autorização da Agência Executiva Municipal; jogar sobre as ruas entulhos que impediam o livre trânsito de passageiros, carros e tropas; desviar água ou abrir encanamentos públicos ou particulares sem a prévia participação ao fiscal; soltar animais ferozes ou doentes em qualquer ponto do município; pescar ou caçar usando veneno, dinamite, assim como fazê-lo fora de temporada; derrubar madeiras nos meses de janeiro a abril e de setembro a dezembro; fazer algazaras e outros barulhos durante a noite perturbando o repouso público;

¹⁰⁷ MACHADO. *op. cit.* 289.

¹⁰⁸ Sobre os conflitos existentes entre a população e a instalação de cemitérios públicos no Brasil, veja: REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. SP: Cia das Letras, 1991.

¹⁰⁹ Estatuto Municipal, Art. 29.

correr com animais pelas ruas da cidade; dar tiros, soltar fogos de artifícios ou dinamite pondo em perigo a população, as lâmpadas, os lampiões, vidraças e telhados.¹¹⁰

Todas essas precauções inseriam-se na luta por construir uma cidade moderna, capacitada para liderar Minas Gerais no caminho da civilização e do progresso. Mais do que um estilo, uma opção de vida, uma forma de resistência, porém, não seria casuística essa modernidade ouro-pretana, seu passado lhe dava raízes fortes e a impulsão para desenvolver-se rumo ao futuro. Raízes fundadas na memória da luta dos Inconfidentes pela liberdade e personificadas na figura de seu mártir, o Tiradentes.

2.6. Tiradentes

Ao ser colada a pedra fundamental do monumento a Tiradentes, cerimônia narrada no início do capítulo, expunha-se a segunda estratégia não mudancista na defesa de Ouro Preto como capital: sua valorização histórica. O progresso não viria apenas pautado nos avanços da ciência, haveria a referência aos valores mineiros e nacionais, mantenedores da unidade contra a ameaça da anarquia. A ordem não seria apenas uma alegoria na bandeira, também não se localizaria apenas nas questões médicas e policiais, se referiria antes de tudo à tradição. Minas, com seu povo independente e civilizado, apoia o Brasil em seu destino americano de ser uma República. O modelo adotado não era revolucionário, pelo contrário, pautava-se na orientação, calma e disciplinada, rumo a uma sociedade unida e harmônica.

...não é ódio, mas amor, não é ambição, mas são sacrifícios, não é despeito das vaidades, mas o altar das dedicações, não é a escada do egoísmo, mas o culto do bem público, símbolo da Augusta Religião da Pátria que é nossa religião política.¹¹¹

A figura heroica de Tiradentes personificava esse sacrifício por amor à pátria. Guerreiro, ao morrer tornou sua morte uma glória imperecível (MATOS, 1994), fundando – além de um ideal de comportamento e patriotismo – a tradição, ligando Minas à liberdade.¹¹² Reverenciado oficialmente como herói nacional após a República, conseguiu promover uma identificação coletiva com o novo regime.

A República instaurou-se sem a participação ou a aprovação popular. Solicitava-se a figura de um herói, gerando uma identidade coletiva com a nova ordem política. Esse herói não poderia ser escolhido aleatoriamente, mas deveria ter a cara da Nação. A fisionomia militar descartou Deodoro, Floriano dividia Exército e Mari-

¹¹⁰ Idem, Art. 33.

¹¹¹ *Jornal O Movimento* – 23 de março de 1889. Citado In: MACHADO E SILVA, *op. cit.* p. 271 e 272.

¹¹² Como nas palavras de Tancredo Neves: “Minas, teu outro nome é liberdade”.

nha, Benjamin Constant não era líder, nem militar, nem popular; restava Tiradentes. O escolhido era mais do que um herói popular, havia se transformado num mito,

O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais. A formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências, segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica. (CARVALHO, *op. cit.*, p.58).

A memória popular comovia-se com a traição, a prisão e a execução de Tiradentes. O roteiro era dramático e cheio de aventura. Poetas, padres, intelectuais e o alferes Joaquim José. Suas tramas, seus esconderijos, seus anseios pela liberdade do Brasil. Silvério dos Reis, assim como Judas, traía seus antigos companheiros. Presos, sofreram injustas penas, a maior delas coube ao Mártir da Liberdade. Seu fervor religioso o associou à figura de Cristo. Integrador, era visto como portador da imagem do povo como um todo.

Tiradentes estava presente nos discursos mudancistas e também nos não mudancistas. Coube ao Mártir da Liberdade a maior pena, o sacrifício da vida. Para os primeiros, o herói mineiro representava um projeto de futuro calcado no progresso. Já, para os segundos, era a força da traição mineira, sempre pronta aos novos desafios. Liberalismo e desenvolvimento faziam parte dos projetos dos Inconfidentes, pois,

não almejavam apenas construir uma nação livre e soberana, um estado politicamente ajustado às idéias contemporâneas de liberalismo e democracia, mas, sobretudo, um país moderno, economicamente auto-suficiente progressista o bastante para inscrever-se nos quadros da revolução industrial¹¹³ (ÁVILA, 1989)

Os defensores de Ouro Preto acreditavam na sacralização cívica do mártir Tiradentes, todavia, sacralizada também deveria ser a antiga Vila Rica, berço da luta pela liberdade. Retirar-lhe o *status* de Sede do Governo Mineiro significaria arrancar de Minas suas raízes, impondo, ao mesmo tempo, a heroica terra de Tiradentes a mais desalmada crueldade: o abandono.

Não comentarei semelhante indiferença ou tácito contentamento ante a perspectiva de uma ruína colossal, pelos avultadíssimos valores de súbito destruídos e pelas preciosas tradições selvagememente aniquiladas, tradições veneráveis, sempre respeitadas no Império e que, na República, de culto ainda mais fervoroso são dignas. Parece que na lamentável aberração, até a

¹¹³ ÁVILA, Affonso. *Inconfidência: projeto de nação possível*. Análise e Conjuntura – Inconfidência Mineira e Revolução Francesa. Bicentenário 1789/1989. BH: Fundação João Pinheiro.

página gloriosa da Inconfidência ficou apagada e, com ela, a lembrança imorredoura dos primeiros mártires da liberdade nacional.¹¹⁴

Os não mudancistas reagiam exortando a figura de Tiradentes, um herói para a República, legitimação para Ouro Preto. A imprensa da capital possuiu um papel importante no arrefecimento das homenagens ao Inconfidente mais popular. A população ouro-pretana precisava ser estimulada a participar das homenagens oficiais, parecia pois, ainda desconfiada em relação às homenagens ao Mártir da Inconfidência. Em abril de 1891, o jornal *A Época* reclamava da indiferença popular em relação às homenagens. As luminárias oficiais se encontravam com a escuridão das casas, decepção compartilhada pela Banda Marcial que se apresentou para ruas praticamente desertas (DRUMOND, 1993). Sob o título de “Tiradentes”, o “Jornal de Minas” justifica tamanho desinteresse pela desilusão com a República instaurada, teriam seus ideais corrompidos e manipulados.¹¹⁵

O que teria levado essa mesma população um ano depois, abril de 1892, a aglomerar-se pelas ruas da cidade cantando hinos e carregando estandartes? Por que as casas se iluminariam, participando espontaneamente da decoração da capital? Através dos jornais não mudancistas, a resposta seria uma atitude pedagógica no sentido de contar a história da Inconfidência, exaltar suas figuras principais, glorificar Tiradentes e, mais, associar a “vanguarda” por ele representada na colônia ao inovador caráter mineiro cujo ponto de partida era Ouro Preto.

Assim, os jornais passaram a publicar constantemente relatos sobre a história dos Inconfidentes destacando o cenário de Ouro Preto. Justificativas geográficas para o instinto de nacionalidade e de rebeldia passaram a amenizar as críticas quanto à localização da capital. Rompia-se com a visão imperial da cidade. Seu passado tornava-a inovadora, uma porta aberta ao futuro. Confirmava-se a vocação de Ouro Preto em promover o futuro, não em embaracá-lo. Seria inconveniente retirar a capital de um lugar em que se conviviam passado e futuro. O presente bastava reformar. Seções intituladas “A História de Minas – com destaque para Ouro Preto”, “Ouro Preto ou a antiga Vila Rica, seu passado, presente e futuro”, “Ouro Preto e a Inconfidência Mineira”, reproduziam-se na imprensa da cidade. Ao mesmo tempo, planejava-se a comemoração do centenário da morte de Tiradentes com a construção de um monumento na praça principal da cidade, uma obra na qual se homenagearia o herói, o mártir, a própria cidade.

Exaltado o herói, seria necessário escrever sua história. Os órgãos de imprensa aliados da causa não mudancista assumiriam em parte esse papel, publi-

¹¹⁴ *Jornal A Ordem* – 30 de abril de 1891 – José Pedro Xavier da Veiga. APM.

¹¹⁵ *Jornal de Minas* – 21/04/1891 – APM.

cando na forma como anteriormente se cumpria essa tarefa. “Não há aí a compreensão exata dessa augusta figura que absorveu em si todos os conjurados, que em si resumiu todos os frutados esforços que nossos avós empregaram em prol da independência do Brasil”¹¹⁶. Não mais se aceitaria retratar Tiradentes como um rebelde, antes era um homem de uma profissão caridosa, depois, sintetizaria toda a heroicidade de seus antecessores. Ele seria visto como forte e altivo assim como Minas. Em nome de Minas Gerais, preparava-se a festa para seu herói.

Este nome é, para nós, um símbolo, é a consubstanciação da síntese de um dado momento histórico, o dos tempos primeiros da vida nacional. E é por isso que o dia de hoje constitui para nós um dia santificado; e é por isso que o Tiradentes tornou-se um santo canonizado pelo grande pontífice: O Povo.¹¹⁷

Por determinação do Congresso do Estado de Minas Gerais, para 21 de abril de 1892 – Centenário de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes – far-se-ia construir um monumento em mármore sob o qual se colocaria um símbolo ou alegoria histórica, sendo inaugurado naquela data na Praça da Independência, “onde, em poste de ignomínia, esteve exposta a cabeça do protomártir da liberdade nacional”¹¹⁸. Esperava-se adicionar-se à inauguração da obra comemorativa outras homenagens a Tiradentes, tais como: a criação de um orfanato para abrigar crianças pobres; a aquisição da casa habitada pelo herói em Vila Rica, na rua São José, e a fazenda da Varginha, onde se reuniam o conjurados, fazendo de ambos monumentos nacionais; a elaboração de uma monografia ou uma polianteia sobre sua vida e seus feitos etc.¹¹⁹ Todo esforço não seria capaz de “resgatar a imensa dívida de respeito e gratidão que com ele estamos obrigados. Retoquemos sua história e façamos sua apoteose!”¹²⁰ Um misto de santo e herói, mártir e inovador, a figura de Tiradentes aponta para o futuro inaugurado.

A alta força em que se estrangulou a cabeça que tinha concebido a idéia da República, o poste em que ela foi pregada, e os outros a que foram suspensos os membros esquartejados do divino mártir, ficaram sendo faróis, em diversos pontos da terra, a mostrar, em meio a tormenta do despotismo, o poste da redenção da pátria.¹²¹

Quanto ao papel desempenhado por Tiradentes na formação da tradição mineira e republicana, todos concordavam, todavia, personificar também esse he-

¹¹⁶ *Jornal O Movimento* – 25/04/1891. História e apoteose de Tiradentes. José Feliciano – Diário Popular – SP. APM.

¹¹⁷ Minas Gerais – 21/04/1892. Citado In: DRUMOND, *op. cit.*

¹¹⁸ *Anais do Congresso Constituinte de Minas Gerais*. 18/08/1891 – APM.

¹¹⁹ O monumento a Tiradentes só seria inaugurado em abril de 1894, dois anos após o lançamento de sua pedra fundamental. Quanto às outras, não encontramos documentos que comprovem terem sido realizadas.

¹²⁰ *Jornal O Movimento* – 25/04/1891. “História e...” *op. cit.*

¹²¹ *Jornal O Movimento* – 21/04/1891 – “Homenagem à Memória do Mártir Tiradentes”.

rói nacional à face de Minas civilizada e progressista e mais aberta à modernidade. Valorizar a sua figura heroica significava reconhecer em sua história a força para construção de um futuro. O passado escolhido pelos defensores de Ouro Preto não era, em nada, melancólico ou saudosista. Antes, trazia em si a certeza de sua capacidade de ser uma cidade moderna.

2.7. A modernidade ouro-pretana

Os não mudancistas em nenhum momento se opuseram aos argumentos modernistas de seus adversários. Ninguém parecia se indignar ao ouvir discursos nos quais se pregava a necessidade de o Estado modernizar-se. A modernidade inseria, junto aos políticos mineiros, a urgência em colocar Minas Gerais no caminho do progresso. Se o mundo se transformava, não seriam eles a se alienar desse processo. Os avanços da ciência lhes eram apresentados rapidamente, criando a noção de pertencimento ao processo de evolução mundial. Noticiados na capital, tornavam-se objeto de curiosidade e discussão. Maravilhados e temerosos, como todos aqueles que compartilharam os inúmeros progressos do século XIX, os ouro-pretanos preparavam-se para incorporá-los ao seu dia a dia.

Chega hoje a esta cidade o engenheiro eletricitista Henry Tyler, contratado pela Companhia Industrial de Ouro Preto para montar a luz elétrica nesta capital.¹²²

A chegada da luz elétrica tornar-se-ia uma atração para os ouro-pretanos e seus visitantes. Incorporava-se ao Projeto de Melhoramentos da cidade, no qual se incluíam a instalação de bondes, a expansão da estrada de ferro, a melhoria na produção agrícola, etc. Em março de 1891, anunciava-se o estabelecimento de uma linha telefônica entre a Companhia Industrial de Ouro Preto, com escritório na rua São José, e sua tecelagem de algodão no Tombadouro.¹²³ Outros sinais do progresso adentraram Ouro Preto por meio de notícia nos jornais e publicações científicas avidamente consumidas pelos estudantes. Deslumbradas e assustadas, as pessoas dividiam informação, construindo uma rede espontânea de comunicação. As descobertas científicas não só ocasionavam tamanho assombro, como se transformavam em atração para o entretenimento popular, assim aconteceu quando do conhecimento dos Raios X, uma fotografia dos ossos da mão que a todos maravilhava. A capital já impressionava.

¹²² *Jornal de Minas* – 24/01/1891.

¹²³ *Idem*. 30/03/1891.

Lembro-me ainda do que mais me impressionou na antiga capital mineira: a iluminação elétrica, o esplêndido calçamento das ruas a paralelepípedos, o movimento da Rua São José, então Rua do Ouvidor Ouropretana. Fiquei deslumbrado. (ARNO, 1906. p.123)

Os não mudancistas pareciam estar conseguindo transformar Ouro Preto numa cidade mais moderna, mas isso não era suficiente, a imagem da cidade deveria ser divulgada junto à comunidade nacional. O século XIX foi um tempo empreendedor, construía-se e destruíam-se com a rapidez exigida pela novidade. Também não se podia esquecer o império do otimismo instaurado com o desenvolvimento da capacidade de invenção humana. Não bastava criar, o homem oitocentista também foi um exibicionista. As exposições mundiais multiplicavam-se, apresentando ao mundo os avanços científicos e industriais e mais a esperança na formação de uma nova sociedade. O otimismo burguês no progresso propagou-se com a crença num futuro no qual todas as necessidades humanas seriam superadas.

Didaticamente, expunham-se os elementos capazes de promover a interação das sociedades industriais ou não, universalizando a economia, datando-a de significações e atrativos (PLUM, 1979). As inovações já se apresentavam na construção de monumentos comemorativos ou abrigos para as exposições. O Palácio de Cristal, Londres 1851, assombrou pela utilização do ferro em grandes obras. A multidão de visitantes peregrinava entre as maravilhas das mercadorias transformadas em fetiches, por vezes também seria objeto de observação, porém, acima da fé numa unidade humana, prevalecia a Europa como o centro da humanidade, atenta a tudo.

Daí a vocação abrangente daqueles certames, reunindo tradição e novidade, técnicas rudimentares e experimentais, dentro de espírito enciclopédico de classificar todas as coisas do mundo, espécie de utopia ansiosa, e não perder nada de vista. (HARDMAN, 1988. p.57)

O Brasil também acreditava na possibilidade de grandes transformações que não deveriam ser desperdiçadas. A participação nas exposições universais se daria através da abertura dada a artigos de produção agrícola, mineral ou artesanal. Durante o Império, o Estado patrocinou os exibidores brasileiros dentro da política de valorização nacional. Sem dúvida, as exposições mundiais contribuíram para reforçar os nacionalismos num exercício de explicitar e sublimar os conflitos entre os estados modernos oitocentistas. "O aspecto de disputa por tecnologias e mercados está implícito no sofisticado sistema de premiação dos melhores exibidores nas diversas categorias." (HARDMAN, *op. cit.* p.66)

O Império brasileiro esteve representado já nas primeiras exposições: Londres, 1862; Paris, 1867; Viena, 1873; Filadélfia, 1876; e novamente Paris, 1889. Tam-

bém em exposições menores o país se fazia presente, como em Buenos Aires, 1882, e São Petersburgo, 1884. A primeira exposição nacional foi em 1861, no Rio de Janeiro, cujo intuito era selecionar as melhores forças representativas para futuras exposições universais. Os grupos privados também patrocinavam exposições como a Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1881.

Em 1893, promover-se-ia a Exposição Universal de Chicago, Estados Unidos, e Ouro Preto, como capital, não se furtaria a exhibir-se para o mundo, para o país e, principalmente, para os próprios mudancistas. Objetivando demarcar o papel da iniciativa privada no incentivo à produção industrial, o Governo do Estado de Minas Gerais instituiu uma exposição permanente em Ouro Preto, a partir de abril de 1890, para premiar a maior produtividade, além de selecionar os representantes do Estado na Exposição de Chicago. Todos os premiados seriam geradores de produtos incomuns no Estado. A preocupação maior era com a agricultura, a qual se buscava normalizar, usando inovações técnicas para sua maior variedade e produtividade.¹²⁴

Cerca de 50:000\$000 foram creditados para as despesas necessárias à representação mineira. Não estava em jogo apenas a apresentação dos produtos do estado; os não mudancistas trabalhavam para, ao divulgar a imagem de Minas em desenvolvimento, romper-se com a constatação de decadência propagada pelos adeptos de uma nova capital. Ouro Preto teria que se apresentar como espelho de uma Minas Gerais pronta para o futuro.

Vale ressaltar neste momento o quanto o discurso e as práticas não mudancistas eram originais, modernos e mesmo sofisticados. A determinação por preservar a capital acabou por elaborar, de forma não intencional, um conceito de modernidade muito próximo daquele definido por Charles Baudelaire:

O belo é feito de um elemento eterno, invariável, cuja quantidade é extremamente difícil de ser determinada, e de um elemento relativo, circunstancial, que será, vamos dizer assim, sucessivamente ou tudo junto a época, a moda, a moral e a paixão. Sem esse seguro elemento, que representa algo como a cobertura divertida, saltitante, aperitiva do divino bolo, o primeiro elemento seria indigesto, impossível de ser apreciado, não adaptado e não apropriado à natureza humana. Duvido que se encontre uma amostra qualquer de beleza que não possua esses dois elementos. (BAUDELAIRE, 1993. p.19)

Os não mudancistas, assim como Baudelaire, viviam um momento de grande transformação. Antigas tradições eram derrubadas na mesma velocidade que novas surgiam. Todavia, segundo o poeta francês, o olhar compreensivo para cada época aprisionado ao passado, ao mesmo tempo, romperia com excesso de otimis-

¹²⁴ "Exposição Permanente de Ouro Preto – Decreto e Instruções de 28 de abril de 1890" – APM.

mo em relação ao progresso (WEINHARDT, 1994). Seu conceito de modernidade, assim como a sua visão criada pelos defensores de Ouro Preto, lidaria com a convivência entre elementos eternos e circunstanciais. O passado, com suas tradições e sua memória, se uniria ao presente, promovendo a construção do futuro. O belo, o novo, não se definiria por um conceito estático, fixo, definido, antes sério por ser um elemento histórico.

Mas se a modernidade baudelairiana não privilegia nem a tradição, nem o moderno, convivendo com ambos numa harmonia criadora, o mesmo não aconteceria com o passado ouro-pretano, visto ser a maior riqueza da cidade (BRESCIANI, 1989). Já a defesa de Ouro Preto destacava a convivência entre passado, presente e futuro, uma relação propagada como tranquila e respeitosa.

A capital simbolizaria o encontro entre uma parte eterna – sua alma, sua história, seus heróis –, e outra variável, o seu corpo físico. A primeira seria a tradição histórica, por eles escolhida como sendo a Inconfidência Mineira. A parte variável encontrar-se-ia, no projeto de melhoramentos, uma proposta de intervenção radical na cidade, inserindo-a no mundo moderno. Respalhado pelo elemento eterno, Ouro Preto apresentar-se-ia como uma obra aberta, pronta a qualquer possibilidade de transformação.

A antiga Vila Rica tem dois aspectos principais para observador imparcial: o primeiro é material, cobiçoso, passageiro, transitório; o segundo, espiritual religioso, moral, patriótico e brilhante de heroísmo.¹²⁵

A modernidade promovia a convivência entre o efêmero, o contingente, o transitório e o eterno, o imutável. Abandonando essa relação, o mundo tornar-se-ia vazio, sem mistérios, fugaz, tornando melancólico o homem.

Ficamos pobres. Abandonados por todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do atual. (BENJAMIN, 1986)

A inexistência de melancolia é outra característica dos não mudancistas. Ao olhar para o passado, não o lamentavam, ao contrário, o viam como uma luz direcionada para o futuro. O presente exigia uma atitude firme no sentido de ligar esses dois tempos. Antes de tudo se definiam como homens modernos, acreditando, como Baudelaire, que a modernização da cidade inspiraria e fortaleceria a modernização “da alma dos cidadãos” (BERMAN, 1986). O poeta francês unia o mundo da arte ao mundo comum, o modernismo à modernização, retirava-lhes a santidade

¹²⁵ *Jornal de Minas* – 07/04/1891. “Ouro Preto ou antiga Vila Rica, seu passado, presente e seu futuro.”

tornando-os próximos ao homem. Dessacralizada a arte, a cidade é apresentada por Baudelaire como uma expressão artística a ser recriada, aberta a novos movimentos, a novas liberdades. Pode-se, assim, trabalhar a história da arte como a história da cidade. (ARGAN, 1993)

Baudelaire falava de seu tempo, no qual se estabelecia uma nova ética estipulada pelos anseios do mercado. Tudo eram mercadoria, arte e cidade também. A burguesia passa a consumir a arte, colecioná-la vira *status*. Empresas são contratadas para planejar novas cidades, assim como para remodelar as antigas. O mundo não se contenta em ser moderno, exige parecê-lo. Mas é preciso estar atento, o olhar cosmopolita pode confundir os sujeitos – o belo é um elemento histórico, assim “Tudo é belo, em qualquer época, contendo algo de eterno e algo de transitório” (BRESCIANI, *op. cit.* p.21). A sociedade pode se enganar fixando, apenas no passado, a beleza da vida, impedindo o reconhecimento de sua existência no presente. Poder-se-ia dizer também ser enganoso conceituar como belo apenas o que parece novo. Os mudancistas eram acusados por seus opositores de terem caído nessa armadilha.

Para vencer a batalha contra a mudança da capital, deveriam os não mudancistas conseguir o reconhecimento da antiga Vila Rica como berço das tradições mineiras, e, ainda assim, como uma cidade moderna. Somente juntando estes valores – tradição e modernidade –, poder-se-ia torná-la uma cidade eterna. Também Baudelaire ansiava pela imortalidade de sua obra. Seus textos e suas poesias demonstravam a vontade em ser um clássico, superando a perenidade da vida. “A modernidade assinala uma época; designa, ao mesmo tempo, a força que age nessa época e que a aproxima da antiguidade” (BENJAMIN, 1989). De um lado, havia elementos que se modificariam dando sempre uma atualidade à obra; de outro, a reafirmação de sua temporalidade, de ser uma voz no tempo.

A modernidade “baudelairiana” sempre aparece dialogando com a tradição¹²⁶, assim como os defensores de Ouro Preto transmitiam, através de seus discursos e obras, a possibilidade de a cidade articular o passado e o futuro. A capital não deveria ser apenas uma cidade moderna e sem memória, seria sim uma cidade moderna e, ainda assim, com tradição. Em Ouro Preto, estar à frente de seu tempo também era uma tradição. A modernidade mineira, segundo os não mudancistas, teria sido fundada na então Vila Rica durante as reuniões secretas dos Inconfidentes.

O projeto de modernização da capital seria uma resposta aos críticos mudancistas, mas também contentaria os anseios de progresso dos ouro-pretanos oitocentistas. Como homens do seu tempo, não podiam negá-lo, assumindo uma postura

¹²⁶ Em seu poema “passante” encontram-se nesse diálogo, elementos modernos sempre atuais, convivendo com as marcas de um tempo passado. BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

melancólica em relação ao mundo. Os não mudancistas ansiavam por uma realidade, pronta para o novo e, da mesma forma, apta para reconhecer a importância do passado. Pelo menos era essa a estratégia para manter Ouro Preto como capital.

Os melhoramentos da capital foram projetados então. Para tornar visível essa proposta, engenheiros planejaram a construção de um teleférico para transportar turistas ao Pico do Itacolomi. O maior símbolo natural da cidade também receberia a intervenção humana, que tudo transformava. Ali seriam construídas casas para trabalhadores e estudantes das escolas de mineração, agricultura, astronomia a serem fundadas na base do pico. A promoção do turismo local se daria justamente com o discurso de união entre tradição e modernidade. (PALMELLA, *op. cit.*)

Apesar de todos os esforços, inaugurou-se, em 12 de dezembro de 1897, a cidade de Belo Horizonte, a nova capital dos mineiros. Aparentemente a guerra havia sido perdida, entretanto, tratava-se apenas de uma batalha. Ouro Preto também venceria naquele momento, tornando-se a Cidade Eterna de Minas Gerais, o Berço da Liberdade, a Cidade Sagrada dos nossos heróis, a Cidade-Museu.

3- A CIDADE MEMÓRIA

*Assim é que, partindo, eu vou levando.
Toda a desolação de um até-quando.
Num ardente desejo de até-breve.
Vinicius de Moraes*

Ouro Preto se mobilizou para o carnaval de 1898. Comerciantes locais e funcionários públicos – transferidos obrigatoriamente para Belo Horizonte – aliaram-se à população no intuito de realizar uma festa que causasse grande impressão. As comemorações do Momo tornaram-se uma grande oportunidade para a legendária Vila Rica sobrepor seu brilhantismo à recém-inaugurada Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Um sentimento de vingança se fazia presente: a nova capital era moderna, abrigava o poder administrativo do Estado, mas ainda não era amada. Seus primeiros habitantes eram, em sua maioria, filhos de Ouro Preto, e para lá retornavam sempre que possível. (ARNO, 1906)

No sábado, à tarde, a população enchia a Estação Ferroviária de música, enfeites e alegria. Todos aguardavam ansiosos a chegada do trem que trazia os ouro-pretanos exilados de Belo Horizonte. Os recém-chegados emocionavam-se diante dos gritos e discursos, ampliando o clima de comoção. A multidão batia palmas, agitava bandeiras e aclamava:

*Viva Ouro Preto!
Viva a Legendária Vila Rica!
Viva a terra dos Inconfidentes!
(ARNO, op. cit. p.165)*

O carnaval de 1898 tornou-se para a antiga capital mineira uma resposta patriótica aos construtores de Belo Horizonte, incluindo a essa lista todos aqueles que defenderam a mudança da capital. A festa burlesca, revestida em desagravo, era espaço apropriado para, mais do que propagar a revolta, demarcar uma posição. Sim, tudo retornava a Ouro Preto. Como berço da liberdade, abrigava os que nela permaneceram, mas também recebia com braços abertos os filhos ausentes. O cortejo receptivo retratava bem o caráter que se converteu o carnaval daquele ano. Sob a liderança das bandas de músicas, a multidão dirigia-se ao coração da cidade – Praça Tiradentes. Porém, não eram canções carnavalescas aquelas entoadas freneticamente, mas sim o Hino Nacional (ARNO, op.cit.).

O som, que espalhava alegria pela cidade, diferia muito da música melan-

cólica ouvida meses antes. Quando o 1º Batalhão da Força Pública transferiu-se para a nova capital, desfilou pelas ruas de Ouro Preto em marcha de guerra. Os dobrados ouvidos por quem ficava e por quem partia perdiam a harmonia devido à emoção pela qual passavam os músicos e a população. Outros relatos dão conta da tristeza que se abateu sobre os ouro-pretanos, percebida mesmo por quem pouco entendia dos últimos acontecimentos. “Com a mudança da capital, papai ficou muito apaixonado... Eu sei que Ouro Preto era muito triste, mas eu não sabia o que era uma capital.”¹²⁷

Os expatriados para Belo Horizonte também sofriam. Fiéis a Ouro Preto, acreditavam ter a nova capital cometido um matricídio contra a “cidade-mãe” de Minas. Inconformados, negavam a cidade moderna e tudo por ela proporcionado. Nem pão nem água, os filhos de Ouro Preto alimentavam-se com mercadorias da antiga Vila Rica. O trem de ferro seria o elo entre a ex-capital e os ouro-pretanos, resistentes em se transformar belo-horizontinos. O cotidiano de Belo Horizonte ainda vivia sob a sombra da legendária terra dos Inconfidentes. Assim:

Garrações cheios de água e pão eram trazidos pelo trem de ferro que, vindo da ex-capital, aqui chegava todas as manhãs. Iam os inconformados à estação diariamente receber o pão das padarias de Ouro Preto e a água pura das suas fontes... A água daqui ficava só para a cozinha, regar jardins e os banhos gerais aos sábados. “Sábado, dia de banho” assim é que se dizia. (CLEMENTE, 1982, p.283)

Durante um bom tempo os ouro-pretanos residentes em Belo Horizonte se sentiram perdidos na nova capital. Suas avenidas longas e largas dificultavam a locomoção, fazendo tudo parecer distante. As pernas e os pés dos moradores suplicam pelos bondes. A cidade era ainda pouco habitada, causando uma impressão de abandono. Os espaços públicos, elaborados por seus construtores, ainda não haviam se incorporado ao cotidiano da população. Nas ruas, ora empoeiradas, ora cobertas de lama, poucos se arriscavam a passear. Faltava sombra à cidade moderna, mas também faltavam espaços com os quais as pessoas se identificassem. A cidade era nova, o povo parecia novo, enfim, tudo era novo demais.

Ao meu espírito, ao meu temperamento de touriste, faltava alguma coisa; a vetustez. Era novo, novinho em folha, tudo quanto eu via; as ruas, as casas, os próprios habitantes, pois é raro encontrar ali pessoas velhas.

Apesar de não ter ainda ao cume da montanha da vida, eu me sentia em Belo Horizonte com uns ares patriarcais e venerados.

— Que diabo! Façam-me ver alguma coisa velha! Disse aos meus obsequiosos cicerones.

¹²⁷ Tribuna de Ouro Preto – 15/12/1947. Citado in: BARBOSA, Lauro Versiane. Memórias de Ouro Preto.

– Pois bem, vamos fazer-lhe a vontade mostrando a velha matriz da freguesia do Curral del-Rei. E, contentar-se com isso; não temos nada mais velho! (AZEVEDO, 1982. p.189)

Entre a nova sede do governo mineiro e seus moradores, não havia um compartilhamento de experiência (BENJAMIN, 1982). O antigo Curral del-Rei foi derrubado, Belo Horizonte fora criada do nada. Não existiam ruínas, espaços ou monumentos demarcando acontecimentos importantes da cidade. Esse vazio fazia lembrar Ouro Preto uma cidade cujos vestígios todos reconheciam, uma cidade com memória. As largas avenidas belo-horizontinas inibiam os recém-chegados da antiga capital. A inexistência de mistérios fazia da nova capital uma cidade sem aura, desconhecida. Os ouro-pretanos, por se sentirem estrangeiros, sempre regressavam à cidade natal aos finais de semana. E, ao olharem diariamente para a Serra do Curral, pareciam suspirar saudosos do Itacolomi. A força de Ouro Preto se fazia presente, não era mais possível negá-la. (Re)afirmava-se como o berço da pátria mineira: a cidade memória.

3.1. Não mais a capital

Quando Ouro Preto deixou de ser a capital dos mineiros, muito de sua realidade se modificou. A transferência do governo para Belo Horizonte levou consigo um grande número de ouro-pretanos, em sua maioria funcionários públicos. Todavia, comerciantes e profissionais liberais optaram por também mudar, alegando, por mais irônico que pareça, medo do abandono da cidade. “Muita gente foi embora; o serviço aqui tava difícil; para arranjar um serviço aqui era difícil... a coisa era feia. Não tinha nada.” (sic)¹²⁸

Existem informações sobre uma crescente desvalorização dos imóveis na cidade, explicitada facilmente pela visão de uma cidade vazia. Deixar de ser sede de Minas, retirou de Ouro Preto sua importância político-administrativa, sobrevivia a legendária Vila Rica, mas sem o brilho previsto durante a execução de seu projeto de melhoramentos. As ruas alargadas passaram a abrigar o mato, obras não terminaram, faltava dinheiro para tudo. “De modo que Ouro Preto é isso, muito triste. Com a mudança da capital, as ruas cheias de mato, em frente a minha, onde eu morava, tinha um pé de trepadeira, já tinha mato mesmo, no meio da rua.”(sic)¹²⁹

A situação piorava a cada ano. O tempo efetivava Belo Horizonte como capital, mas não lhe dava a força da tradição presente em Ouro Preto. Essa, por sua

¹²⁸ Tribuna de Ouro Preto – 15/12/1947. Citado in: BARBOSA, Lauro Versiane. Memórias de Ouro Preto. p. 20. Depoimento de João Batista Lima.

¹²⁹ Idem. p. 20. Depoimento de Dona Abigail Dias.

vez, não conseguia assumir um novo papel no cenário mineiro. Separadas, pareciam enfraquecidas; unidas, comporiam o retrato de Minas Gerais para o século XX – um Estado moderno com profundo apego à tradição. A nova capital seguiria o caminho da modernidade, investindo no progresso. Quanto a Ouro Preto, seria a guardiã da memória mineira, personificada na luta de Tiradentes pela liberdade. Para além das desavenças, prevaleceria a união mineira. Por esse sentimento associavam-se Ouro Preto e Belo Horizonte, legitimando a ligação entre a tradição e o futuro. Entretanto, essa aliança não se daria de forma fácil. Por um lado, os construtores da nova capital deveriam abrir mão de representar a Pátria Mineira. Belo Horizonte poderia até ser a capital política e administrativa, mas Ouro Preto seria a eterna capital para os mineiros. Já a antiga Vila Rica deveria aceitar o fato de ser um espaço de memória, influente como berço da tradição, mas não com o poder político decisório. Para a formalização dessa aliança, era necessário o convencimento de todos, especialmente daqueles contrários à mudança da capital, os defensores de Ouro Preto, os não mudancistas.

3.2. Os não mudancistas

A determinação republicana em construir uma nova capital, marco inaugural de um novo tempo, possuiu como contraponto o projeto de modernização de Ouro Preto, associado a sua revitalização histórica. A ação não mudancista expõe como não foi calma e consensual a determinação pela mudança da capital. Não havia apenas o caminho escolhido. A proposta não mudancista pautava-se na defesa da antiga Vila Rica, sem negar a Minas um futuro moderno. Durante toda a análise aqui esboçada, falou-se muito sobre o discurso e as práticas não mudancistas, agora chegou a hora de se perguntar quem eram esses homens, cuja luta em defesa de Ouro Preto, apresentaram um caminho alternativo na construção de Minas moderna.

Indicar quem seriam esses mudancistas parece, à primeira vista, tarefa fácil. Bastava olhar a lista dos votantes pela permanência da capital, todavia, não foi tão simples assim. Uma das estratégias dos defensores de Ouro Preto era votar favoravelmente pela mudança e, mais precisamente, pelas cidades candidatas, na certeza de enfraquecer a decisão, dividindo as concorrentes e anulando-as. Outra tática consistiu em votar por Belo Horizonte, cuja construção estipulada para quatro anos parecia impossível. Apostando na incapacidade de se cumprirem os prazos, esperavam o fracasso do intento mudancista.

De imediato, poder-se-iam também classificar todos os ouro-pretanos como

não mudancistas, mas os jornais e os documentos da época citavam o fato de que alguns, não muitos, apoiavam a mudança da capital na expectativa de ampliação da economia mineira, proporcionando-lhes maiores lucros. É o caso de inúmeros comerciantes e profissionais liberais. Mas, quando se trata de uma decisão de tamanha proporção, na qual tantos fatores políticos, econômicos e sociais estavam em jogo, certamente deve-se reconhecer nas elites políticas e econômicas o poder decisório. Economicamente, Sul e Zona da Mata despontavam no cenário mineiro, todavia, o Centro minerador ainda possuía forte influência política. Dentro dos quadros políticos, encontravam-se com mais facilidade representantes não mudancistas servindo como modelo para conhecê-los.

O não mudancista típico poderia ser definido como aquele ligado às elites políticas do centro minerador, com forte tradição aristocrática. A personificação desse defensor de Ouro Preto foi encontrada na figura do Comendador José Pedro Xavier da Veiga.

O Comendador Xavier da Veiga, natural do Sul de Minas (Campanha – 13/04/1846), foi um destacado político, poeta e jornalista. Sua qualidade de orador o fez se destacar na política mineira, mesmo não tendo terminado o curso de Direito (GAMA, 1911). Pertencente ao Partido Conservador, ele foi, a partir de 1873, constantemente eleito como deputado, chegando ao Senado Mineiro, já na República, em 1891. Como redator do jornal “A Província de Minas”, foi a voz conservadora contra o Governo Liberal. Crítico da abolição sem indenizações, Veiga representava bem o compromisso de dominação imperial; associando o poder central – legitimado pelo poder moderador –, e o poder local das províncias, tendo como intermediador o Presidente Provincial. (HORTA, 1956)

Poder-se-iam enumerar os diversos defensores de Ouro Preto, todavia, Xavier da Veiga tornou-se um paradigma da luta não mudancista.¹³⁰ Destacou-se não só dentro do Congresso Constituinte Mineira, onde atuou como Senador, como também no Jornal “A Ordem”, do qual foi proprietário e redator. Seus artigos e discursos pautavam-se pela ilustração e moderação. Suas críticas aos mudancistas eram enriquecidas por um profundo conhecimento do quadro político e econômico do Estado, assim como dos seus principais problemas. O Comendador Xavier da Veiga era um monarquista convicto cuja aceitação à República se deu diante de um perigo maior, uma guerra civil, a desordem pública. Representante típico da elite política mineira, localizada no centro minerador, usufruiu, durante todo o Império, os privilégios do mandonismo regional.

Nesse momento, é importante salientar a especificidade da elite política mi-

¹³⁰ Gostaríamos ainda de citar nomes como o do historiador Diogo de Vasconcelos e dos congressistas Sr. Simão da Cunha e Sr. Costa Sena como extremamente atuantes na luta não mudancista.

neira. Um primeiro aspecto seria inexistência de uma igualdade entre ela e a elite econômica. Se, nesta última, prevalecia uma heterogeneidade advinda da diversidade da produção e dos interesses econômicos; na elite política, prevalecia uma homogeneidade corroborada por estreitos laços de família. O fator econômico não seria, dessa forma, um fator determinante à formação dos grupos políticos. Diante da tradição patriarcal, usava-se o nome da família como instrumento de distinção e prestígio. Esses mesmos laços familiares tornavam-se espaço para o acesso de componentes da elite econômica através do matrimônio. Aos laços familiares somavam-se a educação e o dinheiro, adquiridos durante o “boom” minerador no século XVIII. Os líderes econômicos estavam mais ligados aos centros economicamente mais ativos, como São Paulo e Rio de Janeiro, não se tornando uma praxe recrutar entre eles os futuros líderes políticos. (WIRTH, *op. cit.*)

Os principais defensores de Ouro Preto eram componentes da elite política mineira, ligados sobremaneira ao pensamento conservador. Novamente se usa o exemplo de Xavier da Veiga, sem, contudo, torná-lo absoluto e generalizado. Monarquista via, no antigo regime, a personificação do sagrado e do paternal – elementos mantenedores dos valores tradicionais e familiares. A moralidade uniria a política aos dogmas católicos, estabelecendo uma oposição ao liberalismo anticlerical (COELI, *op. cit.*), mas não se poderia definir a elite política mineira apenas por seu conservadorismo, provincianismo e extremo senso de lugar. Esses homens possuíam também o cosmopolitismo oitocentista, proporcionando um sentimento de pertencimento ao seu tempo. Entre a esperança e o medo, acreditavam no progresso. (WIRTH, *op. cit.*)

Para os não mudancistas, o futuro viria de forma harmônica e equilibrada, em defesa da unidade mineira e da preservação da ordem social. As inovações não atingiriam o modo de vida dos mineiros, pois esses já se apresentariam civilizados. Isso pressuposto, reconheceram a República, participando ativamente da sua institucionalização. Exemplo disso foi a presença do Comendador Xavier da Veiga nos principais debates sobre a elaboração da Constituição de Minas Gerais, defendendo um projeto preponderantemente moderador.

Moços e velhos ouro-pretanos possuíam a paixão pela vida pública. As discussões políticas inflamadas sempre estiveram presentes nas ruas da antiga Vila Rica. A cidade apresentava-se viva ao debater temas como os poderes do Estado, o ensino superior, o papel da imprensa. “Um foco de vida ativa, um pequeno mundo absorvido nas lutas do presente, embora elas se desenrolassem dentro de um quadro cheio de reminiscências do passado.” (ARINOS, *op. cit.* p.167). Foi nesse cenário, com esses atores, que se encenou o drama da mudança da capital. Para alguns, tratava-se de uma insensibilidade republicana para com o passado ouro

-pretano, assim como um desagrado com o aspecto físico da cidade, lembrança viva da monarquia (TORRES, *op. cit.*). Outros já analisavam a construção de Belo Horizonte como a “grande aventura da civilização mineira no século XIX” (ARNO, *op. cit.* p. 270). Não existia apenas um caminho. A luta do Senador Xavier da Veiga representava a tentativa de outra opção, conciliadora, unindo passado e presente e salvaguardando Ouro Preto.

Não comentarei semelhante indiferença ou tácito contentamento ante a perspectiva de uma ruína colossal, pelos avultadíssimos valores de súbito destruídos e pelas preciosas tradições selvagememente aniquiladas, tradições veneráveis, sempre respeitadas no Império e que, na República, de culto ainda mais fervoroso são dignas. Parece que na lamentável aberração, até a página gloriosa da Inconfidência ficou apagada, e com ela a lembrança imorredoura dos primeiros mártires da liberdade nacional!¹³¹

Logo a República, aquela sonhada pelos Inconfidentes, aquela pela qual se arriscaram e foram unidos, aquela pela qual Tiradentes deu sua vida. A dramaticidade do texto de Xavier da Veiga condisse com toda uma luta árdua assumida pelos não mudancistas. A tradição não poderia ser derrotada. A memória dos Inconfidentes deveria legitimar a permanência da capital em Ouro Preto. A valorização do passado ouro-pretano teve no Comendador Xavier da Veiga um baluarte. Coube ao seu jornal “A Ordem” sistematizar os esforços para construir uma memória sobre os fatos de 1979. Pessoalmente, incorporou o primeiro grande movimento pela preservação da história mineira ao assumir o cargo de diretor do Arquivo Público Mineiro. Em sua fala, encontravam-se respostas ao desejo mudancista de construir uma capital condigna aos visitantes e moradores ricos e ilustres. Para Xavier da Veiga ali estava presente uma submissão explícita aos desdenhosos do passado e das tradições mineiras, assim como uma falta de respeito pela população mais pobre, esta sim, carente de recursos públicos. A nova capital seria assim:

Uma sylbaris, renascida de um sepulcro de vícios, com seus festins sardanapalescos, seus espetáculos faustosos e seus triclinos efeminados – quando o regime da democracia impõe a austeridade dos costumes; quando o sentimento de dever e a pobreza do povo exigem as nobres abnegações; quando o patriotismo concita à simplicidade, à parcimônia, e ao sacrifício; quando as lutas pela liberdade e pelo engrandecimento de Minas reclamam todas as energias viris do caráter!¹³²

A República era alvo fácil para os monarquistas como Xavier da Veiga. Em Minas, os próprios republicanos históricos estavam insatisfeitos. O governo minei-

¹³¹ Jornal *A Ordem* – 30/04/1891 – José Pedro Xavier da Veiga.

¹³² Idem.

ro estava nas mãos dos adesistas, como Cesário Alvim, deixando à margem os históricos. Para os conservadores, a ideia de construção de uma nova capital seria um escândalo num Estado extremamente endividado. O momento exigia prudência. Qualquer projeto arriscado parecia ser não só irresponsável, como fantasioso.

O que fica exposto é simples e ligeiro esboço de uma parte do quadro, cujas reais dimensões e negror o patriotismo esclarecido pode bem descortinar, no belo horizonte de suas calmas cogitações. É uma perspectiva que só não aterrará a poetas, tão inclinados ao afago de chimeras perigosas que Platão – correndo-os de flores – expulsou-os de sua República ou a jovens inexperientes e sonhadores, cujos tentamens são frequentemente outras tantas ousadias temerárias. Respeito-lhes as intenções, admiro-lhes os talentos e, como obras de arte, também as fantasias; mas absolutamente, não é, esse o meu rumo, nem essa a sugestão que recebo da consciência e dos acontecimentos que se precipitam.¹³³

Xavier da Veiga buscava convencer com seu discurso os próprios republicanos da desnecessária ousadia de se construir uma nova capital para Minas. Transformava os argumentos mudancistas em sonhos, delírios, aos quais não deveriam ser aceitos num regime sério. Racionalidade, planejamento e cientificidade estariam presentes não no ônus de se construir uma capital do nada, mas em reformular a já existente. Revestia o jogo, classificando a topografia ouro-pretana não como um empecilho ao progresso, mas um desafio aceito somente por aqueles realmente compromissados com o futuro mineiro. Belo Horizonte era tão velha quanto Ouro Preto, mas ainda era um arraial. Não havia sentido em se arriscar tanto transformando-a na nova Sede do Governo de Minas Gerais. Mais seguro, coerente, prudente, racional, seria transformar a velha capital.

Citando o exemplo de Lyon, na França, aniquilada depois de abrigar contrarrevolucionários, clama pela salvação de Ouro Preto. Não se tratava apenas de uma capital tradicional, mas, sim, o berço da própria tradição mineira. Não era uma cidade inimiga da liberdade, mas:

Ao contrário, aqui tem sido o asilo dela em todos os tempos (apoiados); desde o período colonial, na fase histórica e célebre da Inconfidência, até bem recentes dias da nossa vida política e social, esta velha, deprimida, mas gloriosa cidade mineira nos tem dado provas de seu culto fervoroso à Justiça e ao Direito; e a despeito de qualquer intervenção e opressão governativa, ela tem zelado antes de tudo a autonomia mineira e os princípios do mais esclarecido devotamento à Liberdade.¹³⁴

¹³³ Idem.

¹³⁴ Discurso proferido por José Pedro Xavier da Veiga na 31ª Sessão Ordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. 07/06/1891. Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas.

A Cidade da Liberdade, berço das tradições mineiras. Essa foi a principal vitória dos não mudancistas. Ouro Preto não mais seria a capital. Perdido o *status* político, esperava-se sua decadência total. Seu destino, porém, seria outro. Em sua defesa reforçou-se um imaginário tradicional e popular sobre a cidade e sua história. Os não mudancistas fortaleceram e legitimaram a valorização histórica da cidade, como instrumento de luta contra a mudança. Aparentemente derrotados, também venceram. Tornara-se impossível relegar a Ouro Preto um papel de inferioridade frente à moderna Belo Horizonte. Uma não negava a outra, ao contrário, valorizavam-se mutuamente.

Fundar Belo Horizonte era erigir Ouro Preto como raiz original da República brasileira. Espaço que podia ajudar a ficar e identificar a nação brasileira como o Estado sob Égide da República. Desta maneira, Belo Horizonte surgia como a outra face da moeda. (MELO, *op. cit.* p.35)

A vitória não mudancista estava na sacralização da antiga capital como solo sagrado mineiro, intocável, eterna. Privilegiavam-se seus representantes, salvaguardavam-se a cidade e sua elite. Não mais o poder decisório, mas o domínio da memória da Pátria Mineira.¹³⁵ Aparentemente derrotada, todavia fortalecida. Os mudancistas ansiavam, com a construção da nova capital, enfraquecer as elites políticas tradicionais, sediadas em Ouro Preto – efetuaram a mudança, mas foram obrigados a reconhecer a força das elites ouro-pretanas. Tornou-se necessário, para o próprio governo, institucionalizar Ouro Preto Cidade Memória. A Festa do Bicentenário foi o primeiro passo.

3.3. O bicentenário de Ouro Preto

Nas comemorações do 85º aniversário da Independência do Brasil, 07-09-1907, publicou-se em Ouro Preto uma edição especial denominada “Jornal da Independência”, em cujo conteúdo encontra-se um importante relato sobre a cidade após a mudança da capital. O redator Olympio Cardoso assinava o artigo intitulado “Ouro Preto”, um verdadeiro grito de socorro da antiga capital. A cidade que “iluminou o caminho que o povo brasileiro devia palmilhar” encontrava-se agora em ruínas. Dela sempre partiam “primorosas inovações” prontamente compartilhadas com o restante do país, agora só existia a decadência. Exaltando o tradicional heroísmo ouro-pretano, o autor chega a classificar a antiga Vila Rica

¹³⁵ Usando os conceitos de Weber para poder e dominar, parece que a elite política, sediada no centro minerador, “perdia o exercício do poder político para controlar um poderoso instrumento de dominação, a memória. Assim a capital Belo Horizonte, mas Ouro Preto permanecia como a cidade fundadora do caráter mineiro.

como a Jerusalém brasileira, a qual todos deveriam reverenciar.¹³⁶ Finalizando, profetizou o futuro reservado a Ouro Preto.

Não sendo pessimista nem sectário de ceticismo, nutro a fagueira esperança de ver Ouro Preto no lugar que lhe compete no concerto nacional, porque o Brasil, generoso como é e circunspecto como sempre foi, há de saber profligar a recalcitrante aberração daqueles que não têm amparado Ouro Preto e ensinar-lhes o caminho que devem seguir.¹³⁷

O novo caminho seria oficializar a sacralização de Ouro Preto. A festa do bicentenário da cidade tornou-se espaço privilegiado para consagrá-la como santuário da República brasileira. Foi em 1911 que os ouro-pretanos, mineiros e por extensão brasileiros, renderam homenagens em reconhecimento ao papel histórico da ex-capital de Minas. Comemoravam-se os 200 anos de sua elevação à Vila Rica, porém o motivo de regozijo de seus líderes políticos era outro: reconhecia-se publicamente sua importância para a vida política brasileira. Percebe-se neste momento uma clara intencionalidade dos representantes ouro-pretanos em assumir o passado como a grande riqueza da cidade. Abria-se mão, dessa forma, da possibilidade de assumir Ouro Preto à direção da modernidade mineira. Belo Horizonte promoveria o futuro, mas, do passado de glórias ouro-pretanas, viriam a inspiração e a força. Encontravam Minas e seu equilíbrio entre o passado e o futuro.

O futuro é incerto; não temos sobre ele autoridade definida. O presente foge diante de nós, como uma sombra que passa ligeira. Só o passado nos pertence; é nele que realmente vivemos. No passado se encontram as raízes das nossas afeições, dele procedem as luzes do nosso espírito.¹³⁸

O passado era visto como modelo para o presente. Essa visão, comum à maior parte das sociedades, expõe bem a autoimagem criada pelos ouro-pretanos e amplamente reproduzida pelos brasileiros. Rejeitava-se o passado ao torná-lo inevitável, e desejáveis a inovação, o progresso, a nova capital. Porém, o passado perpetuava sua importância ao movimento de constante mudança (LE GOFF, 1984). Ouro Preto que abrigou os inovadores movimentos de contestação do Brasil Colônia seria sempre para o presente uma fonte de inspiração e de compromisso com a Nação.

O desejo nacional de comemorar os 220 anos de Ouro Preto refletia-se na imprensa de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. As solenidades adquiriram a

¹³⁶ *Jornal Independência* – Ouro Preto, 07-09-1907. Redatores José Ribeiro, Alpheu Faustino, Olympio Cardoso.

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ SANTOS, Lúcio José dos. A Inconfidência Mineira. In: *Bicentenário de Ouro Preto* - 17/11/1911. Memória Histórica. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, p. 25

importância de uma questão patriótica. O Congresso Mineiro aprovou uma verba substancial para a organização do evento, fato justificado por: “além de todos os motivos, convirem para a educação cívica do povo e, sobretudo, da mocidade avivando as glórias da pátria”.¹³⁹ O aspecto pedagógico da comemoração transparece não apenas nos discursos como também na própria ocupação e decoração dos espaços da cidade.

O apoio de filhos, amigos, comerciantes e políticos ouro-pretanos ficava visível na obstinação em promover melhoramentos na cidade, como uma forma de melhor receber os milhares de visitantes esperados. A Câmara Municipal de Ouro Preto encarregou-se do reparo de ruas, pequenas obras e consertos nos edifícios e nos prédios destinados ao serviço das festas. O Paço Municipal foi cuidado com esmero, uma vez ser destinado a sediar o Governo Executivo e as mais altas autoridades estaduais e federais presentes ao evento. A população também participou dos preparativos, pintando suas casas, limpando os quintais, enfeitando suas janelas.¹⁴⁰

Cumpria a Ouro Preto se apresentar aos olhos de seus hóspedes e convidados na altura de seu passado; e ainda de seu presente, cidade culta de civilização antiga, de povo inteligente e sensível às condições do belo.¹⁴¹

No dia 7 de junho de 1911, a cidade já amanheceu em festa. Suas ruas enfeitadas, da estação à Praça Tiradentes, representavam bem a adesão da população ao acontecimento. Pela Rua São José, os tradicionais arcos de bambu e lanternas dividiam espaço com escudos nos quais se lia o nome de várias cidades.¹⁴² Era a homenagem dos ouro-pretanos às suas predecessoras como São Paulo, Taubaté, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, das quais se originaram os bandeirantes. Cidades mineiras também eram lembradas ou ainda homenageavam a aniversariante. Assim, nomes como Pitangui, Minas Novas, Mariana, Sabará, São João del-Rei, Serro, Caeté, Barbacena eram destacados.¹⁴³ Nota-se na documentação que Belo Horizonte, Juiz de Fora e outras cidades mais recentes eram tratadas com respeito, porém, não veneradas como as mais antigas.

A cidade recebeu uma multidão de visitantes, por não conseguir abrigar a todos, ocorreram grandes problemas. Inúmeros vagões especiais chegavam durante todo o dia, trazendo pessoas da capital. Recepcionou-se também o Arcebispo de Mariana, assim como o Presidente do Estado. Nesse momento especial, Ouro Preto tornou-se simbolicamente a Capital do Governo do Estado de Minas Gerais.

¹³⁹ Bicentenário de Ouro Preto – Memória Histórica. *op. cit.* p. 316

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem. p. 318

¹⁴² Tribuna de Ouro Preto – 15/12/1947. Citado in: BARBOSA, Lauro Versiane. Depoimento do Sr. José Alves dos Santos Júnior.

¹⁴³ Bicentenário.

A comemoração espalhou-se pela cidade através da iluminação de suas casas e da *Marcha aux flambeaux*.¹⁴⁴

O dia seguinte, 8 de junho, rompeu-se com uma animada alvorada na qual participaram bandas de música, repiques de sino e os populares gritos e salvas à cidade. Ao meio-dia, a Praça da Independência foi o palco das maiores aglomerações. Além do discurso do Sr. Conde de Afonso Celso, ouviu-se o hino especialmente composto para o bicentenário:

Ave, heróica cidade altaneira,
Onde cada ruína é uma glória;
Ao teu seio vem Minas inteira
Recordar com amor tua história.
Salve lendária Vila Rica.
Berço de tanta heroicidade.
Em ti nossa alma glorifica
A tradição da liberdade!¹⁴⁵

Por entre as ruas da cidade, moradores e visitantes podiam deparar-se com uma exposição, didaticamente organizada, da história republicana brasileira. No Largo da Alegria (hoje Silviano Brandão) e na Rua São José, encontravam-se representados os maiores personagens da história ouro-pretana: os Inconfidentes. Na Rua Direita, de Antônio Dias até o Largo de Marília, encontravam-se os bandeirantes, fundadores das cidades mineiras. Na Praça Tiradentes, dividindo espaço com o antigo Palácio do Governador e com a Cadeia Pública, avistavam-se os mais notáveis governadores e presidentes da ex-capital. Ao centro, a estátua de Tiradentes, rodeada pelos antigos governantes republicanos, reforçava a noção de continuidade histórica. A imagem reafirmava a simbologia de Ouro Preto como berço da República. Ao mesmo tempo, a figura do alferes sintetizava o passado potencializado com força política. A festa abria espaço para educar e criar uma imagem sobre Minas.

Esses valores e sentimentos políticos que a festa colocava em cena são importantes, seja porque nos informam sobre estratégias políticas de legitimação do poder, ou de moralização e educação do povo, seja porque eles faziam parte de toda uma rede de sentidos e significados a partir dos quais os habitantes de Minas Gerais construíram uma identidade e se davam uma imagem de si mesmos. (CHAMON, 1996. p. 8)

A festa do bicentenário oficializava o culto cívico a Ouro Preto. Os procedimentos comemorativos possuíam a marca da sacralização da cidade. Mistura-

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ LIMA, Mario. Hino do bicentenário de Ouro Preto. Citado in: Tribuna de Ouro Preto – 15/12/1947. p. 29.

vam-se manifestações cívicas com outras ligadas ao culto católico. Religião e política associavam-se compondo um dos pilares do que ficou conhecido como o caráter mineiro. Quanto a Ouro Preto tornar-se novamente a capital mineira em momentos de exaltação de sua história, constituía-se, a partir de então, uma nova tradição¹⁴⁶ (HOBSBAWM, 1984). Festas como essa tecem uma rede de sentimentos entre o povo e o poder, numa adesão dos primeiros a propostas de como governar o país e o Estado¹⁴⁷ (HOBSBAWM, 1984). Ouro Preto era mais que nunca amada por representar o amor a Minas, o amor ao Brasil. Esse elo entre o poder e os habitantes foi construindo, no decorrer das festas, uma identidade extremamente forte. Em Minas, essa identificação originou um novo mito, o da mineiridade.

A autoimagem criada pelas elites mineiras buscou na mentalidade coletiva os seus mais preciosos componentes¹⁴⁸ (BACZKO, 1985). A visão do mineiro como conciliador, homem ordeiro com profundo respeito à justiça, reproduziu-se uma nova lei (DULCI, 1984). A família e a comunidade eram defendidas não só como referência social, como também política. Em defesa da liberdade, o mineiro agiria com moderação, resposta a sua constante preocupação com a ordem. A mineiridade se caracterizaria pelo:

1 - apego à tradição, ao senso de continuidade; 2 - a valorização da ordem, da estabilidade, a prudência nas iniciativas; 3 - o senso de naturalidade, configurando uma visão evolucionista da sociedade e da história; 4 - o centrismo, a aversão aos extremos, ao radicalismo; a busca do meio-termo, da solução moderada; 5 - o realismo, o pragmatismo, a acomodação às circunstâncias, associados à capacidade de transação, de acomodação de interesses; 6 - a perspicácia, a habilidade, a paciência, como meios de lograr objetivos políticos a menos custo. (DULCI, *op. cit.* p. 28)

A elite política mineira construiu sua autoimagem com elementos facilmente reconhecíveis pela mentalidade coletiva. Numa realidade predominantemente heterogênea, em que a ampla diversidade apresenta-se como fator de isolamento regional, era importante construir elementos promotores da unidade (DIAS, 1985). O mito de fundação dessa união foi Tiradentes. A mineiridade fundava-se não na derrota dos Inconfidentes, mas em sua coragem em lutar pela justiça. Pode-se observar que o Tiradentes apresentado não é o rebelde, mas o libertador, cuja

¹⁴⁶ HOBSBAWM, Eric. (org.) A invenção das tradições. "RJ: Paz e Terra, 1984." Hobsbawm trabalhava com o conceito de "Tradições Inventadas", como sendo "tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisas de poucos anos – e se estabeleceram com enorme rapidez". p. 9.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Enciclopédia Einaudir. Antropos – homem. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. 1985. "Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência 'real', mas, sim, em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjuração das relações de sentido poderio." p. 297.

habilidade conciliatória foi amplamente propagada pelas elites mineiras. Como herdeiros diretos do “Mártir da Liberdade”, um dos fundadores da nação brasileira, os mineiros seriam uma estirpe de destaque na política nacional. Dessa forma, “os políticos mineiros mobilizaram a memória do passado no exercício de suas ações como legítimos porta-vozes de uma história transformada em tradição inquestionável”. (ARRUDA, 1990)

Festejar o bicentenário de Ouro Preto era também celebrar Minas, reafirmando seu papel de destaque no cenário nacional. A imprensa ouro-pretana novamente cumpriu seu papel ao construir a história da cidade, fartamente, em suas edições. A Inconfidência foi o acontecimento mais destacado com artigos – de forte influência romântica – chamando a atenção para o caráter metropolitano de Vila Rica e de sua sociedade, conotada como especial. “Vila Rica era um centro de cultura; possuía juristas profundos, poetas notáveis, oradores eloquentes. Havia abundância, conforto, luxo.”¹⁴⁹

A imagem preservada da cidade era a do século XVIII, com todas suas lendas de riqueza e grande “aventura” dos Inconfidentes. Verifica-se aqui o papel adquirido pela festa como um lugar da memória. A prática comemorativa atuaria como vigilante da memória, impedindo o rápido esquecimento dos acontecimentos. Pensar na possibilidade de os mineiros esquecerem-se do movimento de 1789 parece absurdo, mas acreditava-se existir, naquele momento, uma preocupação em torno de quais lembranças deveriam ser preservadas.

A “Polyanthéa Commemorativa do Bi-Centenário de Ouro Preto” constituiu-se em um dos principais documentos sobre a autoimagem ouro-pretana a qual se buscava preservar. Organizada por Álvaro da Silveira e Mendes de Oliveira, a publicação apresentava uma série de artigos e poesias em homenagem à cidade. O principal objetivo da publicação era claro: contar a história de Ouro Preto. Textos de Afonso Arinos, August Machado e Olavo Bilac compunham o mosaico histórico ouro-pretano, da saga dos bandeirantes aos saberes científicos propagados por Henrique Gorceix, fundador da Escola de Minas. Mas o passado da cidade estava definitivamente ligado à Inconfidência, destacando-se preponderantemente a figura de Tiradentes. Presente e futuro passaram a ser dimensões do tempo sem grandes privilégios em Ouro Preto. Já o passado era extremamente valorizado, uma vez ser responsável por seu papel de “Cidade eterna de Minas”, “Berço da liberdade e da República brasileira”. Nada surpreendente para uma “Cidade memória”.

¹⁴⁹ Bicentenário. *op. cit.* p. 27.

3.4. A cidade-museu

Nem tudo foi festa em Ouro Preto durante as comemorações do Bicentenário. Inúmeros incidentes foram verificados, iniciando-se uma difícil relação entre a população ouro-pretana e seus visitantes ocasionais ou, nem tanto, com os estudantes.

E veio muita gente e o pessoal não achava meio de alimentar-se, então aquela turma que veio de fora, estudantes, esse povo irresponsável, chegou aí, começou a invadir essas casas comerciais aí para comer. (sic) (CHAMON, *op. cit.* 11)

Ouro Preto começava a pertencer menos a seus habitantes e mais a Minas. Fazia-se urgente, como ainda se faz para os moradores da cidade, estabelecer critérios de conduta para seus visitantes. Apesar de não ser mais a capital do Estado, a cidade viu a cada ano ampliar-se o número de turistas a subir e descer suas ladeiras íngremes. Como monumento vivo da história brasileira, a antiga Vila Rica assumiu o papel de suporte para a memória nacional, atraindo para si as atenções como um museu.

A cidade chamada histórica é diferente da cidade moderna por não apresentar uma continuidade visível em seu desenvolvimento. Prevalece em seu meio uma grande concentração de historicidade, legitimada por seus monumentos.¹⁵⁰ Essa propulsão de documentos arquitetônicos abre espaço para o reconhecimento da cidade como monumento nacional.

...a identificação da cidade como monumento nacional não é nada mais que a extensão do princípio do monumento singular estendido a um complexo que, pela qualidade e pela somatória dos edifícios simples, adquire o valor de monumento globo. (LOMBARDI, 1982. p. 81)

Os monumentos, entretanto, apesar de seus significados e sua durabilidade, representam uma memória oficial necessitada de reconhecimento. O passado só se torna tradição uma vez que seja constantemente reconhecido como ponto de partida para o presente.

O enraizamento numa tradição significa nosso pertencimento a pontos de origem, porque só podemos saber quem somos hoje se reconhecermos nosso ponto de partida. O que significa, pois, a perda da tradição ou a dissolução da tradição? Antes de mais nada, significa desenraizamento, ex-patriamento. (MATOS. In: CUNHA. *op. cit.* p.152)

Ouro Preto adquiriu *status* de “berço das tradições mineiras”, não por sua arquitetura típica e irregular, mas pela memória da Inconfidência, marco escolhido

¹⁵⁰ Tribuna de Ouro Preto – 15/12/1947. p 28. Depoimento do Sr. José Alves dos Santos Júnior. ARGAN, *op.cit.*

como fundador da “Pátria mineira”. Primeiro houve um reconhecimento de sua importância histórica para, mais tarde, ser oficializada como cidade histórica.¹⁵¹ Justapô-la a Belo Horizonte, seria apresentá-la como forma de legitimar a República no âmbito regional, garantindo, assim, a integridade territorial do Estado (MELO, *op. cit.*). Unidade e durabilidade compunham a cidade-memória dos mineiros, aos poucos transformada em cidade-museu. Reforçava-se com o passar do tempo a relação entre Ouro Preto e seus espaços ricos em simbolismo e seus antigos e novos admiradores, levando a “perceber os valores que atravessavam os sentimentos das pessoas ao interagir com a cidade que é, ao mesmo tempo, herança patrimonial e palco das ações presentes”. (BORGES, 1988)

Como monumento da sociedade, Ouro Preto foi lentamente sendo preservada como um museu vivo da unidade mineira. Contudo, o conceito de museu deve levar sempre em conta o não “congelamento” da cidade. O museu é também um espaço em transformação, abrigando a pesquisa, os métodos científicos e didáticos, produzindo conhecimento. O cuidado em não torná-lo uma estrutura fixa possibilita atender a cidade pensando-a:

...como sistema de comunicação visual, mesmo a mais moderna das cidades modernas pode ser um museu, enquanto o museu como centro vivo da cultura visual é um componente ativo do estudo e do desenvolvimento da cidade... (ARGAN, *op. cit.* p. 81)

A constante transformação compõe a vida das cidades, mesmo aquelas cuja memória é a maior riqueza. Todavia, além de sua estrutura histórica, ela deve ter valorizado também um projeto para o seu futuro (ARGAN, *op. cit.*). Na luta mudancista, essa preocupação com o amanhã estava presente. Entretanto, a emergência de modernização significava um perigo iminente de destruição do patrimônio histórico. Após a inauguração de Belo Horizonte, passou a existir uma mobilização no sentido de preservar Ouro Preto, porém os projetos elaborados muitas vezes deixavam de lado a diversidade das necessidades dos ouro-pretanos – um problema inaugurado no passado e ainda hoje existente. Falar de Ouro Preto passou a significar falar de Minas. Fundamentou-se memória coletiva no sentido de possibilitar a coesão do grupo.

As imagens do passado dispostas em ordem lógica, “ordem das estações”, da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados, porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente. (LE GOFF, 1990. p.466)

¹⁵¹ Gostaríamos de relembrar que a preocupação com a preservação do patrimônio histórico referente a imóveis se daria mais precisamente nos fins dos anos 30, no Brasil.

Definiu-se e reforçou-se o sentimento de pertencimento, assim como as “fronteiras sociais” da coletividade (POLLACK, 1989). A memória oficial, enquadrando referências individuais e coletivas, possibilitou o reconhecimento comunitário. Ressalta-se não se tratar de um projeto preestabelecido, mas uma atitude elaborada no seu processo de realização. A força não mudancista, assim como a fraca identificação dos mineiros com a nova capital, resultou numa articulação entre Ouro Preto e Belo Horizonte anteriormente impensável. Para os não mudancistas, a construção de uma nova capital seria a ruína da eterna Vila Rica. Já os mudancistas pautavam-se pela independência da cidade planejada, organizada segundo os mais avançados padrões urbanísticos.

O projeto de construção da nova capital mineira ousou partir do nada, inaugurando uma nova era, contudo, encontrou um abismo só superado com o auxílio de uma ponte, ligando passado e presente. Essa continuidade histórica possibilitou aos mineiros adentrar a República inteiros, apesar das inúmeras divergências.

Construindo Belo Horizonte era possível descaracterizar Ouro Preto como centro de coerção política e transformá-la em cidade símbolo, pátria da liberdade, espelho da riqueza que Minas ainda retinha em seu seio. (MELO, *op. cit.* p. 96)

Ouro Preto – espaço da memória – pedagogicamente representa a história mineira. Seus monumentos, seus personagens, sua comida, suas ladeiras, tudo espelha a autoimagem adotada pelos mineiros. A república trouxe a ela novos contornos; laicizada, tornou-se ainda mais sacra. Museu vivo no qual a memória individual se relaciona com a memória social, construindo uma forte identidade. (HALBWACHS, 1990)

Sua topografia difícil, historicamente objeto de críticas, passa personificar o mistério e os segredos construídos, num primeiro momento, individualmente. Como as pedras que calçam suas ruas, lembranças fragmentadas somam-se a outras, compondo um conjunto no qual todos se reconhecem. Experiências compartilhadas criam um forte sentimento de pertencimento. “As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória.” (BOSI, 1979. p.363)

Ouro Preto, referência de valores e tradições, reordena seu papel no cenário mineiro pós-República. A antiga Vila Rica, com suas ruas tortas, casas mal-aplainadas, íngremes ladeiras, assume o papel de “Acrópole” de Minas, dividindo com Belo Horizonte, sua “Ágora”, a responsabilidade de unificar e fortalecer a pátria mineira (MELO, *op. cit.*). Santuário da Liberdade, Ouro Preto exige como marco fundador a Inconfidência, cujo mártir, Tiradentes, torna-se herói nacional. Entretanto, a própria cidade tornou-se um novo mito, ao fundar, em seu passado, a modernidade mineira.

CONCLUSÃO

A mudança da capital mineira inseriu-se nos discursos em defesa da modernização, da civilização, da higienização e da cientificidade, tão comumente paladados no século XIX. A sua legitimação vinha do estabelecimento da República brasileira, cujo principal objetivo era elevar o país ao rol das “nações civilizadas”. Construir uma nova capital seria um marco inaugural da era republicana em Minas Gerais, significando, para seus defensores, o resgate do Estado da decadência e do ostracismo. A historiografia sobre o período parece reforçar tal ideia ao não refletir sobre uma alternativa qualquer para a mudança. A saída da capital de Ouro Preto continua a ser vista como o único caminho possível, mesmo após o conhecimento de tantos interesses que levaram à mudança.

Esse trabalho teve como principal objetivo demonstrar a existência de outra possibilidade. A ação dos não mudancistas, propondo e realizando inúmeros melhoramentos na antiga Vila Rica, apresentou-se como um caminho alternativo, o qual não se pode menosprezar.

A ameaça de mudança da capital, cada vez mais real com a República, levou os defensores de Ouro Preto a organizarem um projeto de modernização da cidade, no qual ruas seriam alargadas, casas alinhadas, morros seriam aterrados. Promovendo paralelamente uma higienização na cidade, ocorreria um maior controle sobre o lixo, animais seriam proibidos de circular pelas ruas e estabelecer-se-iam novos critérios para a sua utilização como transporte urbano.

Promoveu-se, também, através da imprensa não mudancista, uma verdadeira campanha de valorização histórica da cidade, cujo marco fundador seria a Inconfidência. A história do movimento de 1789 era associada ao desenvolvimento de Ouro Preto, configurando-a também como um componente da conjuração. A figura de Tiradentes foi amplamente associada à cidade, reafirmando seu papel de “Berço das Tradições, da Liberdade e da República”. A construção do monumento ao mártir da Inconfidência – entre 1892 a 1894 – na praça principal da cidade, explicitou bem essa determinação em elegê-lo o mito fundador da unidade mineira.

Ao discurso urbanista dos mudancistas, os defensores de Ouro Preto responderam com estatísticas médicas, planejamento urbanístico e com muita ironia. Belo Horizonte, a principal candidata, passou a ser o principal alvo. De Papudópolis a Poeirópolis, sofreria toda uma série de ataques visando impossibilitá-la de concorrer com a antiga capital. Estrategicamente, atuou no Congresso Constituinte, 1891, espaço privilegiado para os debates sobre a mudança da capital, assim como para denúncias sobre existências de irregularidades no processo.

Os não mudancistas, ao exercerem sua oposição à retirada da capital de Ouro Preto, construíram um discurso extremamente original em relação ao progresso e à modernização. Ao contrário do imaginado, não se opunham a Mina moderna, todavia, esta deveria ser fundada no passado ouro-pretano. Assim teria raiz, não surgiria do nada. Em Ouro Preto, a tradição e a modernidade apresentavam-se irmanadas no intuito de produzir o futuro mineiro. Uma seria o apoio da outra, não sua oponente. Respondiam assim ao discurso dos construtores de Belo Horizonte que a caracterizavam como um marco zero.

Segundo os não mudancistas, a modernidade mineira já estaria fundada no passado: a luta dos Inconfidentes pela liberdade brasileira e o sacrifício de Tiradentes representariam o primeiro passo para modernizar o Estado e, por extensão, o Brasil. O embate entre novo e velho, moderno e antigo, era assim enfraquecido. Ouro Preto conseguia ser tudo isso, ou seja, as raízes do passado impulsionando as mudanças rumo ao futuro.

Analisando as propostas, os discursos e as ações não mudancistas, concluiu-se a existência de um projeto alternativo à construção de uma nova capital mineira. Essa possibilidade foi amplamente debatida e discutida no período. A elite política ouro-pretana, não mudancista, conseguiu até mesmo iniciar o projeto de modernização da cidade, às vésperas da decisão sobre a mudança. Jornais, políticos, personalidades, além de outras municipalidades, se mobilizaram na defesa de Ouro Preto, todavia, em 12 de dezembro de 1897, Belo Horizonte foi inaugurada.

Ouro Preto não era mais a capital do governo mineiro, entretanto, também não havia sido derrotada. A realidade apresentada, a partir de então, uniu de forma surpreendente a nova e a antiga capital. A recém-inaugurada Belo Horizonte não proporcionava a seus moradores, a maioria ouro-pretana, espaços aos quais se identificassem. Já, em Ouro Preto, o vazio das ruas abria espaço para o mato. Assim, verificou-se uma divisão dos papéis: a capital planejada representaria o progresso, o moderno, o futuro mineiro; a antiga Vila Rica seria a força das raízes mineiras, aquelas nas quais o futuro se inspirava.

A antiga Vila Rica sacralizou-se como a cidade memória dos mineiros, assim como dos brasileiros. Uma vez preservada, tornou-se um museu vivo da história nacional, milhares de visitantes, estrangeiros ou não, se dirigem a ela anualmente. Porém, para além da oficialidade em que se converteram os monumentos e as comemorações ali realizadas, é no imaginário popular que se encontra o espaço mais fértil para verificar sua legitimação como cidade eterna de Minas Gerais.

RESUMO

O Brasil sofre inúmeras transformações no final do século XIX, a principal delas foi a implementação da República, reforçando os ideais de ordem e progresso. Minas Gerais se insere no novo contexto, objetivando aliar-se ao mundo moderno, depara-se com dois caminhos: de um lado, a possibilidade de construir um monumento à República, uma nova capital adaptada aos principais preceitos da modernidade; por outro, a manutenção de Ouro Preto como sede do Estado, melhorando-a e preservando sua importância histórica. O olhar voltou-se para o caminho não escolhido, ou seja, procurou-se identificar, analisar, compreender e resgatar a luta dos não mudancistas. Uma vez transferida a capital, observa-se a transformação da antiga Vila Rica numa cidade-museu, oficializada como “berço das tradições mineiras”.

BIBLIOGRAFIA

Dissertações de mestrado

BORGES, Célia Aparecida. *Amor e conflito: a relação das pessoas com uma cidade histórica*. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de Sociologia. 1988. (mimeo.)

CHAMON, Carla Simone. *Festejos imperiais*. Festas cívicas em Minas Gerais – 1815-1845. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1996. (mimeo.)

GOODWIN JÚNIOR, James William. *A princezinha de Minas: a construção de uma identidade pelas elites juizforanas – 1850-1888*. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1996. (mimeo.)

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte – Itinerários da cidade moderna*. 1891-1920. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1992. (mimeo.)

LEVEN, Michel Marie. *As classes sociais e o poder político na formação espacial de Belo Horizonte – 1893-1914*. Belo Horizonte: UFMG/Dep. de Ciências Políticas, 1977.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira. *Pois tudo é assim... educação, política e trabalho em Minas Gerais – 1889-1907*. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 1990.

PAULA, Delsy Gonçalves. *No labirinto das Minas – a modernidade postergada*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1994.

REIS, Maria Ester Saturnino. *A cidade paradigma e a república: o nascimento do espaço de Belo Horizonte em fins do século XIX*. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1989.

SILVA, Regina Coeli Machado e. *Emergência do mineiro em época de transição*. 1870-1889. Belo Horizonte: UFMG/FIFACH, 1989.

Artigos e Livros

ALENCAR, Gilberto de. *Cidade do sonho e da melancolia: impressões de Ouro Preto*. Juiz de Fora: 1926.

ANDRADE, Moacyr. Coisas da capital já passada. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: APM, ano 33, 1982.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da cidade como História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARNO, Ciro. *Memórias de um estudante*. Belo Horizonte: Olympica, 1906.

ARRUDA, Maria. *A mitologia da mineiridade*. O imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ÁVILA, Afonso. Inconfidência: projeto de nação possível. In: *Análise e Conjuntura – Inconfidência Mineira e Revolução Francesa. Bicentenário 1789/1989*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1989.

_____. As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural. In: *Análise e conjuntura*. Belo Horizonte: v. 5, n. 1. Janeiro/abril de 1990.

AZEVEDO, Arthur. Um passeio a Minas. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: ano 33, 1982.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Antropos Homem. Lisboa: Imprensa Oficial, Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Francisco de Assis. Minas e a Constituinte de 1890. In: *Seminário de Estudos Mineiros. A República Velha em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982, p. 91-113.

BARBOSA, Lauro Versiani. *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP, 1993.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Decadência das Minas e fuga da mineração*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1971.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – História antiga e História média*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

BAUDELAIRE, Charles. *Obras estéticas: filosofia da imaginação criadora*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

_____. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.

_____. *Magia e técnica, arte e política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BICENTENÁRIO DE OURO PRETO: MEMÓRIA HISTÓRICA. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

BLASENHEIM, Peter. Uma história regional: a Zona da Mata mineira (1870-1906). In: *Seminário de Estudos Mineiros. A República Velha em MG*. Belo Horizonte: UFMG/PROED 1982, p. 73-90.

BOEHER, George C. A. O Partido Republicano em Minas Gerais. In: *Da monarquia à república*. História do Partido Republicano: 1870-1889. Rio de Janeiro: MEC, 1954.

BOSI, Ecléa. *Lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Tudo é História, v. 52)

_____. *Imagens da cidade*. Séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, FAPESP.

_____. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. *Revista brasileira de História*. São Paulo: v. 5, n. 8 e 9, p. 35/68.

_____. O cidadão da República. Liberalismo x Positivismo no Brasil. *Revista USP*. São Paulo: março/maio de 1993. n. 17, p. 122-135.

_____. *Liberalismo: ideologia e controle social* (um estudo sobre São Paulo de 1890 a 1910). São Paulo: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, 1976 (Tese de doutorado).

_____. Um poeta no mercado. In: *Trilhas*. Campinas, v.3, n.1, p. 12-22, 1989.

BURMEISTER, DR. Herman. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Berlim – 1853. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A.

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo: Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte, 1969.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. Viajantes estrangeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. In: *Revista do IFAC*. Ouro Preto: UFOP, n.3 dezembro de 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a República no Brasil*. Dados. Rio de Janeiro: v. 32, n.3, p. 265-279, 1989.

_____. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. A composição social dos partidos políticos imperiais. In: *Revista do DCP*. Belo Horizonte: UFMG, n. 2, p. 01-34, dez. de 1974.

CHACHAN, Vera. A memória dos pequenos lugares e a construção da cidade. In: *Varia História*. Belo Horizonte: junho/94, n.13, p. 132-146.

CHAGAS, Leôncio. *Os ecos do Itacolomy*. Lamim: 1890.

CHALHOUB, Sidiney. *Cidade febril*. Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CLEMENTE, José. O inconformismo de velhos ouro-pretanos. In: *Revista do Arquivo Público*. Belo Horizonte: ano 33, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense.

_____. Brasil: a era da reforma – 1870 a 1889. *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.). *O direito à memória*. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

D'ASSUMPÇÃO, Livia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, julho de 1989.

DIAS, Fernando Correia. Mineiridade: construção e significado atual. *Revista Ciência e Trópico*. n. 13, jan-jun 1985, p. 73-89.

DORNAS FILHO, João. *Figuras da província*. Belo Horizonte: Movimento Editorial. Panorama (Vila Rica).

_____. A propaganda republicana em Minas. *Revista Kriteion*. Belo Horizonte: n. 35 e 36. janeiro/junho de 1956.

DRUMOND, Maria Francelina Ibrahim. Tiradentes: herói na imprensa no século XIX. In: *IX Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico, 1993.

DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde*. A trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas, SP: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Cortez, 1974.

_____. Identidade regional e ideologia: o caso de Minas Gerais. In: *Textos de Sociologia e Antropologia*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1988.

ELIAS, Norbet. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990.

FARIA, Maria Auxiliadora. Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política. In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n.1, 1985.

FLEISCHER, David D. A cúpula mineira na República Velha. Origens socio-econômicas e recrutamento de presidentes e vice-presidentes do Estado e deputados federais. In: *Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

FRIEIRO, Eduardo. Alfredo Camarate e a nova capital mineira. In: *Kriterion*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. n. 65, janeiro/dezembro de 1965.

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GAMA, José Joaquim do Carmo: José Pedro Xavier da Veiga. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XIV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

GRAVATÁ, Hélio. Contribuição bibliográfica sobre BH. *Revista do APM*. Belo Horizonte: ano XXXIII, 82.

GROSSI, Yonne de Souza. Imaginário social na formação urbana brasileira (séc. XIX e XX). In: *Vária História*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, n. 12, dez. 1993.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, p. 0526, 1988.

HALWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARDMAN, Francisco Foot. *O trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. *A era dos impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
_____. *A era do capital, 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *O Brasil republicano: sociedade e instituições. 1989-1930*. São Paulo: DIFEL, 3. ed.

_____. "Do império à república". In: *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1985. (Tomo II, v.5)

_____. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. In: *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956.

IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Tomo II, v. 2. Dispersão e unidade. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

_____. República, 1989/1989. In: *Revista do Departamento de História*. n. 10. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 1990.

KRULL, Germaine. *Ouro Preto*. Uma cidade antiga do Brasil. Ouro Preto: Atlântico. Seção Brasileira do Secretariado da Propaganda Nacional, 1943.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LE GOFF, Jacques. Passado e presente. *Enciclopédia Einaudi*. v.1 Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

_____. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 1990.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil. 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979. (Col. Ensaio e Memória: 21)

LINHARES. Joaquim Nabuco. *Mudança da capital: apontamentos históricos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1905.

LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. Coleção Brasileira, v. 332.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Livraria Itatiaia Editora, 1975.

MACHADO, Roberto. (org.) *A danação da norma*. Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAIA, A. E dos Santos. *Uma breve história de Vila Rica e um pequeno roteiro de Ouro Preto*. Meu Caderno de Apontamentos, n. 2. Biblioteca Estadual de MG, Sala Mineiriana.

_____. *Ouro Preto*. Homens, idéias e fatos. 1969.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. Belo Horizonte. In: *Revista Brasileira de Estudos políticos*. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no séc. XIX*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR. Texto para discussão nº 10.

MARTINS, Roberto; MARTINS, Maria do Carmo Salazar. As exportações de Minas Gerais no século XIX. In: *Seminário de Economia Mineira*. Diamantina: UFMG/CEDEPLAR, 1982.

MATOS, Olgária C. F. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social da lembrança. *Espaços e Debates*. São Paulo, n. 7, p.45-52.

_____. A construção e o desaparecimento do herói: uma questão de identidade nacional. In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, 1994. p. 83-90.

_____. Desejo de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin. In: NOVAES, Adauto. (org.) *Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: FURNARTE, 1990.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. Do império à república. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4163, 1989.

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP/BH: Itatiaia, 1978.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Viagens para o interior de Minas Gerais e Goyas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

_____. *Um estadista na república*. Afrânio de Melo Franco e seu tempo. v.1. Fase Provincial. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1955. Coleção Documentos Brasileiros.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A economia mineira do século XIX. In: *Seminário de Estudos Mineiros*. 1957.

Memória Histórica da Escola de Minas de Ouro Preto: ano letivo de 1902 e 1903. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904 e outros.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. Brasília: UNB/Martins Fontes, 1982.

_____. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.

NETO, Silveira. *Instituições republicanas mineiras*. Belo Horizonte: LEMI/FDUFMG, 1978.

OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, Tomo 2, v. 1, 1970.

OILIAM, José. A propaganda republicana em Minas Gerais. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*.

OLIVEIRA, Lícia Lippi. As festas que a república manda guardar. In: *Estudos Históricos República*. Rio de Janeiro: 1989, v. 2, n. 4, p. 172/189.

OLIVEIRA, Tarquínio José Barbosa. *Ouro Preto e Mariana*. Rio de Janeiro: Donatella Berlendis, 1980.

- PAZ, Francisco Moraes. (org) *Utopia e modernidade*. Curitiba: UFPR, 1994. (pesquisa n. 12).
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do Urbano. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v.8, n.16, 1995. p.279-290.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989, v. 2, n. 3.
- POHL, Johann. *Viagem no interior do Brasil*. São Paulo: EDUSP/BH: Livraria Itatiaia Ed. Ltda., 1976.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, junho de 1974. n. 39, p. 161-192.
- _____. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais*. O Novo PRM (1889-1909). Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.
- RIBEIRO, Marília Andrés. Modernidade e pós-modernidade. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, set/dez 90, v. 5, n. 3.
- RIBEIRO JR., João. *O que é o positivismo*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
- RODRIGUES, José Carlos. Idéias filosóficas e políticas em Minas Gerais. 1ª metade do século XIX. Uma avaliação. In: *Seminário sobre a Cultura Mineira no século XIX*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982.
- RODRIGUES, José Wasth. Ouro Preto. In: *Documentário arquitetônico relativo à construção civil no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopédia EINAUDI – Região*. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, v. 8, p. 389-487.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1975.

SANTOS, Lúcio José dos. A Inconfidência Mineira. In: *Bicentenário de Ouro Preto – 1711/1911*. Memória Histórica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SILVA, Leonardo Viana da. Redescobrimdo as cidades mineiras oitocentistas. In: *VII Seminário sobre Economia Mineira*. Diamantina: UFMG/CEDEPLAR, 1995. p.109-133.

SILVA, Regina Helena Alves da. Cidade e memória. In: *Varia história*. Belo Horizonte: dezembro de 1993, n. 13, p. 47/57.

SILVA, Vera Alice Cardoso. O significado da participação dos mineiros na política nacional durante a Primeira República. In: *Seminário de Estudos Mineiros*. A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 192. (145-163).

SILVEIRA NETO, Honório. *Instituições republicanas mineiras*. Belo Horizonte: LEMI, 1978.

SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes*: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas: Cadernos IFCH/UNICAMPO, 1985, n. 17.

SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro*: a pobreza mineira no século XVIII. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

SOUZA, Washington Peluso Alvino de. As lições das vilas e cidades de MG. In: *Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1977.

SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TORRES, João Camilo de Oliveira. A história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1962. v.5.

VASCONCELOS, Sylvio de. *Arquitetura particular em Vila Rica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1951.

_____. *Mineiridade, ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.

WEINHARDT, Marilene. Baudelaire: a conquista da modernidade. In: Paz, Francisco (org). *Utopia e modernidade*. Curitiba: UFPR, 1994. p. 33-35.

WIRTH, John. Minas e a nação: um estudo de poder e dependência regional. 1889-1937. In: *Seminário de Estudos Mineiros*. A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

_____. *Minas Gerais na federação brasileira, 1889-1937*. O fiel da balança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos Brasileiros, v.50)

ANEXO I

Conselho de Intendência Municipal. Informação sobre o contrato celebrado pela Intendência para os Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto – 1891

Conhecido o teor do contrato, segue-se quanto era natural o seu julgamento pelo público. As manifestações jubilosas do povo foram a prova inequívoca do critério, com que a Intendência compreendeu a situação da cidade, situação precária nas pontas do dilema – melhorar ou perecer. Entretanto, algumas objeções colhidas de incompleto estudo, sem exame bem verificado, chegaram a impressionar e a ser produzidas no Senado pela voz de um eminente representante...

Há e houve uma lacuna que não obstante os pareceres justificam, e antes e mais do que eles o povo de Ouro Preto já encheu de razões: – a pressa com que se fez o Edital, e a inversão de ordem nos elementos do ato. A pressa é a inimiga da perfeição; mas as urgências têm por seu turno um caráter absoluto. A cidade viu-se, e vê-se, como dizemos, nas pontas de um dilema implacável – ou melhora-te ou morre-te. Entre a vida e o suicídio só não se decidem os descrentes do futuro; os desenganados da justiça de Deus; os covardes ou os impotentes diante das dificuldades da vida, dos terrores das impaciências da sorte.

A maioria, ou antes a totalidade dos representantes adversos a Ouro Preto, cumpre que se liga: não o são por ódio, e muito menos também por interesses bastardos. Diziam e dizem ainda que a cidade carece de ser reconstruída, mas que é de terrenos ingratos, e que, se para renová-la a ponto de corresponder a seu destino de cabeça do Estado, as despesas tenham que sair do orçamento estadual, mais vale, e dizem convictos, a edificação de uma cidade nova, feita como o juiz de Fora, sob pano, em lugar seleta que reúna todas as vantagens sem nenhum dos defeitos do local de Ouro Preto.

Diante destas razões – o que cumpria fazer? Corrigir quando possível os defeitos apontados, nada pedir nem receber do Estado, e só por conta do município tentarmos os melhoramentos da cidade.

Seria morrer de vergonha, se, mortos de vergonha, víssemos pela negação das nossas últimas energias prevalecer a causa contrária, quanto pela autonomia municipal temos recursos e podemos relativamente atenuar as asperezas do conceito desfavorável.

Já não foi menor conveniência nossa Constituição proscrever a comparação de cidades antigas.

O pensamento de legislador, a tirar de Ouro Preto a sede do governo, é que

seja para um local inteiramente novo, e próprio por certo de realizar o ideal de uma cidade moderna, estabelecida em todos os sentidos da arte para ver o conjunto de riqueza, o convívio de todos os órgãos da dinâmica social, essa nova capital deverá ser o centro político, o centro econômico, o centro moral do irradiante povo mineiro. A não ser assim, diz o legislador às razões da sentença.

Foi o que fez a Intendência no Edital citado de 28 de Junho.

Os organismos antigos resistem com legítimo instinto de conservação. As tradições históricas, a experiência diuturna de uma ordem secular, os interesses econômicos de fatores criados, o hábito mesmo de uma solidariedade moral, que os homens não rompem bruscamente, se tem a consagração do passado, todas estas qualidades deveriam, e devem ser ponderadas em balança fiel no dia solene, dia de incomparáveis pensamentos e angústias bem fundas em que seja decidida a sorte do Estado com a mudança do governo para um lugar desconhecido, para uma esfinge de ilimitadas incertezas. Porquanto, se é fácil expungir-se da lousa os Algarismos errados de um cálculo, e riscar-se no lugar a mais bela teoria da hipotenuza, o mesmo não é concretizar-se na geometria dos cálculos o pequeno círculo de sanguinoso metal, que se chama moeda dos impostos.

Era assim, pois, e é, nosso dever colocarmos a cidade em pé de igualdade pelo menos manifesta a todas as outras povoações antigas existentes, com as quais tivéssemos um dia de ser comparados, caso se malograsse, como é bem possível, a nova deslumbrante fundação.

Os organismos velhos, repetimos, resistem: e ninguém levará a mal que o povo de Ouro Preto, sensato e brioso se resolva pela mais nobre, mais independente, e mais digna reação, melhorando a sua custa a sua querida cidade, como pode, sem requerer, sem esmolar sacrifícios ao Estado. Foi o que a Intendência interpretou fielmente pondo a pressa com que chamou a ocorrência no Edital, antes de todos os mais elementos preparatórios. Não se mede, não se investiga, não se disputa o preço da água na hora em que se avizinha o incêndio dos prédios.

Todavia, como demonstramos, o contrato foi firmado sobre bases regulares, e equitativas, perfeitamente justificadas.

A Intendência cumpriu o seu dever. Os que tomaram parte direta ou indiretamente assumem em sua consciência todo o peso da responsabilidade proveniente. Resta agora só que as obras comecem e prossigam com toda energia; – Res no Verba – e que ao lado de suas tradições maiores sintam Ouro Preto no sangue generoso do presente desatar-se a fé do futuro – como a Cidade Eterna de Minas Gerais.

Ouro Preto, 29 de outubro de 1891. (sic)

ANEXO II

Obras/Ouro Preto

Rua das Escadinhas

- Alargamento da Rua das Escadinhas, seu calçamento com paralelepípedos, prolongando-se à parte inferior e daí, prosseguindo por toda a extensão da Rua do Pilar até o encontro da Paraná. (Relatos sobre os melhoramentos da Cidade – 1895 – Câmara Municipal – APM.)
- Exigência da determinação de alinhar casas na Rua das Escadinhas – casas 1 a 3 (retirar os patamares ou escadas do lado da face dos prédios), 7, 8 e 9 (alinhare as casas às demais existentes). (Estado de Minas – nº 294, 25/03/1892, Casa do Pilar.)
- Recalçamento da Ladeira das Escadinhas, melhorando-se e nivelando-se o mais possível (27/06/1891 – Edital para melhoramentos da capital – APOP).
- Calçamento a paralelepípedos nas ladeiras do Pilar e das Escadinhas – alargando-se esta e levando-se a calçada à rua inferior até a porta traseira da Igreja Matriz (Ata da sessão ordinária de 16/06/1894 – APOP).

Rua das Lages

- Alargamento da Rua das Lages (em frente à casa do Coronel Pedro Motta), frente ao paredão da ponte de Ouro Preto à do Funil. Calçamento da rua e do passeio até a Ponte da Barra. (Estado de Minas – nº 285 – 24/02/1892 – Ata da Sessão da Intendência de 04/02/1892 – Casa do Pilar.)
- Reparos gerais e calçamentos da rua do Conselheiro Quintiliano (antiga Rua das Lages). *Encanamentos deterioram-se pelas ruínas existentes...* (Câmara Municipal – Relatório obrigatório – 02/01/1895.)
- Antônio José Gonçalves – encarregado de obras do alargamento da Rua das Lages, nos fundos do Palácio. (Estado de Minas – 24/02/1892 – nº 285 – Ata da sessão da Intendência de 04/02/1892 – Casa do Pilar.)
- Aprovado o contrato com Antônio Bento de Souza, para alargamento da Rua das Lages, em frente à casa do Tenente Coronel Pedro Teixeira Motta. (Estado de Minas – 10/02/1892 – nº 281 – Casa do Pilar.)
- Pedido do contratado Antônio Bento de Souza, que trabalha no alargamento da Rua das Lages, do pagamento de 8 contos de réis, o que foi repassado ao engenheiro Dr. Antônio Olyntho. (Idem – Ata da sessão extraordinária da Intendência do dia 16/01/1892.)

- Alargamento da Rua das Lages – 26/11/1891 – Documentos/Arquivo da Prefeitura.
- Proposta de calçamento da Rua do Conselheiro Quintiliano (antiga Rua das Lages) – 30/06/1894. (Idem – Antônio da Rocha – 1500 mil e quatrocentos réis cada carroça de pedra.)
- Aviso do começo de obras de um paredão na Rua das Lages, no fundo da casa do Sr. Capitão Fortuna R. Campos, por 300.000 réis, assina João Batista B. (18/07/1892).
- Calçamento ordinário da Rua das Lages a partir da casa do Capitão Antônio Ricardo dos Santos. (Ata da sessão ordinária de 16/06/1894 – APOP.)

Funil

- Alargamento da Ponte do Funil para 1160 metros e demolição do muro em frente à casa do cidadão Francisco de Paula Soares Ferreira.
- Hasta pública para alargamento da Ponte do Funil e calçamento da respectiva área até a Estação. Obra orçada em 15:549\$077, pelo engenheiro Dr. Antônio Olyntho de Almeida Gomes. (Estado de Minas – 17/02/1892 – nº 283 – Casa do Pilar.)
- Modificação do contrato celebrado com os cidadãos Vicente Barreiros e Dr. José Alexandre de Moura Costa, em 21 de dezembro, para calçamento e alargamento da rua que vai da antiga Escola de Pharmácia à Ponte do Funil, passeios bilaterais, e do passeio desta ponte à Barra. (Estado de Minas – 10/02/1892 – nº 281 – Casa do Pilar.)
- Calçamento com pedras ordinárias no alargamento da rua que vai da Ponte do Funil à Estrada de Ferro, por ordem de economia da Câmara, ao contrário dos paralelepípedos pedidos pelo requerimento de José Martins Xavier. (Parecer nº 16 da Comissão de Obras Públicas – 15/07/1892 – Assinam P. Camilo, Claudionor, Francisco Nunes – Arquivo da Prefeitura.)
- Proposta: aterrar o Vale do Funil, calçamento da área aterrada. (Estado de Minas – nº 271 – 05/01/1892 – Literatura – José Palmella).
- Cálculo para alargamento da Ponte do Funil, calçamento da área e do caminho até a Estação. Arco com pedras preparadas e argamassa. (Ouro Preto, 26/01/1892 – Encontrado na pasta de obras públicas – vias e logradouros do Arquivo da Prefeitura.)
- Obras na Ponte do Funil – 03/09/1891 (Arquivo da Prefeitura).
- Edital de alargamento da Ponte do Funil e calçamento da respectiva área até a Estação – 04/02/1892.

- Pedido dos negociantes e moradores da Freguesia de Antônio Dias para o calçamento da rua que parte da Ponte da Barra e vai até a Estação de Ferro. (Arquivo da Prefeitura – 26/10/1892.)
- Opinião: construir um cais da Ponte do Rosário até a do Funil, desapropriando alguns quintais e aterros se necessário. (Ata de Sessão extraordinária – 21/12/1891 – Casa dos Contos.)
- Proposta: calçamento e alargamento da Rua da Praia do Funil, inclusive um passeio desde a Ponte do Funil até a Barra, fazendo-se todo possível para que este serviço esteja concluído até o mês de março. (Idem.)
- Sr. Claudionor Penido – pede a desobstrução do Rio Funil – (Ata da Câmara de 26/06/1894 – APOP)

Rua São José

- Despesa não prevista – desmoronamento dos alicerces da Rua São José, comprometido com o estabelecimento da rede de águas e esgotos em toda a cidade. (Câmara Municipal – Relatório sobre obras – 02/01/1895 – APM.)
- Comunicando que, na Rua São José, acumulam-se imundices e terra no interior dos prédios, trazidas pelas águas das chuvas pelo átrio da Capela de São Francisco de Paula. Pede-se autorização para abrir um esgoto e alugar uma carroça para carregar a terra. (Representação de um fiscal interino do Distrito de Ouro Preto). (Estado de Minas – nº 285 – 24/02/1892 – Ata de Sessão da Intendência Municipal de 04/02/1892 – Casa do Pilar.)
- Melhoramentos dos alicerces na Rua São José (comprometido com o estabelecimento das redes de água e esgotos em toda a cidade). (Idem.)
- Proposta de Antônio Augusto Gesta para a execução de um muro na rua São José, em frente a casa do Cap. Raymundo Barbosa, para alargá-la e alinhá-la. Segundo Jacinto Dias Coelho, não existe nem edital de concorrência, nem autorização para a mesma obra.

Rua Conselheiro Afonso Pena

- Calçamento com paralelepípedos. (Câmara Municipal – Relatório sobre obras – 02/01/1895 – APM.)
- Abrir as linhas e nivelar as ruas – 09/11/1886 – Francisco José de Oliveira (Documento/Arquivo da Prefeitura).
- Reparos da Rua do Conselheiro Afonso Pena até o alto do Campo do Raimundo – 01/06/1894. (Idem.)
- Pedido para calçamento de beco que fica junto a sua propriedade na Rua

do Conselheiro Afonso Pena. (Arquivo da Prefeitura – 20/09/1892 – pedido repetido em 08/1894.)

- Calçamento da Rua do Conselheiro Afonso Pena – desde a Ponte Caincras, até a subida para as Cabeças, colocando-se uma ponte junto à marcenaria, no alinhamento da rua e prolongando-se até a chácara Scott em linha reta (Edital para Melhoramentos da cidade 27/06/1891 – APOP).
- Pedido de conserto da Rua do Conselheiro Afonso Pena passando pelo Campo do Raimundo e vai até a caixa d'água do Veloso e dali até a Casa do Dr. Diogo de Vasconcelos. (Ata da Sessão extraordinária de 16 de janeiro de 1892 – Casa dos Contos.)

Rua das Flores

- Abertura de rua – partindo da antiga Rua das Flores e dirigindo-se às proximidades da Matriz de Ouro Preto. (Decreto nº 128 – 02/07/1890 - APM.)
- Abrir uma rua – partindo da antiga Rua das Flores e o fundo de Ouro Preto até a Estrada de Ferro D. Pedro II. 04/11/1889 (Documento Arquivo da Prefeitura).
- Recalçamento da Rua das Flores. (Edital de Melhoramentos da Cidade – 27/06/1891 – APOP.)

Geral

- Calçamento com paralelepípedos com a necessidade de alguns proprietários providenciarem a demolição dos patamares de suas casas. Alinhamento. (“A Ordem” – 29/11/1890 – APM.)
- Manoel Gonçalves dizendo que tendo concluído a obra da calçada da ladeira que se dirige à Água Limpa pede pagamento. (Estado de Minas – 24/02/1892 – Ata da sessão da Intendência de 04/02/1892 – Casa do Pilar). Obs.: obra contratada apenas verbalmente pelo ex-presidente.
- Hasta pública para reconstrução de um muro em frente à casa do cidadão Francisco de Paula Soares Ferreira, para construção do entroncamento próximo à Estação. (Estado de Minas – 10/02/1892 – nº 281 – Ata de sessão extraordinária da Intendência do dia 16/01/1891.)
- Antônio Pedro Rocha Nunes – 09/11/1891 – “Aumento de mais 8 metros as dimensões do lado de cima da Ponte do Leitão e com mais nove metros corridos a cortina, dando altura suficiente.” (Idem)
- Parecer negativo sobre construção de um paredão e alargamento de rua: “Considerando que a rua já tem largueza necessária para um bom alinha-

mento; considerando que o terreno é em sua natureza fraco, não comportando o peso de uma obra sólida, podendo na estação chuvosa, em que as águas correm mais facilmente, invadem a base e causa o desmoronamento, que irá prejudicar consideravelmente os prédios da rua de baixo; concluímos não ser de tão grande necessidade a construção do dito paredão... Ao parecer que não se faça a obra em questão, e que se mande consertar o paredão existente, emparedando-se com toda perfeição. (Sala das Comissões, 26 de março de 1892. P. Camilo M., Eduardo Pereira Barbosa, Francisco H.) (Arquivo da Prefeitura.)

- Aviso da Intendência para o início do calçamento com paralelepípedos de algumas ruas da cidade, para tanto dá aos proprietários o prazo de 20 dias para demolirem os patamares de suas casas, não impedindo a execução do calçamento *“que deve ser dirigido por um alinhamento determinado, medida esta que reclama máxima urgência para não se parar os melhoramentos tão importantes a que hora se procede nesta cidade”*. Caso não façam a Intendência fará com as despesas sendo pagas pelos proprietários. (Edital da Intendência – assim o Presidente Francisco Teixeira do Amaral, 20/11/1891 – “A Ordem”, 29/11/1891, nº 92 – APM.)
- Proposta: alargar de 4,5 metros a Rua do Jangadeiro. Recuar o Muro do Outeiro do Carmo (será empregado material extraído do desbarrancamento atrás da cadeia). Calçamento com paralelepípedos das ruas: do Jangadeiro, Conselheiro Afonso Pena, da Ponte Seca, Conselheiro Sant’Anna, Ladeira das Escadinhas, das Flores, Ladeira do Gibu, do Jogo da Bolla até a Barra. (Estado de Minas – nº 271 – 05/01/1891 – José Palmella.)
- Providências: encanamentos arruinados da Rua Tiradentes: calçamento da rua que se dirige ao Congresso; inauguração do Comércio Público (aguardando linhas de Bondes ao Largo do Rosário e à Igreja Matriz da Freguesia de Antônio Dias). (Estado de Minas – nº 271 – 05/01/1892.)
- Indicação de obra pelo Intendente Dr. Penido: desapropriação dos prédios entre as ruas da Conceição e Vasconcelos (em Antônio Dias), e também entre as ruas da Glória e Conselheiro Sant’Anna, para se fazerem duas praças em frente às Matrizes de Ouro Preto e Antônio Dias. (Idem)
- Alargamento da rua entre os prédios dos cidadãos Pedro Teixeira da Mota e Antônio Bento de Souza. (Idem)
- Aceito o pedido de D. Laura Barbosa, solicitando a permissão para tratar os consertos de um paredão existente nas casas 9 e 10 situadas no Largo da Matriz de Ouro Preto que desabou nas últimas chuvas. Aprovado de acordo

com o alinhamento fiscal. (Estado de Minas – 29/12/1891 – Ata da sessão da Intendência de 29/10/1891.)

- Consertos da Ponte da Felicidade sobre o Rio das Velhas – 12/05/1895 – Francisco Pereira Lima (Documento do Arquivo da Prefeitura).
- Consertos na calçada da Rua das Cabeças e, no Centro, passeio para transeuntes. (Idem)
- Reconstrução da ponte sobre o córrego que atravessa a Rua das Dores – 22/01/1896. (Idem)
- Fechamento de um beco nos fundos da Rua das Cabeças com o terreno de Saturnino Ferreira Lopes – 01/04/1892. (Idem)
- Observação sobre serviços prontos: *“Rua do Vigário, Nossa Senhora do Carmo, beco que desce para a Rua dos Paulistas junto à Casa dos Tainhas, Caminho Novo, sarjeta e calçamento, cemitério do Saramenha e pintura conforme a ordem recebida, calçada e encanamentos na Rua Paraná e Rua Composta até o Hotel Antunes, rasgamento de Córrego do Mercado do Rosário até o fundo de Ouro Preto. Serviço em continuação: Limpeza e roçamento da praia do Mercado do Rosário até o fundo de Ouro Preto, e consertos e calçamentos na Rua da Glória em seguida”*. (Relatório de Serviços à Câmara Municipal – 19/10/1892 – Arquivo da Prefeitura – cx. 1892/95.)
- Recalçamento desde a Rua da Ponte Seca até a Ponte de Ouro Preto – em frente a Igreja Matriz de Ouro Preto, melhorando-se e nivelando-se o mais possível. Idem para a Rua do Conselheiro Sant’Anna, até a frente da matriz. Plano Chrispiniano Tavares – obrigação de construir nela 100 casas. Cortar frentiando com a cadeia, o Átrio do Carmo, fazendo um largo em frente o Teatro para ser plantado, continuando e alargando a Rua Mangadeiro, até o prédio onde funciona o atual Congresso, sendo essa calçada a paralelepípedos, aproveitando-se a terra para aterrar o vácuo atrás da cadeia, e gramando-se e plantando-se. (27/06/1891 – Edital para melhoramentos da cidade – APOP.)
- Adolfo D’Alvim Deschamps – assume o cargo de Alinhador da Câmara Municipal de Ouro Preto em 13/08/1892. (APOP)

Migrantes e estudantes

- Projeto de colocar mais de 4 ou 5 mil famílias, nacionais ou estrangeiras, em Ouro Preto. (Estado de Minas – 17/11/1891 – nº 248 – Casa do Pilar.)
- Proposta de abertura de inúmeras escolas e academias, oferecendo a cidade o que os pais procuram; segurança e tranquilidade para seus filhos. (Idem.)
- Proposta: construir 150 casas em pontos diversos (convenientes) da cidade.

Dotados de todas as comodidades (higiene) e com estilo arquitetônico moderno. (Estado de Minas – nº 271 – 05/01/1892 – Literatura – José Palmella.)

Bondes e tropas

- Compra nos EUA de material metálico dos bondes (modelo de São Francisco). (Estado de Minas – 17/11/1891 – Casa do Pilar.)
- Acomodação de tropas e carros (Caminho Novo) evitando aglomeração de animais e veículos no interior da cidade em detrimento do trânsito e do asseio de suas ruas e praças. (Câmara Municipal – Relatório obrigatório – 02/01/1895 – APM.)
- Dois planos inclinados para cargas e passageiros: um na Rua da Estação (ao alto do Caminho Novo) e outro na Rua das Flores. (Idem)
- Duas linhas de bondes – partindo do Caminho Novo: uma passando pela Rua Paraná, Tiradentes e São José; outro passando em direção à Matriz de Antônio Dias. (Idem)
- Proposta: estabelecimento de uma linha de bondes, nas ruas acessíveis, assim como a construção de um elevador, em sítio mais útil, para realizar o tráfego da Estação para o centro da cidade. (Estado de Minas – nº 271 – 05/01/1891 – José Palmella.)
- Contrato para construir em Ouro Preto e explorar (por 50 anos) bondes de tração animal ou a vapor. Ver contrato em anexo. (Secretaria do Estado de Minas Gerais – 04/04/1891 – Arquivo da Prefeitura.)
- Construção de uma linha de bondes desde a Igreja do Rosário até a Estação da E.F.C., desta até a Matriz de Antônio Dias, passando pelas ruas São José, Paraná (...), da Estação até a Praça empregando elevadores na Rua da Estação ou preparando-a para esse fim. (Edital para Melhoramentos da Capital – 27/06/1891 – APOP.)

Teatro/Matadouro/Mercado

- Compra nos EUA de material metálico para construir o mercado e outras obras. (Estado de Minas – 17/11/1891 – Casa do Pilar.)
- Reprodução do Mercado Urbano/Antônio Dias (Câmara Municipal – Relatório Obrigatório – 02/01/1895 – APM.)
- Decisão sobre o local do Teatro – junto ao tesouro do Estado. Matadouro, na Chácara do Gambá (desapropriada de Eduardo Pereira Barbosa). E o Mercado, no terreno atrás da cadeia e ao lado do funcionamento do congresso.

(Estado de Minas – 24/02/1892 – nº 285 – Ata de reunião da Intendência Municipal de 04/02/1892.)

- Obras de pedra do novo matadouro (Morro do Gambá) que sai do centro da cidade por medida de higiene. (Câmara Municipal – Relatório Obrigatório – 02/01/1895 – APM.)
- Proposta aceita para construção do matadouro – 17\$900,00. 22/01/1892 – Rodrigo da Silva Marques – documento aceito em 13/12/1892. (Edital 19/11/1892) – (Arquivo Público da Prefeitura.)
- Datas para o começo das obras no mercado São Francisco de Assis: assinalamento das lajes (04/04), acabamento (02/05/1896) *“Demos começo ao cômodo em frente a Rua do Ouvidor anexo ao mesmo, dia 4 de maio e demos conclusão a todas as obras por nós executadas dia 20/09/1896. José Matriz Xavier e Irmão”*. (Documento – Arquivo Prefeitura – 1896.)
- Proposta: construir um teatro para satisfazer aos moradores das freguesias de Antônio Dias e Ouro Preto, espaço para 600 ou 800 espectadores. (Estado de Minas – nº 271 – 05/01/1892 – José Palmella.)
- Proposta: construir o matadouro – abater 20 reses diariamente. (Idem)
- Proposta: Mercado de ferro e vidro *“segundo moldes modernos: reparar, limpar, calçar e restaurar a fachada do antigo mercado.”* (Idem)
- Proposta para construção do Edifício do Matadouro – 21/07/1894 (Arquivo da Prefeitura.)
- Concessão de 3:515:880 ao Sr. Manoel Martins da Silva e Antônio da Rocha para obras no Mercado na Rua do Ouvidor – 06/08/1894. (Idem)
- Melhorar os dois mercados, com elegância, adaptando-se também para frutas, verduras e carne verde. Um matadouro no Gambá, desapropriação de quaisquer que forem necessários. (Edital dos Melhoramentos da Capital – 27/06/1891 – APOP.)
- Alteração da planta do Matadouro – reduzida a 40 metros em quadra a área destinada ao curral, a 1 metro e 70 centímetros a altura dos paredões e a 70 centímetros a respectiva espessura e proporcionalmente reduzida também a importância total do orçamento. (APOP – CX. 1892)
- Obras do Mercado urbano e do grande rancho de tropas – auxílio de 5:000\$000 do governo. Operação de crédito autorizada pela câmara e realizada pela agência executiva. Pedido de autorização para a realização do Matadouro na Chácara do Gambá. (16/06/1894 – Presidente: Randolpho Bretas – Sessão ordinária – APOP.)

Reservatório de água

- Para a seca, reservatório de água – Minas do Alto da Cruz. (Câmara Municipal – relatório obrigatório – 02/01/1895.)
- Material para águas e esgotos era fornecido pela Companhia de Forjas e Estaleiros – Rua de São Pedro nº308 – Rio de Janeiro. (APOP)

Pedidos de indenização e obras

- João Francisco dos Reis – por um moinho que tinha na Praia da Barra, assim como plantações que se perderam quando das obras de desmoronamento do Morro da Forca, o que rebaixou o leito do Rio Funil. (Estado de Minas – 24/02/1892 – nº 285 – Ata da sessão da Intendência de 04/02/1892 – Casa do Pilar.)
- Joaquim Teixeira de Souza pede providência para não sofrer prejuízos com o calçamento na reconstrução da Estrada Tripuhy, nas terras que ali tem e nas quais foi desmanchada uma parede. (Estado de Minas – nº 269 – 29/12/1891 – Ata da sessão da Intendência do dia 29/10/1891.)
- Francisco Freitas Soares (31/10/1892) – diz ter concordado com a demolição do alpendre que exista em frente à entrada de sua casa, mas, com a condição de não fazer obra alguma. Reclama que o empreiteiro José Martins Xavier recusa-se a fazer o aterro (o que lhe havia prometido o ex-presidente da Intendência Sr. Antônio Almeida Gomes, e incluía o concreto do paredão). A Câmara indeferiu a indenização dizendo não estar em seu orçamento obras para particulares, sendo o suplicante um privilegiado com as reformas as quais transformaram sua rua na mais notável da cidade, o que valorizou seu imóvel. (Arquivo da Prefeitura – 02/01/1893.)
- Do subdelegado do Distrito de Santa Efigênia Joaquim Lourenço Machado. *“A rua que dá Igreja do Padre Faria sobe ao Alto da Cruz, tem se tornado quase intransitável por ter-se arruinado o calçamento que ainda é dos tempos coloniais florescendo atualmente aquele bairro pela proximidade com a Cia Industrial do Tombador, parece-me justo que se faça o calçamento da rua e pois, fundado em que é alto de justiça, e ainda mais no patriotismo, que vos caracteriza...”* (Arquivo da Prefeitura – 23/04/1891.)
- Denúncia sobre a constituição do passeio público, ao lado da Matriz de Antônio Dias, com fragmentos de pedras o que levaria os particulares a seguir o mesmo exemplo da Intendência. (Sala das sessões 03/12/1891 – Assinado Francisco F. R. – Pasta de Obras Públicas – Arquivo da Prefeitura.)
- D. Giovanna Maria dos Prazeres Martins pede indenização pela apropria-

ção do quintal de sua chácara (na Rua das Lages em frente a Casa do Antônio Pedro Motta) com cerca de 50m², para o alargamento da mesma rua. Pede a indenização de 8 réis. Trata-se de um abaixo-assinado com outros proprietários na mesma condição, porém não foi encontrado o mesmo. (Assim José Rodrigues Ferreira – 03/07/1892 – Arquivo da Prefeitura – Pasta de obras públicas.)

- Jovelina da Cruz Ferreira – terreno entre a casa de D. Lasmie Bretas e o pontilhão em frente a casa do Cel. Pedro T. Horta, do qual a Intendência precisa de 2,5m e 54 de comprimento para alargamento da Rua das Lages. Indenizou-se com 500 réis em fevereiro de 1892. (Arquivo da Prefeitura - 14/01/1892.)
- Pedido de indenização pelo tutor do menor João Luiz Morethzohn que possuía terras na Rua Tiradentes onde havia uma casa de seu pai – Major David Morethzohn – esta porém foi demolida pela comissão de foros e nela foi construído um coreto. A prefeitura indefere o pedido afirmando que o reclamante esperou 3 anos para reclamar. (12/03/1913 – APOP.)
- Em nome dos moradores da rua do Hotel Monteiro se dirige à Capela de São Francisco de Paula, pede-se providências para limpar a rua *“cujo estado pode até ocasionar febres de mau caráter, não só pela quantidade de águas servidas que por lá é comum, como pela abundante vegetação que na mesma existe.”* Assinatura ilegível. (sem data, mas cx. 1892 – Intendente Dr. Diogo Luis da M. Pereira de Vasconcelos – APOP.)
- Sr. Abino Barbosa – calçamento na Rua das Cabeças, com lajedos no centro, assim como a colocação de lampiões. Sr. Camilo Veloso pede mais limpeza para os bairros fora do centro. (Ata da Câmara, 26/06/1894 – APOP.)

Indústrias

- Contrato entre o governo do Estado e o cidadão João Francisco de Paula Castro ou empresa que organiza, para a fundação e custeio de um estabelecimento metalúrgico no município de Ouro Preto. Moradias higiênicas e escolas para seus trabalhadores no arraial de Antônio Pereira. (Estado de Minas – 20/02/1892 – nº 284 – Casa do Pilar).
- Primeira fábrica de tecidos – num arrabalde da cidade – Companhia Industrial de Ouro Preto – 02/12/1891 – Cachoeira do Tombador (2km da capital). (Estado de Minas – nº 269 – 29/12/1891 – Literatura – José Palmella.)
- Licença para fábrica de sabão e vela – Sr. Fontuceto Pereira Campos e José Honório Mourão. Concedida para fora da cidade – exige-se rigoroso asseio do estabelecimento (14/11/1898-APOP).

Morro da Forca

- Chácara pertencente ao comerciante Sr. Eduardo Pereira Barbosa (que recebeu 13:000\$ pela Chácara do Gambá – futuro matadouro – e que também lhe concede a Intendência), no Caminho Novo cujo edifício será demolido, aproveitando-se o terreno para a “grande praça que se projeta fazer com o desmonte do Morro de Santa Quitéria” ou Morro da Forca. (Estado de Minas – nº 281 – 10/02/1892 – Casa do Pilar.)
- Proposta: cortá-lo até o nível do Caminho Novo formando uma espaçosa área para construir *“com toda a elegância da arquitetura moderna, edifícios e embelezamentos tais que o viajante, ao desembarcar de trem de ferro, possa logo exclamar com o sorriso nos lábios. Magnífico!”* (Estado de Minas – nº 271 – 05/01/1892 – Coluna Literatura de José Palmella.)
- Morro da Forca, cortar até o nível do Caminho Novo, para aterrar o vácuo atrás da cadeia e Chácara Eduardo, desapropriando-se e preparando o terreno para construção de 50 casas, um jardim e dentro um footijthema. (Edital de Melhoramentos da Capital – 27/07/1891 – APOP.)

Pico do Itacolomi

- Projeto de construção de um caminho férreo e de um elevador para o Pico do Itacolomi. Obra vista como de grande valor higiênico (Casa de saúde para doentes), científico (observatório astronômico e meteorológico), industrial (pequena escola agrícola – para moços pobres –, exploração do quartzo, além de uma fábrica de tijolos e telhados), artístico (Conservatório de Música), financeiro e comercial (turismo nas casas e chalés que se construirão no local). (Estado de Minas, 06/02/1892 – nº 280 – coluna Literatura, assinada por José Palmella e dirigida a um amigo de nome Henrique.)
- Antônio Tavares Ribeiro da Silva se oferece para realizar obras na Serra do Itacolomi, sem ônus para a Intendência. Construção de elevador ou estrada de ferro que ligue esta cidade àquela serra (como o Corcovado no Rio), além da criação de uma colônia de até 1000 famílias *“para exploração de pequena lavoura e dos minerais ali existentes e da pedra que alhi igualmente se encontra.”* (Estado de Minas – nº 271 – 05/01/1892 – Intendência Municipal – Sessão do dia 10/12/1891 – proposta levada à avaliação da comissão formada por Dr. Borja e Capitão Cândido Cruz.)

Rua dos Paulistas

- Alinhamento da construção do Sr. Capitão Albino. (Relatório de um dos

fiscais da Freguesia de Antônio Dias – 03/09/1891 – João Lúcio? Guedes – Arquivo da Prefeitura – cx 1892/95).

- Pedido de demolição de casas – capitão Pedro Pio Pereira – 07/08/1894 (Arquivo da Prefeitura).
- Pagamento de obras na Rua dos Paulistas – 06/07/1892. (Idem)

Lixo, limpeza, chafariz, terrenos

- Chafariz do Alto da Cruz – construção de esgoto para as sobras de água do mesmo que a muitos meses anda impedindo. (Relatório de São João Lúcio? Guedes – um dos fiscais da Freguesia de Antônio Dias – 03/09/1891 – Arquivo da Prefeitura – cx 1892/95.)
- Regulamento do lixo: “devem ser depositados em caixotes e colocados à noite nas portas dos prédios” serão recolhidos de madrugada. Multa de 5.000 réis (reincidentes = o dobro). Proíbe-se depositar o lixo durante o dia. (Determinação do intendente Dr. Marciano Pereira Ribeiro, em 14/04/1891 – “A Ordem” – 17/04/1891 – nº 103 – APM.)
- Imposto de seis mil réis/ano, *“para terrenos que dão para as ruas desta cidade e estão sendo ocupados por quintões, plantações de capim e hortaliças, quando podem ser aproveitados para edificação de casas.”* (Edital da Intendência Municipal de Ouro Preto – Presidente Henrique Edmundo Reimault – secretário Coronel Jacinto Dias Coelho. 03/09/1891, nº 123 – APM.)
- Contrato entre a Diretoria Geral de Obras Públicas e o Capitão Fortunato Pereira Campos, para limpeza e saneamento da cidade, *“medida a muito reclamada como a principal necessidade da capital”* (“A Ordem”, 03/04/1891, nº 101 – ver anexo o contrato – APM.)
- Providências: fornecimento de “desinfetantes” para serem empregados nos lugares mais afetados pela epidemia reinante, assim como que sejam queimados em toda cidade materiais de desinfecção. (Estado de Minas, nº 271, 05/01/1892.)
- Casos de febre em maio – pediam-se melhoramentos das condições de higiene da cidade para evitar epidemias – Ponte da Casa dos Contos, fonte de infecção, se verificando reclamações quanto a exalações (mau cheiro). Assina o inspetor de higiene pública Dr. Igino Ribeiro. (Inspetoria de Higiene Pública da Província de Minas Gerais – OP. 19/03/1886.)

Caminho do Tombado

- Alinhamento do terreno do cidadão Cassianno Casemiro. (Relatório

de João Lúcio? Guedes – um dos fiscais da Freguesia de Antônio Dias – 03/09/1891 – Arquivo da Prefeitura – cx 1892/95).

Animais

- Fiscal reclama dos donos de animais das ruas Tiradentes e São José, cujos leitões andam soltos. Uma agência dos correios e a casa do Ilm. Vicente Longo têm o prazo de 3 dias para resolver o problema. Já o Sr. Affonso Machado sabedor da visita retirou seu animal da rua antes que a fiscalização chegasse. (13/03/1913 – fiscal José Alexandre – cumprindo em 19/03/1913 – Documento original – Arquivo da Prefeitura – Cx 1896).
- Relatório de apreensão de animais que foram a seguir resgatados por dono – Sr. Arthur Napoleão de Carvalho. Assina o fiscal da Freguesia de Antônio Dias, José Maria Galvim (18/11/1893).

Iluminação/Telefone

- Relatório sobre iluminação pública no período de 1893. Relatórios sobre as lâmpadas que foram acesas, apagadas, quebradas, roubadas e a falta de chaminés e querosene. (Documento – Arquivo da Prefeitura – Cx. 1893.)
- Acidente: uma faísca caiu no pé direito da casa principal do Colégio das Irmãs de Caridade em Mariana. (Jornal de Minas – nº 25 – 03/02/1891.)
- Contrato de iluminação a querosene de ruas, praças e outras vias de comunicação de 7h da noite a 4:30 da manhã. (1891 – APOP)
- Notícia sobre a chegada do engenheiro eletricitista Henry Tyler, contratado pela Companhia Industrial de Ouro Preto para montar a luz elétrica nesta capital. (Jornal de Minas – nº 18 – Ano XIV – 24/01/1891.)
- *“Por esses dias assentar-se-ão os postes de luz elétrica”*. (Jornal de Minas – nº 20, 27/01/91.)
- Estabelecimento de uma linha telefônica pela Companhia Industrial de Ouro Preto, de seu escritório à Rua São José, 25, e sua fábrica de fiação e tecelagem de algodão, no Tombadouro. (Jornal de Minas – 30/03/1891 – nº 44.)

Contratos e pagamentos

- Decreto datado de 19/11/1891 no qual o Presidente do Estado aprova os planos e plantas dos melhoramentos desta capital. Contratados: Sr. Vicente Barros e Dr. Alexandre de Moura Costa. (Ata da sessão do dia 21 de novembro de 1891 – Estado de Minas, nº 269, 29/12/1891.)
- Decreto nº 558 – de 14/09/1891 – “O Doutor Presidente do Estado de Mi-

nas Gerais, usando da atribuição conferida pelo Dec. do Governo Provisório nº 218, de 25 de fevereiro de 1890, artigo 1, §1º, resolve aprovar o contrato que com este baixa celebrando em data de 12 do corrente mês, pelo Conselho de Intendência do Município de Ouro Preto, com os cidadãos Dr. José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, para execução de diversos melhoramentos e obras nesta capital. Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais em Ouro Preto, 14 de setembro de 1891. José Cesário de Faria Alvim.” (Coleção dos Decretos dos Governos Provisório e Constitucional de Minas Gerais – 1891 – Imprensa oficial – 1901 – p. 389/390 – APM.)

- Licitação para colocação de placas de numeração e de nome nas ruas. (Arquivo da Prefeitura – 15/04/1886.)
- Guia nº 177 – 1600\$000 – Pago a José Martins Xavier – depósito de uma caderneta da Caixa Econômica Particular de Minas – Garantia do contrato de alargamento da Ponte do Funil – com 2/3 já pronto. (Arquivo da Prefeitura – 05/08/1892.)
- Guia nº 179 – 1:000\$000 – José Malvar (?) – construção do paredão na Rua das Lages. (Arquivo da Prefeitura – 06/08/1892.)
- “Debita-se ao ajudante do procurador Antônio Gaspar Ladeira pelo depósito que presta nesta data o cidadão Dr. José Alexandre de Moura Costa para garantir o contrato que nesta data firmarão o dito cidadão e Vicente Barreiros para melhoramentos da capital. Ficam depositadas 35 ações do Banco Republicano no valor de 7 contos de réis; 200 ditas do Banco de Crédito Real de Minas Gerais no valor de 4 contos de réis; condutas do Banco de Crédito popular de Minas no valor de 2 contos de réis; 120 ditas da Cia Ind. Cerâmica no valor de 6 contos de réis; 20 ditas da Cia Mecânica Mineira no valor de 1 conto de réis.” (15/09/1891 – Arquivo da Prefeitura.)
- “Credita-se ao procurador pelo depósito que prestaram os cidadãos Dr. José Alexandre de M. C. e Vicente B. para os melhoramentos que vão iniciar nesta capital e que nesta data passam para a Caixa Geral. Valor 32:260\$000. Ass. Olvidio F. da Costa.” (15/11/1891 – Arquivo da Prefeitura.)
- “Depósito dos contratantes dos melhoramentos da capital que se achava, em ações de diversos bancos deste Estado, e que foram substituídas por um recibo dos mesmos contratantes para reformá-la – 32:260\$000.” (15/03/1892 – Arquivo da Prefeitura.)
- Guia nº 182 – “Aos Srs. Dr. José Alexandre de M. C e Vicente B., o restante da última prestação do contrato que firmarão com a Intendência a 29 de janeiro do corrente para o calçamento e alargamento da rua que vai da antiga Escola de

- Farmácia até a Ponte do Finil. 8:751\$148.” (11/08/1892 – Arquivo da Prefeitura.)
- Guia nº 185 – 207\$500 – Sr. João José Pimenta Figueiredo – Feitio geral das obras públicas desta Câmara, pela feitura e material do passeio da Ponte dos Contos que mandou fazer por ordens do Exmo. Sr. Dr. Presidente e Agente Executivo. (13/08/1892 – Arquivo da Prefeitura.)
 - Talão nº 104 – Aos cidadãos José Felipe Leite, Francisco Melehiades, Paulo Rodrigues e Adão Abreu e Silva – Consertos de obras públicas e água potável na freguesia de Antônio Dias, realizadas em abril. 90\$200 – (05/05/1891 – Arquivo da Prefeitura.)
 - Talão nº 105 – 25\$200 – Manoel Catão, Eugênio Soares dos Santos, Paulo Ro. e Francisco I Gomes Monteiro, serviços na freguesia de Ouro Preto – obras públicas. (05/05/1891 – Arquivo da Prefeitura.)
 - Talão nº 148 – 107\$800 – José Felipe Leite – construção de vários passeios novos em algumas ruas da cidade, na Freguesia de Ouro Preto – (08/05/1891 – Arquivo da Prefeitura.)
 - Talão nº 153 – 69\$900 – A Adão de Abreu e Silva e Paulo da Costa – Serviços d’águas dos chafarizes e consertos no calçamento das ruas de ambas as freguesias. (04/06/ 1891 – APOP)
 - Talão nº 156 – 117\$700 – José Felipe Leite – 18 metros de passeio no Mercado de Antônio Dias e um tubo de cobre para o mesmo. (04/06/1891 – APOP.)
 - Talão nº 173 – 97\$360 – A Paulo Rodrigues da Costa, Adão de Abreu e Silva, José N. José Felipe Leite – consertos em vários chafarizes da freguesia de Antônio Dias, Alto da Cruz e Mercado. Calçamento da Rua da Barra, serviços na freguesia de Ouro Preto e Carroção de pedras e britas para a casa Intendência. (17/09/1891 – APOP.)
 - Talão nº 178 – 68\$700 – Paulo R. da Costa e Adão Abreu e Silva – Serviços de água potável e obras públicas em ambas as freguesias desta cidade. (02/10/1891 – APOP.)
 - Talão nº 205 – 15\$000 – Ricardo Café – Serviço prestado no Morro da Força para inauguração das obras da capital no dia 24 corrente. (23/11/1891 – APOP.)
 - Talão nº 207 – 26\$000 – José de Paula Cruz – fogos para a inauguração dos melhoramentos da capital no dia 22 do corrente. (26/11/1891 – APOP.)
 - “A Intendência para levar a efeito destes, melhoramentos concede os seguintes favores: rendimentos dos mercadores, do matadouro, das barreiras, dos faros, d’aguardente, dos espectadores das carroças, por espaço de 10 anos, e uma subvenção pecuária, paga trimestralmente pelo mesmo espaço

de tempo.” (Edital de Melhoramentos da Capital – 27/06/1891 – APOP.)

- José Martins Xavier – 2.000\$000 – estrada de Mariana entre o chafariz e a ponte de Jari Vieira – Construção de um reservatório para o abastecimento de água potável. (16/04/1894 – APOP.)
- Antônio Bento de Souza – 8 contos (requer) – obras de alargamento da Rua das Lages (+ de 3 partes concluídas) – pede também o aforamento de mais 10 metros da pedreira junto a que lhe pertence para tirar pedras e empregá-las nas obras da Intendência. (Ata da Sessão extraordinária – 16/01/1892 – Casa dos Contos.)

Desapropriação

- Desapropriação das casas de D. Maria Helena Coelho e Francisco Ribeiro Mourão, para alargar a Rua do Caminho Novo do Alto da Cruz e beco denominado Lapa. Indenizações: p/ Francisco = 2:200\$000 réis e à D. Maria – um conto de 200 mil réis. (Assina João Pinheiro D’Cintra – Arquivo da Prefeitura – 21/08/1894.)
- Pago “ao cidadão Honório Pereira Campos para desapropriação das terras e casas que lhe pertenciam ditas a margem do Rio Funil próxima ao Morro da Forca – Guia nº 125 – 1:000\$000 – Ass. Olavidio da Costa”. (Arquivo da Prefeitura – 23/06/1892.)
- Aprovada a desapropriação de 4 casas em frente a Matriz de Ouro Preto. (Ata da sessão extraordinária do dia 21/12/1891 – Casa dos Contos.)

Obras prontas

“Serviços prontos: Rua do Vigário, Nossa Senhora do Carmo, beco que desce para a Rua dos Paulistas junto a casa dos Tainhas, Caminho Novo Sargeta e cal da capelinha do Saramenha e pintura conforme a ordem recebida para calçada e córrego do Mercado do Rosário até o fundo de Ouro Preto.

“Serviço em continuação: limpeza e roçamento da praia do Mercado do Rosário até o fundo de Ouro Preto, e consertos e calçamentos na Rua da Glória em seguida...” (Documento 257 – 19/10/1892.)

JORNAIS

Jornais consultados

Ouro Preto – Século XIX

Atualidade.....	(1878/1892)
O Aspirante	1894)
O Ateneu.....	(1894)
O Conservador de Minas.....	(1870)
O Constitucional	(1878)
A Derrocada	(1893/1894)
O Diabinho.....	(1884/1889)
Diário de Minas.....	(1878/1897)
Estado de Minas	(1891/1891)
Estado de Minas Gerais.....	(1889/1891)
Jornal de Minas	(1890/1889)
Liberal Mineiro.....	(1882/1889)
O Movimento	(1889/1892)
A ordem.....	(1889/1892)
A Província de Minas	(1880/1889)
A Semecracia	(1896)
Socialista	(1894)
O trabalho	(1893)
A Tribuna.....	(1892)
Vila Rica	(1899/1901)
Vinte Quatro de Abril.....	(1909)

Obs.: Relação apenas dos jornais em que se encontram informações sobre o debate da mudança da capital. No total, foram verificados mais de 50 títulos.

ABREVIATURAS

APM – ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

APOP – ARQUIVO DA PREFEITURA DE OURO PRETO

AP – ARQUIVO DO PILAR

ACC – ARQUIVO DA CASA DOS CONTOS

BP – BIBLIOTECA ESTADUAL LUÍS DE BESSA



ISBN 978-85-288-0346-4



9 788528 803464

